

## REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

### PARECER FINAL DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I.P., AO ABRIGO DO ARTIGO 85.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

O presente parecer final, proferido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. (CCDR Alentejo, I.P.), na sequência da realização da última reunião plenária da revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas, ao abrigo do disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), constante do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, corresponde à decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública, consagrada no artigo 85.º do aludido diploma legal.

O parecer final incide sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 85.º do RJIGT e integra a análise sobre o Relatório Ambiental, sendo acompanhado pela ata da terceira e última reunião da CC, que constitui parte integrante do presente parecer.

Assim, nos termos do artigo 85.º do RJIGT cumpre informar:

#### 1. ENQUADRAMENTO

- O procedimento de revisão do PDM de Elvas foi iniciado por deliberação da Câmara Municipal de Elvas de 28/08/2019, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º do RJIGT, tendo a referida deliberação sido publicitada através do Aviso n.º 16159/2019, de 10 de outubro, publicado no Diário da República n.º 195, 2.ª Série.
- Em 18/05/2021 realizou-se a Reunião Preparatória, de acordo com o previsto no artigo 83.º do RJIGT, conjugado com o disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, no âmbito da qual foi proposta a composição da Comissão Consultiva (CC), para efeitos de acompanhamento do procedimento em apreço.
- A constituição da CC, com Despacho proferido pela Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. de 19/05/2021, foi publicada através do Aviso n.º 11727/2021, de 23 de junho, no Diário da República n.º 121, 2.ª Série.
- A 1ª Reunião Plenária da CC teve lugar no dia 21/03/2022, da qual foi lavrada a respetiva ata.

- Em 21/03/2024, realizou-se a 2.<sup>a</sup> Reunião Plenária, que se considerou, após ponderação conjunta das entidades presentes, como uma reunião intermédia. Da mesma foi, igualmente, lavrada a respetiva ata.

- A 3.<sup>a</sup> e última Reunião Plenária da CC ocorreu no dia 30/04/2025, tendo em vista a ponderação e votação final da proposta de Plano e cuja ata se encontra em anexo.

## **2. DA CONFORMIDADE E COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO COM OS PROGRAMAS TERRITORIAIS EXISTENTES**

Tendo em consideração a pronúncia das entidades no âmbito última reunião plenária da CC, verifica-se que a proposta submetida a votação final não se conforma com alguns programas/planos territoriais com incidência na área territorial do concelho de Elvas, nos aspetos que de seguida se enunciam:

### **- PROT Alentejo:**

#### **a) Turismo de Portugal**

##### **Regulamento**

- *Art.º 45.º - O conceito de intensidade turística concelhia não está conforme com o PROTA. Com efeito, nos termos do PROTA, a Intensidade Turística máxima concelhia corresponde ao valor resultante da distribuição, por concelho, da intensidade turística máxima sub-regional, através da ponderação da variável população pelo fator 0,6 (proporção da população residente concelhia no total da população da sub-região onde se localiza o concelho, considerando o censo de 2021), e da variável área pelo fator 0,4 (proporção da área do concelho no total da área da sub-região onde se localiza o concelho).*

*Assim, ou se retifica a redação de modo a acomodar, de forma adequada, o conceito estabelecido no PROTA ou, melhor por ser mais simples, referir apenas que a intensidade turística efetiva (que, neste caso, será igual à intensidade turística máxima) será de 8396 camas.*

### **- Plano Setorial da Rede Natura 2000:**

#### **a) ICNF, I. P**

A entidade considerou existir desconformidade da proposta com o Plano Setorial da Rede Natura 2000, nomeadamente no que respeita à intenção de instalação do “Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia” em área designada por ZEC do Caia. Esta posição é fundamentada nas alterações expectáveis, negativas e significativas que ocorrerão naquele território, as quais não se coadunam com os objetivos de gestão desta ZEC.

## **- POA do Alqueva e Pedrogão:**

### **a) APA, I. P.**

- (...) *Encontra-se em falta a transposição do artigo 22º do regulamento do POAAP, designadamente as disposições contidas nos pontos 3 a 6, situação que deve ser corrigida em conformidade.*
- (...) *verifica-se que a Zona Reservada (ZR) da ZTP do POAAP extravasa a respetiva ZTP, situação que deve ser corrigida em conformidade com o POAAP.*
- *necessidade de retirar da atual proposta, as designações referentes a categorias de espaço provenientes dos POA, que efetivamente não se encontram presentes no território do Município de Elvas.”*

### **b) Turismo de Portugal, I.P.**

#### Regulamento

- *art.ºs 48.º e 49.º: Incluir as condições de saneamento a observar (art.º 22.º do regulamento do POAAP);*
- *art.ºs 51.º e 52.º: Incluir as condições de saneamento a observar (art.º 22.º do regulamento do POAAP) ;*
- *art.º 59.º, n.º 7, alínea b) Espaços Naturais e Paisagísticos (N2) – ZTPAAP: Eliminar alínea, por incompatibilidade com o definido na “Área Reservada” do POAAP, dado que as únicas obras permitidas são as descritas na alínea a), n.º 7, art.º 59.º da proposta de regulamento;*
- *art.º 61.º - Ocupações e Utilizações: [Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Alqueva e Pedrogão]*
  - *n.º 1: Complementar a redação “para instalação de equipamentos e infraestruturas de apoio a atividades de animação turística, recreio, lazer e à fruição da albufeira”;*
  - *n.º 1 e n.º 1, alínea c): Contextualizar as “atividades secundárias” que se poderão realizar no “Espaço com outra ocupação – recreativa e de lazer (ER1), de acordo com o definido nos art.ºs 15 e 17.º do regulamento POAAP;*

*Alerta-se, ainda, que algumas áreas do plano de água e da zona de proteção se encontram classificadas como “Áreas de Riscos” (ver planta síntese POAAP), face à instabilidade geológica e/ou problemas de erosão, e que a sua utilização/ocupação está condicionada (art.º 18.º do POAAP);*
  - *n.º 1, alínea a): Nesta alínea deve ser sucintamente caracterizada “área de utilização recreativa e de lazer”, p.ex: a área de utilização recreativa e de lazer é limitada a nascente, pela antiga ponte da Ajuda e a poente, pela nova ponte da Ajuda, a qual estabelece ligação viária transfronteiriça...;*

- n.º 1, alíneas a) e b): A designação “áreas de utilização recreativa e de lazer de nível 2” do POAAP, não faz sentido ser literalmente transcrita para a proposta de regulamento, dado que não existem, no município de Elvas, áreas de nível 1, pelo que a indicação “nível 2” deve ser removida da redação;
- n.º 1, alínea e): A transposição das normas, constantes no POA do Alqueva e Pedrogão (POAAP) não poderá ser uma mera transcrição, devendo ser retificada a remissão para “... alínea c) terão que ...” e inseridas as condições de saneamento, definidas no art.º 22.º do regulamento do POAAP;
- n.º 1, alíneas d) e f): O plano de água na área do concelho de Elvas está classificado como “Zona de Navegação Restrita”, de acordo com a planta síntese POOAAP, pelo que a prática de atividades balneares não consta como atividade secundária permitida (art.º 15.º do POAAP), devendo assim, ser eliminada a redação das alíneas d), f) e h), n.º 1, art.º 61.º da proposta de regulamento;
- n.º 1, alíneas g) e h): Eliminar redação destas alíneas, dado que o concelho não possui qualquer frente ribeirinha associada a áreas de vocação turística (vide planta síntese POAAP), pelo que não se aplica o disposto no art.º 32.º do POAAP;
- n.º 2, Devem ser também transpostas as normas definidas no n.º 4, art.º 27.º do POAAP;
- n.º 3, alínea a): Incluir permissão para a “instalação de equipamentos ou infraestruturas de apoio a atividades de animação turística”;
- n.º 3, alínea c) ii.: Tal como já referido, não são identificadas “Áreas de Vocação Turística” do POAAP no município de Elvas, devendo a redação ser eliminada;
- Deverão ser incluídas as regras de saneamento (art.º 22.º do POAAP).

#### **- POA do Caia:**

##### **a) APA, I. P.**

- *necessidade de retirar da atual proposta, as designações referentes a categorias de espaço provenientes dos POA, que efetivamente não se encontram presentes no território do Município de Elvas.*

##### **b) Turismo de Portugal, I.P.**

###### Regulamento

- *art.º 52.º, n.º 10: “instalação de equipamentos e infraestruturas de apoio às atividades de animação turística”, cf n.ºs 1 dos art.º 5.º e 6.º do regulamento do POAC.*
- *art.º 63.º - Ocupação e Utilização:*
  - *Permitir a “instalação de equipamentos e infraestruturas de apoio às atividades de animação turística”, relacionadas com o “recreio passivo, nomeadamente,*



*fotografia, pintura, observação cénica e da vida selvagem e pesca”, cf n.ºs 1 dos art.º 5.º e 6.º do regulamento do POAC;*

*- n.º 3, alíneas d), g) e h): O POA de Caia (POAC) só identifica, na área abrangida pelo município de Elvas, uma zona com viabilidade de construção para equipamentos coletivos, a Zep. C, pelo que se considera ser suficiente a designação “Espaço com Outra Ocupação – Equipamento (ER3)”, devendo assim, ser eliminadas as menções a Zep. ou Zep.C;*

*- n.º 3, alíneas a) a f): Da interpretação do regulamento do POAC (art.º 8.º) e análise conjunta da planta síntese, verifica-se que no “Espaço com Outra Ocupação – Equipamento (ER3)”, que corresponde à ZEq. C, é autorizada a construção de um estabelecimento hoteleiro com 60 camas ou em alternativa, a construção de um estabelecimento de restauração e bebidas, com capacidade máxima de 150 utentes, e não a instalação de Parques de Campismo e de Caravanismo;*

*- n.º 3, alínea h), subalíneas i. e ii.: As referidas subalíneas não incorporam a dotação de estacionamento para veículos ligeiros e pesados, a afetar ao estabelecimento hoteleiro (1 lugar / 4 utentes ou, disto de outra forma, 1 lugar / 2 unidades de alojamento) e estacionamento para autocarros de turismo (2 lugares);*

Sublinha-se que a remissão para os pareceres acima mencionados não dispensa a Câmara Municipal de ponderar as sugestões e recomendações constantes dos outros pareceres, de teor favorável ou favorável condicionado.

### **3. DA ANÁLISE SOBRE O RELATÓRIO AMBIENTAL**

A análise do “Relatório Ambiental” (RA) e do “Resumo Não Técnico do RA” (RNT) é realizada nos termos do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 04 de maio, que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE).

No âmbito da CC da revisão do PDM de Elvas pronunciaram-se sobre o Relatório Ambiental a APA, a CCDR, I.P., o ICNF, a e o Património Cultural, I.P, nos seguintes termos:

#### **a) APA, I.P.**

O parecer da entidade refere que “*concorda-se genericamente com o RA analisado, julgando-se que se forem tidos em consideração os contributos (...) apresentados, se encontram reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão revista do RA e do respetivo RNT, que deverão acompanhar a proposta de plano na fase de discussão pública.*”

#### b) CCDR, I.P.

A entidade considerou, em sede de 2.<sup>a</sup> reunião plenária, *que a metodologia proposta é coerente e consentânea com os métodos e técnicas que se usam em estudos desta natureza, pelo que somos de parecer que a estratégia definida é congruente e compatível com os requisitos exigíveis para estes processos de Avaliação Ambiental.*

#### c) ICNF, I.P.

A entidade considerou que *foram acolhidas e incluídas, na generalidade, no Relatório Ambiental as recomendações e indicações sugeridas.*

#### d) Património Cultural, I.P.

A entidade reiterou o exposto no parecer emitido em março 2024 e emitiu parecer favorável condicionado, sublinhando que *não foram identificadas as ameaças ao património arqueológico e possíveis efeitos negativos de grandes obras e projetos, tanto públicos como privados, entre outras intervenções com impacto no subsolo.* Mais referiu que, *para monitorização da efetiva implementação das medidas de salvaguarda do património arqueológico, entende-se que é fundamental a inclusão dos indicadores: n.º de intervenções arqueológicas realizadas e n.º de sítios arqueológicos identificados, tendo por fontes PC, IP e CCDR Alentejo.*

### 4. CONCLUSÃO

Em face do supra exposto, ponderadas as posições manifestadas pelas entidades que integraram a Comissão Consultiva da revisão do PDM de Elvas, emite-se, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 85.º do RJIGT, **parecer final desfavorável** à proposta de revisão do PDM de Elvas, por não ter ficado assegurada a conformidade/compatibilidade da referida proposta com a totalidade os programas e planos territoriais existentes, de acordo com o demonstrado no ponto 2.

Assim, as situações que configuram desconformidades com os referidos planos/programas, deverão ser devidamente ponderadas/acauteladas previamente à abertura do período de discussão pública.

Recomenda-se, ainda, a, ponderação dos contributos das entidades no que tange à necessidade de cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como as diversas sugestões de natureza técnica expressas nos pareceres, que visam contribuir para a melhoria geral da proposta de plano.

Nos termos do n.º1 do artigo 89.º e do n.º3 do artigo 85.º do RJIGT, o parecer final, as atas das reuniões da Comissão Consultiva e demais pareceres emitidos, deverão acompanhar a proposta de

plano a submeter a discussão pública e posteriormente a apresentar pela Câmara Municipal de Elvas à Assembleia Municipal, para aprovação.

*CCDR do Alentejo, I.P., 21 de maio de 2025*

**Anexo:** Ata da 3ª reunião plenária, que inclui os pareceres das entidades da CC.

## **REVISÃO DO PDM DE ELVAS**

### **Ata da 3.<sup>a</sup> Reunião Plenária da Comissão Consultiva**

(art.º 15º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro)

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas e trinta minutos, realizou-se, por meios telemáticos, a terceira reunião plenária da comissão consultiva do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas, em conferência procedimental, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, por solicitação da Câmara Municipal de Elvas efetuada através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) aos vinte e seis dias do mês de março.

Foram convocados todos os elementos designados pelas entidades constituintes da comissão consultiva, tendo estado presentes:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP. (que preside);
- Câmara Municipal de Elvas;
- Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P. (USLNA);
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direção-Geral de Energia e Geologia;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.;
- Instituto Português do Desporto e da Juventude;
- Património Cultural, IP.

Não compareceram, mas enviaram parecer antecipadamente, as seguintes entidades:

- Águas do Vale do Tejo;
- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações;
- Direção-Geral do Território;
- Infraestruturas de Portugal, S. A.;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Instituto da Segurança Social.

Não compareceram, nem enviaram parecer, as entidades:

- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

- REN – Redes Energéticas Nacionais, S.A
- Câmara Municipal de Arronches;
- Câmara Municipal de Borba;
- Câmara Municipal de Campo Maior;
- Câmara Municipal de Monforte.

Relativamente ao IAPMEI, a entidade não se fez representar na reunião e não emitiu parecer nesta sede, tendo por base o ofício remetido a esta CCDR (ref. n.º 224/2025/DPR-DPAI) através do qual solicitou a dispensa de colaboração generalizada nas comissões de acompanhamento dos planos municipais de ordenamento do território. Todavia, a entidade havia já emitido pronúncia sobre a proposta de plano, no âmbito da 2.ª Reunião Plenária.

A presente reunião teve como objetivos os previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, tendo em conta as orientações e os contributos recebidos das diversas entidades, em função da natureza das suas atribuições e os interesses específicos a salvaguardar na área do concelho, previstos no n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma.

O funcionamento da comissão consultiva, bem como toda a tramitação do procedimento de revisão do PDM de Elvas, em curso, processa-se nos termos do art.º 2º da portaria acima identificada, através da PCGT, incluindo as convocatórias e o envio de documentação para apreciação.

A CCDR Alentejo IP., iniciou a sessão, dando as boas vindas e agradecendo a presença de todos, lembrando que a realização desta terceira reunião plenária se deve ao facto de, no âmbito da reunião plenária anterior, quatro entidades terem emitido pareceres desfavoráveis, e que nessa sequência, se determinou agendar reuniões setoriais com as mesmas – tendo em vista ultrapassar as questões que motivaram o sentido dos pareceres negativos – para, posteriormente, se realizar a reunião plenária final.

Mais informou que, as entidades que não manifestaram, fundamentadamente, a sua discordância com as soluções propostas, ou, apesar de convocadas, não compareceram à reunião, considera-se nada terem a opor à proposta de plano, nos termos do n.º 3 do artigo 84.º do RJIGT

Seguidamente, a CCDR, I.P. alertou para as recentes alterações ao RJIGT, decorrentes da entrada em vigor da Lei n.º 53-A/2025, de 9 de abril, salientando, em particular, as alterações introduzidas ao artigo 199.º, no que respeita à suspensão das normas relativas às áreas urbanizáveis e de urbanização programada, até à inclusão das regras de classificação e qualificação do solo nos planos municipais. Neste âmbito, elucidou que a suspensão das

referidas normas não opera de forma automática, tendo a mesma de ser declarada pela CCDR, após auscultação dos municípios. Reforçou, no entanto, que no caso concreto do PDM de Elvas, esta situação não será aplicável, uma vez que o processo de revisão está em fase de conclusão.

Esclarecidas as questões de natureza legal e processual, solicitou-se a pronúncia de cada entidade sobre a versão final do Plano, sem prejuízo dos respetivos pareceres que se anexam à presente ata.

### **PARECERES DAS ENTIDADES**

**- CCDR Alentejo, I.P.**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P. (USLNA)**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo.

**- Águas do Vale do Tejo**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo.

**- Direção-Geral de Energia e Geologia**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo

**- Direção-Geral do Território**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- Infraestruturas de Portugal, S. A.;**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo.

**- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.**

Emite parecer desfavorável, conforme parecer em anexo.

**- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo.

**- Instituto da Segurança Social, I.P.**

Emite parecer favorável, conforme parecer em anexo.

**- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo.

**- Turismo de Portugal, I. P.**

Emite parecer desfavorável, conforme parecer em anexo.

**- Património Cultural, IP.**

Emite parecer favorável condicionado, conforme parecer em anexo.



## CONCLUSÃO

Face à apreciação global dos elementos apresentados, e tendo em conta as observações apontadas e os pareceres em anexo, deverão estes ser analisados e considerados na proposta final de plano.

Ponderadas as posições manifestadas e os interesses em presença, resultantes do acompanhamento desta comissão consultiva, será proferido, no prazo de 15 dias a contar da data de realização da presente reunião, CCDR, I.P., o parecer final que traduzirá a decisão final e vinculativa de toda a Administração, nos termos do artigo 85.º do RJIGT e do artigo 17.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, versando o mesmo sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes.

Relembra-se ainda que o Parecer Final da CCDR e a presente Ata, deverão acompanhar a proposta de plano a apresentar a Discussão Pública (n.º1 do Art.º89.º do RJIGT) e a Aprovação pela Assembleia Municipal ( n.º3 do Art.º85.º do RJIGT).

Sem outro assunto a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Évora, 02 de maio de 2025.

*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.*

Assinado por: **ANA SOFIA BANDOVAS PARREIRA DE SOUSA**  
Num. de Identificação: 11884687  
Data: 2025.05.13 11:43:59+01'00'

Assinado digitalmente  
Chefe de Divisão de Ordenamento e Gestão Territorial  
BRUNO MIGUEL GUIMARÃES BORGES  
13-05-2025 12:41

## REVISÃO DO PDM DE ELVAS

### 3.ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO CONSULTIVA - PARECER

(n.º1 do art.º 13º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro)

#### 1. ENQUADRAMENTO

O presente parecer incide sobre a proposta de plano apresentada pela Câmara Municipal de Elvas para efeitos de realização da 3.ª reunião plenária, em conferência procedimental, tendo em vista a ponderação e votação final do plano, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Como nota prévia, refira-se que a proposta de plano já havia sido objeto de apreciação no âmbito da 2.ª reunião plenária, ocorrida no dia 21/03/2024, tendo esta CCDR, I.P. emitido parecer desfavorável, por se ter verificado não estarem reunidas as condições para aprovação das propostas de delimitação da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional. Foram ainda identificadas outras questões ao nível da proposta de plano e do Ruído que careciam de ponderação e correção.

Tendo em conta que mais entidades se pronunciaram em sentido desfavorável, concluiu-se pela necessidade de realização de nova reunião plenária, após reformulação da proposta de plano.

Nesses termos, e para efeitos da realização da 3ª reunião plenária, foram submetidos na PCGT, em 26/03/2025, os seguintes elementos, previstos no artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro:

- Proposta de regulamento;
- Planta de Ordenamento (1:25 000);
- Plantas de Ordenamento dos perímetros urbanos (1:10 000);
- Planta de Condicionantes (1:25 000);
- Planta de Condicionantes – proteção ao risco de incêndio (1:25 000);
- Relatório da proposta de plano (constituído pelos documentos “Ordenamento” e “Estratégia”);
- Avaliação Ambiental (Relatórios dos FCD e Relatório Ambiental);
- Planta de enquadramento regional;
- Planta da situação existente;
- Planta de compromissos urbanísticos;
- Planta dos valores naturais;
- Mapa de ruído;
- Carta Educativa;
- Programa de execução e plano de financiamento;
- Estudos de Caracterização e Diagnóstico;

- Proposta de exclusões da RAN - memória descritiva, RAN bruta e planta de exclusões;
- Proposta de exclusões da REN - relatório, REN bruta e planta de exclusões.

## 2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PLANO

Da análise da proposta de plano apresentada, verifica-se que as recomendações/observações efetuadas no parecer anterior (no âmbito da 2.<sup>a</sup> reunião plenária) foram globalmente acolhidas, alertando-se, todavia, para necessidade de corrigir/ ponderar as questões seguintes:

- Continua a estar prevista, na planta de ordenamento, a UOPG5 – Herdade da Comenda, a sujeitar a elaboração de Plano de Urbanização, embora o regulamento faça alusão à referida área como *“um espaço de reserva para estudo mais pormenorizado de ocupação do território para atividades e serviços económicos, associado à Rede Ferroviária”*. Considerando as condicionantes existentes na área territorial em causa, particularmente a ZEC do Caia, e os pareceres anteriormente emitidos pelo ICNF sobre a matéria, parece-nos ser improficuo programar esta UOPG sem que estejam reunidas as garantias de que a mesma poderá vir a ser executada;
- Reitera-se a necessidade de adequação dos conceitos e normas à nova redação do RJUE, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, designadamente no artigo 5.º do Regulamento;
- No artigo 42.º - *“Edificabilidade para fins habitacionais comum a todas as categorias de solo rústico”*, devem estar mencionadas as condições previstas na Norma 153 do PROT Alentejo, designadamente no que respeita à área mínima do prédio, a qual não poderá ser inferior **a 4 hectares**, podendo ser excecionada até aos 2 hectares nas freguesias com forte presença de pequena propriedade;
- Relativamente à regulamentação da admissibilidade de **instalação de centros electroprodutores**, mantém-se confusa a norma n.º 2 do artigo 42.º, sugerindo-se novamente a sua revisão.

## 3. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

No que respeita à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), a mesma já está aprovada e encontra-se em fase de publicação, nos termos previstos no artigo 12.º do Regime Jurídico da REN.

## 4. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

Efetuada a análise às peças escritas e gráficas, referimos que relativamente à delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), a metodologia de trabalho apresenta-se em conformidade com o esperado em casos similares no cumprimento dos critérios estabelecidos no Artigo 8.º do Decreto-

Lei n.º 73/2009 de 31 de março, com as alterações produzidas no Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro.

A proposta de delimitação da RAN no âmbito da Revisão do PDM de Elvas apresenta um conjunto de exclusões que totalizam 59,50ha (...) (56,74ha em atualização dos perímetros urbanos e compromisso em Solo Rústico e 2,75ha de Acertos), conforme apresentado na tabela 4 (...).

Consideramos que as propostas de exclusão estão em conformidade técnica e legal aplicável aos casos similares, segundo o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro ou demais orientações. Verifica-se que a delimitação da RAN apresentada tem um aumento líquido de 283ha da área em vigor, em conformidade com os demais processos de delimitação decorrentes das revisões dos PDM recentes.

O regulamento foi alterado em conformidade com os comentários referidos no PARECER/30/2024/DRANRI.

Em síntese, somos de parecer favorável à proposta de delimitação da RAN e regulamento no âmbito da revisão do PDM de Elvas, referindo-se a necessidade de ser considerado o parecer da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural enquanto autoridade nacional do regadio.

## 5. RUÍDO

No parecer emitido no âmbito da 2.ª reunião plenária, alertou-se para a necessidade de clarificar, no relatório do PDM, que as alterações ocorridas no território desde 2008, bem como as alterações/modificações em curso ou projeto, não motivam, em termos de “paisagem” sonora, alterações significativas que justifiquem a atualização dos mapas de ruído Lden e Ln de 2008. Na documentação disponibilizada, designadamente nos relatórios “Estratégia” e “Ordenamento do Território”, não se encontra esse esclarecimento, pelo que se reitera essa observação.

## 6. CONCLUSÃO

Atendendo ao exposto no presente parecer, a posição desta CCDR, IP. sobre a proposta de Plano submetida no âmbito da 2.ª reunião plenária é **favorável**, sem prejuízo das observações e sugestões acima identificadas.

CCDR Alentejo, I.P., 02 de maio de 2025

## Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas

### 3ª Reunião Plenária

#### Avaliação Ambiental Estratégica

No âmbito do disposto no artigo 13º da Portaria n.º277/2015 de 10 de setembro, e tendo sido disponibilizados na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial os documentos referentes à 3ª reunião plenária, relativamente à revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo solicitou a este Serviço parecer sobre os mesmos.

Como Entidade da Comissão Consultiva, à qual *“em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possa interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano”*, conforme previsto na alínea c), do ponto 1, do artigo 7º, da Portaria n.º277/2015 de 10 de setembro, procedeu-se à análise dos documentos disponibilizados.

Nesta fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, definida no Decreto-Lei n.º232/2007 de 15 de junho, este Serviço, no âmbito da Saúde Humana, dentro das suas competências e além do referido nos seus pareceres anteriores, nada tem a opor desde que, na aplicação do Plano Diretor Municipal seja imperativo garantir a defesa da saúde pública, na prevenção da doença e na promoção/manutenção da saúde da população, nomeadamente através:


- da proteção dos lençóis freáticos e das águas superficiais, delimitando perímetros de proteção das captações de água destinada ao consumo humano, de acordo com o estipulado na Portaria n.º702/2009, de 6 de julho, devendo a delimitação dos seus perímetros de proteção estar de acordo com o disposto no artigo 37º da Lei n.º58/2005, de 29 de dezembro;
- da desativação das captações de águas subterrâneas de acordo com o artigo 46º do Decreto-Lei n.º226-A/2007, de 31 de maio;
- da garantia da água de abastecimento em quantidade, caudal e pressão e com qualidade ao fim a que se destina;
- da salvaguarda e proteção das linhas de água e outras origens subterrâneas e superficiais existentes na área territorial, decorrente das práticas agrícolas que venham a ser implementadas e da previsível e consequente alteração de qualidade da água que possa resultar, nomeadamente pelo uso de fertilizantes e de fito-fármacos;



- de infraestruturas urbanas que permitam a gestão dos resíduos sólidos urbanos de acordo com os princípios de redução, reutilização e reciclagem. Estas infraestruturas não poderão comprometer a higiene urbana, o conforto e o bem-estar dos moradores próximos;
- da garantia de que todas as linhas de água, onde haja intervenção, não disponham de taludes revestidos com plantas que possam contactar com a água, pois estarão a ser criadas as condições adequadas para a existência de criadouros de vetores, como o mosquito;
- da avaliação do impacto do uso e transformação do solo nas doenças transmitidas por vetores, nomeadamente na proliferação de vetores, em todas as situações em que existam massas de água disponíveis, adotando as respetivas medidas de minimização;
- da garantia do tratamento adequado de todas as águas residuais, e da qualidade do efluente tratado de modo a não comprometer a qualidade do meio/ambiente recetor.

24/04/2025

O Delegado de Saúde da ULSAALE, EPE



---

(José Martins)

## Olga Maria Nobre Grilo

---

**De:** arhalt.geral  
**Enviado:** 30 de abril de 2025 16:38  
**Para:** geral@ccdr-a.gov.pt; ana.sousa@ccdr-a.gov.pt  
**Cc:** elina.santana@cm-elvas.pt  
**Assunto:** PCGT - 137 - PDM de Elvas - Revisão - 3.ª Reunião Plenária – Emissão de parecer

Documento nº **S025260-202504-ARHALT**, de 30 abril de 2025

Exmos Senhores,

Na sequência da convocatória para a 3.ª Reunião Plenária da 2.ª Revisão do PDM de Elvas (PDME), remetida pela CCDR Alentejo, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), em 28/03/2025, com o registo de entrada n.º E036206-202503-ARHALT, e após apreciação da Proposta de Plano disponibilizada, no âmbito das suas competências, esta entidade, considera de referir os aspetos que a seguir se identificam.

Como nota prévia, importa referir que a APA/ARH do Alentejo transmitiu, oportunamente, parecer sobre os Interesses Específicos a Salvar e os Programas e Políticas Setoriais a prosseguir com incidência na área abrangida pelo Plano, sobre os Elementos Iniciais e sobre a primeira versão da propostas de Plano, através dos documentos n.º S051488-202108-ARHALT.DRHI, de 17/08/2021 e n.º S009732-202202-ARHALT.DRHI, de 11/02/2022, e [S034141-202205-ARHALT.DRHI](#) de 19/05/2022, respetivamente.

Posteriormente, após a realização da 2ª Reunião Plenária em 31/03/2024, foram emitidos os seguintes pareceres à proposta de Plano: S020181-202403-ARHALT, de 21/03/2024 e S061028-202410-ARHALT, de 24/10/2024, na sequência de reunião sectorial.

No que respeita à proposta de REN bruta do município de Elvas, a APA/ARHALT emitiu o seu parecer em 21/07/2023, documento nº S046381-202307-ARHALT.DRHI, e em 21/12/2023, documento nº S074568-202312-ARHALT, solicitando um conjunto de correções à delimitação apresentada.

Posteriormente, e após várias reuniões sectoriais, a APA/ARHALT emitiu *Parecer Favorável* à proposta de delimitação da REN bruta e exclusões da REN (versão 4, de novembro 2024) em 16/12/2024, documento nº S070082-202412-ARHALT.

### **a) Regulamento**

No que respeita à proposta de Regulamento apresentada, refere-se que as orientações/correções identificadas no parecer anterior (S020181-202403-ARHALT, de 21/03/2024) foram maioritariamente acolhidas, sendo apresentada a respetiva justificação para as opções assumidas pelo Município, nas que considerou de não serem incluídas, pelo que nada temos a opor à presente versão.

Releva-se com agrado a opção de integração do articulado dos Planos de Ordenamento Albufeira do Caia e de Alqueva e Pedrogão no corpo do Regulamento, permitindo uma leitura mais integrada deste território, assim como a apresentação da tabela de transposição do POA do Caia e do POA Alqueva e Pedrogão para o regulamento do PDM, no documento *Ordenamento do Território*.

Contudo, importa assinalar a necessidade de retirar da atual proposta, as designações referentes a categorias de espaço provenientes dos POA, que efetivamente não se encontram presentes no território do Município de Elvas.



Refere-se ainda que se encontra em falta a transposição do artigo 22º do regulamento do POAAP, designadamente as disposições contidas nos pontos 3 a 6, situação que deve ser corrigida em conformidade.

## **b) Peças desenhadas**

- *Carta Base*

Verifica-se que as peças desenhadas agora apresentadas incluem a representação da rede hidrográfica enquanto elemento da *Carta Base*, em conformidade com a indicação efetuada no anterior parecer.

- *Planta de Condicionantes*

Verifica-se que foram efetuados ajustes na delimitação das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público, em conformidade com os POA em vigor, tal como havia sido indicado. A legenda foi reformulada de acordo com as indicações efetuadas no anterior parecer.

Por outro lado, importa salientar que na *Planta de Condicionantes* em formato *pdf*, não se encontram delimitadas as margens das Albufeiras de Águas Públicas e restante rede hidrográfica, devendo a mesma ser delimitada em conformidade.

Dá-se ainda nota de que, na *Planta "20L05\_PDM\_ec\_03E\_Condicionantes\_A0\_25000\_I"*, deve representar-se o limite da *Albufeira Classificada* em toda a sua extensão, em conformidade com a legenda (contorno a tracejado), por forma a distinguir-se claramente dos *Leitos e Margens das Águas Fluviais*.

Por outro lado, verifica-se que a Zona Reservada (ZR) da ZTP do POAAP extravasa a respetiva ZTP, situação que deve ser corrigida em conformidade com o POAAP.

- *Planta de Ordenamento*

Embora a *Planta de Ordenamento* identifique a ZTP e o NPA das Albufeiras de Águas Públicas, em conformidade com a delimitação constante nos respetivos POA em vigor, verifica-se que o grafismo adotado para a representação da ZTP dificulta a leitura geral da peça desenhada, pelo que se sugere a adoção de uma opção mais legível.

Assinala-se igualmente a necessidade proceder à correção das designações adotadas para as categorias de espaço, por forma a haver correspondência clara entre esta peça desenhada e o regulamento. A título de exemplo, referem-se os "Espaços de utilização especial ou outra ocupação" e respetivas subcategorias.

Refere-se ainda que o contorno que estabelece o limite das subcategorias de espaço, sobretudo as que dizem respeito às ZTP das Albufeiras de Águas Públicas, não são perceptíveis, devendo ser representadas de forma a serem mais legíveis.

## **c) Estudos de Caracterização e Diagnóstico (ECD)**

Os *Estudos de Caracterização e Diagnóstico*, datados de fevereiro 2025, integram os elementos necessários e suficiente a uma caracterização da situação de referência, mantendo-se o parecer anteriormente emitido a este documento (S020181-202403-ARHALT, de 21/03/2024).

## **d) Estratégia Municipal**

O documento da *Estratégia Municipal* e datado de fevereiro 2025, apresenta as grandes opções de planeamento da revisão do PDM de Elvas fazendo o seu enquadramento nas estratégias de âmbito nacional (PNPOT, Portugal 20230) e regional (PROTA) e assumindo objetivos de sustentabilidade a adotar para o futuro desenvolvimento deste território, o que se regista como muito positivo, pelo que nada temos a opor ao presente documento.

### **e) Ordenamento do Território**

O documento *Ordenamento do Território*, datado de fevereiro 2025 integrou as recomendações indicadas no anterior parecer da APA/ARHALT, tendo apresentado a tabela onde consta a transposição efetuada dos Planos de Ordenamento das Albufeiras, identificando as categorias do POA do Caia e do POA Alqueva e Pedrogão que foram transpostas e em que termos, para o regulamento do PDM, pelo que nada temos a opor ao presente documento.

### **f) Reserva Ecológica Nacional (REN)**

Tendo como enquadramento os pareceres já emitidos pela APA/ARH do Alentejo, nomeadamente o documento nº S070082-202412-ARHALT, de 16/12/2024, através do qual se emitiu *Parecer Favorável* à proposta de REN do concelho de Elvas, e não tendo havido alterações à mesma, nada mais temos a acrescentar.

### **g) Relatório Ambiental (RA) da AAE**

Analisados os documentos disponibilizados, relativos à AAE da 2ª Revisão do PDM de Elvas, importa referir positivamente que foi apresentada uma **tabela de ponderação** onde foram sistematizados os contributos emitidos pelas entidades consultadas nas fases anteriores. No entanto, embora esta tabela refira que foram considerados vários dos aspetos apontados pela APA, na prática verifica-se que alguns desses aspetos não estão ainda incluídos nos documentos agora disponibilizados, aspeto a retificar.

Da análise efetuada ao **Relatório Ambiental**, de fevereiro de 2025, constata-se que o documento foi melhorado, apresentando-se bem identificado, com uma estrutura mais adequada e mencionando a equipa técnica responsável pelo exercício de AAE. Contudo, persistem ainda alguns aspetos que necessitam de ser retificados ou completados, de forma a obter uma versão mais completa e robusta do RA a sujeitar a consulta pública.

Verifica-se que o RA não apresenta todo o enquadramento metodológico presente no RDA. Uma vez que o RA é o documento que acompanhará a proposta de plano na fase de discussão pública, considera-se útil apresentar os principais elementos metodológicos deste procedimento de AAE, designadamente o quadro de avaliação, em falta.

Relativamente ao Quadro de referência Estratégico (QRE), apresentado por Fator Crítico de Decisão (FCD), continua a constatar-se que se encontra desatualizado, pelo que é necessário proceder à sua atualização.

Considera-se que o QRE deve aparecer num quadro próprio, organizado por âmbito nacional, regional ou local, com menção dos diplomas legais que aprovam ou publicam os instrumentos selecionados.

Reitera-se que o PERSU 2020+ já se encontra revogado, estando agora em vigor o PERSU 2030, publicado pela RCM n.º 30/2023, de 24 de março. Este aspeto necessita de retificação, ajustando as metas relacionadas com este diploma.

Também é de mencionar que os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) a considerar são os aprovados pela RCM n.º 62/2024, de 3 de abril, que aprova os PGRH de Portugal Continental para o período 2022-2027. Também os objetivos e metas relacionados com estes planos têm de ser verificados e atualizados.

No que diz respeito ao Quadro de Avaliação da AAE, verifica-se que o mesmo foi apresentado no relatório de definição do âmbito, mas não consta no RA apresentado, aspeto a completar, uma vez que é um elemento essencial da avaliação ambiental apresentada.

Ao longo do RA, a nomenclatura Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) deve ser retirada e substituída por Resíduos Urbanos (RU).

O Quadro 37 apresenta os indicadores de monitorização ou seguimento para o PDME. Consta-se que o número de indicadores apresentado é superior ao número definido nos guias de boas práticas existentes em matéria de AAE, aspeto a corrigir. Ainda no que se refere ao mesmo quadro, as metas apresentadas devem ser quantitativas sempre que possível.

Concorda-se genericamente com o **Resumo Não Técnico** (RNT) apresentado, em termos de dimensão, estrutura e tipo de linguagem utilizada. Realça-se, no entanto, que o RNT deve ser revisto em conformidade com as revisões efetuadas ao RA.

Quanto às **fases seguintes do procedimento de AAE**, recorda-se que:

- Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e do RNT a sujeitar a discussão pública.
- Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública, que deve ser enviado à APA e restantes entidades consultadas juntamente com a Declaração Ambiental, aquando da publicação do Plano.
- Deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA a disponibilizar no site da CM deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.
- Aquando da publicação da revisão do PDM em Diário da República, deve ser feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE.

Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.

Face ao exposto, concorda-se genericamente com o RA analisado, julgando-se que se forem tidos em consideração os contributos acima apresentados, se encontram reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão revista do RA e do respetivo RNT, que deverão acompanhar a proposta de plano na fase de discussão pública.

Mais se informa que toda a informação relevante sobre a AAE se encontra sistematizada no site da APA na seguinte hiperligação:

<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/avaliacao-ambiental-estrategica>

Face à análise efetuada nos pontos anteriores, a APA/ARH Alentejo emite **parecer favorável** à proposta apresentada, **condicionado** às indicações acima expostas.

Com os melhores cumprimentos

**Administração da Região Hidrográfica do Alentejo**



Av. Eng.º Arantes e Oliveira, 193  
7004-514 Évora  
Telefone: (+351) 266 768 200  
[arhalt.geral@apambiente.pt](mailto:arhalt.geral@apambiente.pt)



**apambiente.pt**

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

## **Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas**

### **Convocatória para 3.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva**

#### **Parecer da Águas do Vale do Tejo S.A.**

Na sequência do pedido apreciação e emissão de parecer previsto na alínea a) do n.º I do artigo 13º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, nomeadamente sobre a revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas disponibilizados na PCGT, vem a EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., e enquanto entidade com a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, S. A. (AdVT) função do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, apresentar o seu parecer no que concerne aos elementos supra.

#### **1. Considerações Gerais**

Verificamos que as infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da AdVT para além de se encontrarem representadas nas Plantas de Condicionantes, estão igualmente patenteadas nas plantas de ordenamento assim como mencionadas no Regulamento proposto.

#### **2. Interferências com as Infraestruturas da AdVT**

Conforme anteriormente referido, face à importância dos ativos operacionais de serviço público sob responsabilidade AdVT para o concelho de Elvas, quaisquer interferências com as nossas infraestruturas que decorram da concretização do Plano Diretor Municipal de Elvas terão que ser submetidas a parecer da EPAL/AdVT para definição da solução mais adequada com vista à salvaguarda e proteção das mesmas.

#### **3. Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (legislação relativa às servidões e restrições de utilidade pública e de outra legislação, específicas do sector)**

Pelas razões já expressas nos pontos anteriores, registamos com apreço a inclusão do ponto 12 do Artigo 15º, da proposta do Regulamento, dado que a salvaguarda das infraestruturas em “alta” da AdVT sairá assim reforçada.

#### 4. Conclusões / Parecer

Na sequência do exposto nos pontos anteriores, EPAL/AdVT emite **Parecer Favorável** aos elementos apresentados referentes à proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas.

Relativamente à proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Relatório Ambiental, a EPAL/AdVT nada tem a objetar.

Informamos ainda, que por questões de agenda, não nos é possível comparecer na 3ª Reunião Plenária de dia 30 de abril.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS  
Responsável da Área de Licenciamentos e Integração de Ativos

(Fernando Camilo Mateus)

## PARECER TÉCNICO

Na presente data, no âmbito das competências da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, procedeu-se à análise dos elementos presentes na plataforma PCGT, relativos à 3.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva para revisão do PDM de Elvas.

No que diz respeito ao processo de revisão de qualquer Plano Diretor Municipal (PDM), é preocupação desta Autoridade que fiquem contemplados nas peças escritas e nas peças desenhadas que integram o PDM todos os elementos relacionados com servidões radioelétricas já constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro, cuja gestão seja da responsabilidade da ANACOM e que imponham condicionantes no território do município.

Nos documentos analisados não consta matéria da área de competência desta Autoridade cujo conteúdo mereça qualquer comentário de objeção.

Nesta conformidade, o parecer desta Autoridade relativo ao conteúdo dos documentos analisados, presentes na PCGT, é **favorável**.

28 de março de 2025

Ricardo Gameiro

DIREÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel Pinto dos Santos Gameiro**  
Num. de Identificação: 13610109  
Data: 2025.03.28 14:28:17+00'00'





Via Plataforma Colaborativa de Gestão  
Territorial

-

V. REF.

V. DATA

N. REF. OF/2473/AAle/2025

N. DATA 30-04-2025

---

**ASSUNTO** Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas

---

Informa-se V. Ex.<sup>a</sup> que, no âmbito da realização da 3.<sup>a</sup> Reunião Plenária - Revisão do PDM de Elvas, foram analisados os documentos partilhados na PCGT sobre a proposta de Plano.

Tendo em consideração o conteúdo do parecer desta ANPC (N. REF. OF/2159/AAle/2024) emitido no âmbito da 2.<sup>a</sup> reunião plenária (21 de março de 2024), considera-se que foram atendidos os aspetos então identificados como omissos, nomeadamente a identificação das áreas e equipamento afetos aos agentes de proteção civil, agora incluídos na Planta de Riscos apresentada.

Face ao exposto, no que às competências da ANPC diz respeito, a presente proposta de PDM reúne condições de aprovação.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil

Nada a opor.

Assinado digitalmente por RUI  
MANUEL GINJA CONCHINHA  
Data: 2025.05.05 10:19:08 +01:00

**N. REF.**

**e-mail:**

geral@ccdr-a.gov.pt

ana.sousa@ccdr-a.gov.pt

**c/ recibo de leitura**

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Alentejo  
a/c Dr.ª Ana Sousa

Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193  
7004-514 Évora

Sua Referência	Sua Data	Nossa Referência	Data
PCGT n.º 410 (ex-137)	27-03-2025	N.º: DGADR-S01606-202504-OF-DSTAR\DOER Proc.º E01814-202504-DSTAR\DOER	22-04-2025

**ASSUNTO:** PCGT – ID 410 (ex-137) – revisão do PDM de Elvas.  
Parecer relativo à Proposta de Plano – Fase 3 (terceira reunião plenária).

No âmbito dos trabalhos da Comissão Consultiva de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas, e no seguimento da disponibilização na PCGT dos estudos e elementos da Proposta de Plano previstos na legislação em vigor, cabe referir o seguinte:

## 1. Enquadramento

Localizam-se, no município de Elvas, áreas integradas no Aproveitamento Hidroagrícola do Caia (AHC) pelo que, para efeitos da análise à proposta de plano, se consideram sujeitas ao Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola (RJOAH), conforme o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril, e respetiva legislação complementar. É de referir a existência no concelho do Aproveitamento Hidroagrícola Potencial do Cancão, que na presente data não constitui condicionante ao uso do solo, estando apenas identificado o seu potencial hidroagrícola.

## 2. Análise

Após análise das peças constantes da Proposta de Plano mencionada no número 1 do presente ofício, tendo em conta que as correções solicitadas aquando do parecer às versões anteriores da Proposta de Plano foram, na generalidade, adotadas, e considerando as orientações setoriais e a legislação em vigor, a DGADR tece os comentários constantes dos números 3 a 7.

### 3. Regulamento

a) Relativamente ao artigo 49.º, o número 4 proposto deverá ser substituído pela seguinte redação, aplicada em todos os PDM e que esta Direção-Geral considera a mais adequada para estas áreas:

4. a) *As áreas beneficiadas pelos Aproveitamentos Hidroagrícolas regem-se pelo Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola (RJOAH), publicado pelo Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 86/2002 de 6 de abril, e legislação complementar.*

b) *Na área abrangida pelo AHC, de acordo com o RJOAH, são proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo do aproveitamento hidroagrícola, forem admitidas como complementares da atividade agrícola.*

c) *As operações urbanísticas e demais ações admitidas no solo rústico e no solo urbano, devem salvaguardar as infraestruturas do AHC e as respetivas faixas de proteção, nos termos do regime jurídico respetivo.*

d) *Não é permitida a edificação, a abertura de vias de comunicação, a instalação de estacionamento, de vedações ou cercas, ou a plantação de arvoredos, numa faixa de 5 m para cada lado dos limites exteriores dos canais de rega ou do eixo das condutas de transporte de água.*

e) *Nas áreas beneficiadas por aproveitamento hidroagrícola, objeto de reclassificação como solo urbano ou, nas áreas beneficiadas em solo rústico, com qualificação e usos não permitidos, nem admitidos como complementares da atividade agrícola, nos termos do regime jurídico específico, os prédios ou parcelas de prédios nelas integrados, terão de ser objeto de procedimento de exclusão nos termos do respetivo regime jurídico.*

f) *Não são admissíveis quaisquer operações urbanísticas nas áreas referidas no número anterior, sem prévia exclusão do prédio ou parcela da área beneficiada.*

g) *O procedimento de exclusão inicia-se a requerimento do titular do prédio em causa, e conclui-se com o pagamento do montante compensatório fixado no despacho de exclusão proferido pelo membro do governo competente, sobre proposta da entidade com tutela, e da garantia de salvaguarda da integridade e funcionamento das infraestruturas do aproveitamento hidroagrícola e respetivas faixas de proteção.*

b) Na alínea c) do artigo 12.º deverá ser acrescentado o seguinte sublinhado: (...), sendo exclusivamente admissíveis a instalação de unidades relacionadas com a exploração do sequeiro, exceto nas áreas beneficiadas por aproveitamento hidroagrícola;

### 4. Planta de Ordenamento

Relativamente à Planta de Ordenamento, assinala-se a delimitação da “UOPG - Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia”, que abrange áreas beneficiadas pelo AHC. Uma vez que a proposta de plano mantém aqui a classificação de Espaço Agrícola e a condicionante RAN e AHC, remetendo para

estudos futuros a pormenorização da ocupação deste território, esta Direção-Geral nada tem a obstar, ressaltando a necessidade de se respeitar o estabelecido no RJOAH, nomeadamente a manutenção da viabilidade económica da obra de rega e a integridade das suas infraestruturas.

## 5. Planta de Condicionantes e Reserva Agrícola Nacional

a) Relativamente às situações propostas para desafetação da Reserva Agrícola Nacional, esta Direção-Geral nada tem a obstar.

b) Relativamente à Planta de Condicionantes, as áreas propostas para exclusão deverão ser representadas com um grafismo distinto, sob a designação de “Áreas a excluir do Aproveitamento Hidroagrícola do Caia ao abrigo do artigo 101.º do RJOAH” – conforme shapefile em anexo ao presente ofício.

## 6. Relatórios

Relativamente aos Relatórios do Plano, Relatório do Estado do Ordenamento do Território e aos estudos de caracterização, esta Direção-Geral nada tem a obstar.

## 7. Reserva Ecológica Nacional

Nada a assinalar.

## 8. Conclusão

Atendendo ao exposto e à legislação em vigor, relativamente

- a) à proposta de Plano, a DGADR emite **parecer favorável condicionado** à incorporação das alterações mencionadas nas alíneas a) e b) do número 3 e na alínea b) do número 5;
- b) à delimitação da REN, a DGADR considera que **não há lugar a parecer**;
- c) à proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional, a DGADR emite **parecer favorável**;
- d) aos Relatórios do Plano, a DGADR emite **parecer favorável**.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor-Geral,

Rogério Lima  
Ferreira

Assinado de forma  
digital por Rogério  
Lima Ferreira  
Dados: 2025.04.29  
12:01:44 +01'00'

Rogério Lima Ferreira

LP

ANEXO: shapefile das áreas a assinalar como “Áreas a excluir de Aproveitamento Hidroagrícola” conforme o n.º 5 do presente ofício

**Saída nº:** 845/2025  
**Referente a:** Revisão do PDM  
de Elvas  
**Data:** 28-04-2025  
**Sua referência:**

CCDR Alentejo - Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.  
A/C Dr<sup>a</sup> Ana Sousa  
Avenida Eng.<sup>o</sup> Arantes e Oliveira n.º 193  
7004-514 Évora

**Assunto: PCGT - ID 410 – Revisão do PDM de ELVAS - Convocatória para a 3.ª Reunião Plenária**

Em 27 de março de 2025 esta Direção-Geral rececionou um pedido de parecer por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., destinado à apreciação dos elementos finais da proposta de Revisão do PDM de Elvas, juntamente com a convocatória para a 3ª Reunião Plenária a realizar a 30 de abril, por videoconferência. Os documentos da Proposta de Plano foram disponibilizados através da plataforma PCGT.

Assim, sobre as áreas do âmbito dos recursos energéticos e geológicos, da tutela desta Direção-Geral, importa informar o seguinte:

**1. Recursos Energéticos**

**1.1. Combustíveis**

Indica a n/ Direção de Serviços de Combustíveis (DSC) que a documentação enviada pela CCDR Alentejo, I.P., diz respeito à revisão do PDM de Elvas e consiste essencialmente no Regulamento, no Relatório Ambiental e Resumo não Técnico no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, bem como nas Plantas Ordenamento, de Infraestruturas e de Condicionantes.

Da análise à documentação referida, verifica-se a ausência de elementos suscetíveis de condicionar a instalação de infraestruturas na área dos combustíveis, nomeadamente no que respeita à mencionada proposta de Regulamento bem como a definição de objetivos de sustentabilidade e de indicadores presentes naqueles relatórios ambientais.

**1.2. Energia Elétrica**

A n/ Direção de Serviços de Energia Elétrica (DSEE), reiterando o seu anterior parecer constante do ofício da DGEI emitido em 21 de março de 2024, emite os seguintes comentários genéricos e específicos à proposta de Regulamento:

**1.2.1. Comentário genérico:**

- 1) O compromisso também assumido por Portugal para a Transição Energética, com destaque para o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), “*Objetivo 3. Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética de Portugal*”, objetivo este crítico para o desenvolvimento nacional e local, exige de todos investimento em medidas que permitam simplificação adequada às necessidades, existindo para o efeito legislação sectorial que permite a qualquer projeto garantir a sua adequabilidade e licenciamento com mitigação de riscos para o ambiente, populações e outros.

Para o efeito tem para o sector da produção de energia elétrica vindo a ser publicada legislação específica, cujo objetivo não deve ser condicionado por demais regulamentação ou PDM, promovendo-se o envolvimento dos Municípios para a adaptação dos PDM no sentido de se simplificar o licenciamento de projetos de produção de energia elétrica por energias 100% renováveis, através da inclusão deste objetivo na estratégia e ação governativa local.

**Notas:**

**a) Legislação de referência do setor:**

- i. Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional;
  - ii. Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, que aprova medidas excecionais que visam assegurar a simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis;
  - iii. Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, que altera as medidas excecionais para a implementação de projetos e iniciativas de produção e armazenamento de energia de fontes renováveis;
  - iv. Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais;
- nas suas atuais redações, devendo ainda ser tido em conta as orientações da UE com destaque para o “Regulamento (UE) 2022/2577, de 22 de dezembro de 2022, que estabelece um regime para acelerar a implantação das energias renováveis.

**b) Compensação aos Municípios**

A instalação de centros electroprodutores de eletricidade de fonte renovável prevê uma compensação pecuniária pelo Fundo Ambiental aos Municípios, nos termos do Artigo 4.º-B do Decreto-Lei 72/2022 de 19 de outubro, que acresce às cedências pelos titulares de centrais renováveis aos Município previstas no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

Cumulativamente, o Decreto-Lei 18/2024, de 02 de fevereiro cria um novo mecanismo de compensação e estabelece contrapartidas aos municípios fortemente impactados por externalidades locais negativas decorrentes do desenvolvimento da rede elétrica necessária em projetos elétricos estratégicos de grande impacto.

**2) Sugere-se que se promova a compatibilização do PDM com a rede elétrica de serviço público (RESP), incluindo a evolução prevista no:**

- Plano de Desenvolvimento Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD-e) e
- Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (PDIRT-e).

Neste sentido, entendemos como positivo que no âmbito desta revisão do PDM o Município providencie contactos com:

- A concessionária da rede pública de distribuição (E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A)
- A concessionária da rede pública de transporte (REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.).



### 1.2.2 Comentários específicos ao Projeto de Regulamento

- 1) Sugere-se que no n.º 5 do Art.º 59º. *Ocupações e utilizações*, onde se lê:

*“A instalação de novas infraestruturas de transporte de energia fica condicionada à realização da respetiva Avaliação de Impacte Ambiental nos termos da legislação em vigor. As correspondentes ações de conservação e manutenção associadas à garantia da segurança de pessoas e de bens não carecem de autorização.”,*

passa a constar:

*“A instalação de novas infraestruturas de transporte de energia fica condicionada à realização da respetiva Avaliação de Impacte Ambiental, se aplicável, nos termos da legislação em vigor. As correspondentes ações de conservação e manutenção associadas à garantia da segurança de pessoas e de bens não carecem de autorização.”*

## 2 Recursos Geológicos

### 2.1. Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos

Indica a n/ Direção de Serviços de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos (DSRHG) que, reiterando o seu parecer constante do ofício da DGEG emitido em 21 de março de 2024, há a referir o seguinte:

#### 2.1.1. Regulamento

No nº 3 do Art.º 27.º Disposições Gerais de Viabilização de Usos do Solo é referido que:

*“3. Não obstante o constante no presente regulamento, nos termos da legislação em vigor, é permitida a prospeção e exploração de recursos geológicos e respetivos anexos de apoio, em todas as categorias e subcategorias do solo rústico.”*

Considera-se que se deva alargar esta prescrição ao solo urbano no que respeita aos recursos hidrogeológicos (água mineral natural e água de nascente) e aos recursos geotérmicos, uma vez que, por vezes, estes recursos geológicos são explorados em solo urbano, **devendo estas atividades ser compatibilizadas nos termos do disposto no Art.º 28.º.**

### 2.2. Concessões Mineiras (Depósitos Minerais)

Indica a n/ Direção de Serviços de Estratégia e Fomento dos Recursos Geológicos (DSEFRG) que, reiterando o seu parecer constante do ofício da DGEG emitido em 21 de março de 2024, há a referir o seguinte:

#### 2.2.1. Análise da documentação disponibilizada

##### **. PROPOSTA DE PLANO 0 - Regulamento /Planta de condicionantes/ Planta de Ordenamento:**

##### **• Art.º 14º. Identificação**

No ponto 2. *Recursos geológicos*, deverá ser prevista uma nova alínea, f), prevendo a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, áreas concessionadas, em exclusivo, à EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, para o exercício daquela atividade.

Em conformidade, também a Planta de Condicionantes, deverá refletir/conter a implantação da área de Recuperação ambiental N.º 141-Santa Eulália, para exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas;

- **Art.º 40º. Qualificação de espaço no solo rústico**

Na alínea c), do ponto 1., deverão ser incluídas (discriminadas) as duas subcategorias de solo: *Área de Salvaguarda de Exploração* e *Áreas com Potencial para Aproveitamento*;

- **Art.º 54º. Ocupações e Utilizações do espaço de atividade extrativa e unidades extrativas isoladas**

Deverá ser retificado o mencionado no ponto 1., como segue:

*“1. As Áreas com Potencial para Aproveitamento para a indústria extrativa, representadas na ~~planta de condicionantes~~ **planta de ordenamento**, coincidem com outras categorias de espaços do solo rústico, constituindo o aproveitamento de recursos geológicos um uso complementar dos usos dominantes do solo rústico, que manter-se-ão até à efetivação de qualquer exploração.”*

Igualmente, e, em conformidade, a Planta de Ordenamento, deverá refletir a implantação das áreas correspondentes às duas subcategorias da categoria de solo rústico *Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos: Área de Salvaguarda de Exploração* e *Áreas com Potencial para Aproveitamento*.

## **. PROPOSTA DE PLANO - 13. OCUPAÇÃO DO SOLO RÚSTICO**

- No ponto 13.1.3. *Recursos geológicos*. deverá ser feita a seguinte alteração:

*“(…) No extremo Nordeste **Noroeste** situa-se uma área considerável designada “área em recuperação”, correspondendo a áreas onde já não ocorre exploração. (…)”*

## **. PROPOSTA PLANO - 04. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

- No ponto 3. *Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos* deverá ser feita a seguinte alteração:

*“(…) No extremo ~~Nordeste~~ **Noroeste** situa-se uma área considerável designada “área em recuperação”, correspondendo a áreas onde já não ocorre exploração. (…)”*

### **2.3 Pedreiras (Massas Minerais)**

Emite a n/ Direção de Serviços de Minas e Pedreiras/ Divisão de Pedreiras do Sul (DSMP/ DPS) os seguintes comentários e contributos com propostas de melhoria e de alteração:

#### **2.3.1. Comentários específicos ao Projeto de Regulamento**

- 1) No nº 2 do Artº 14.º **Identificação** devem ser eliminadas as alíneas a) e e) porque o concelho de Elvas não é abrangido por nenhuma área cativa e porque as pedreiras já estão consideradas na alínea d) e porque além do granito existem outros tipos de massas minerais a considerar;

- 2) Não obstante as disposições regulamentares em vigor e o constante no presente regulamento, nomeadamente no nº 3 do Artº 27.º, nos nºs 1 e 12 do Artº 41.º e no nº 1 do Artº 43.º, a exemplo do estabelecido para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais e frutícolas, **devem as alíneas b) e c) do Art.º 41.º incluir igualmente a atividade de exploração de recursos geológicos;**
- 3) **A redação do nº 1 do Artº 53.º deve ser corrigida** de forma a clarificar a inclusão nas áreas licenciadas da utilização e da edificação dos anexos e das construções de apoio à atividade de exploração de recursos geológicos e também de estabelecimentos industriais de primeira transformação dos produtos resultantes da atividade extrativa.

### 2.3.2. Comentários específicos às Plantas de Condicionantes e de Ordenamento

As Plantas de Condicionantes e de Ordenamento devem ser alteradas de forma a ter em conta a situação e ocupação atual de todas as pedreiras existentes, conforme shapefiles anteriormente enviadas e a shapefile que agora anexamos de forma a corrigir e atualizar a georreferenciação das Pedreiras nºs 4416 - Chacins, 4715 – Maria Ribeira e a 5539 – S. Pedro dos Matos.

## 3. Conclusão

Face ao exposto, **emite-se parecer favorável** à aprovação da proposta de plano apresentada para efeitos da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas, **condicionado à inclusão das alterações anteriormente referidas.**

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Divisão das Pedreiras do Sul



José Miguel Pais

**PDM – Elvas**  
**Revisão**

**PCGT n.º 410 (Ex-137)**

Do ponto de vista formal, o acompanhamento dos procedimentos de formação dos Instrumentos de Gestão Territorial resulta do disposto na Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPSOTU1) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT 2), cabendo à Direção-Geral do Território (DGT) acautelar, nas matérias que estão no âmbito das suas competências, que são respeitados os requisitos e orientações que resultam deste quadro legal, regulamentar e institucional.

O presente documento traduz o parecer da DGT no que respeita às matérias da sua competência, emitido com base na análise de uma amostra das plantas e que constituem a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas.

Na sequência da solicitação através de email da PCGT APOIO e após apreciação efetuada sobre uma amostra da documentação disponibilizada, vimos informar o seguinte:

## **1. INFRAESTRUTURA GEODÉSICA NACIONAL**

A Rede Geodésica Nacional (RGN) e a Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP) constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em Portugal e encontram-se protegidos pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril. A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser consultada na página de internet da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>

Caso seja necessário poderá ser solicitada à DGT uma listagem da informação da RGN e da RNGAP.

Esta informação consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) e pode também ser consultada através do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG):

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

**PDM – Elvas**  
**Revisão**

**PCGT n.º 410 (Ex-137)**

N.º Req	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
1.1	Os vértices geodésicos da RGN deverão ser corretamente representados na Planta de Condicionantes, com os respetivos topónimos.	DL 143/1982	<b>S</b>

#### **Restrições**

- A zona de proteção dos vértices geodésicos da RGN é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio, e deve ser assegurado que qualquer edificação ou arborização a implantar não vai obstruir as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.
- Deve ser assegurada a integridade física das marcas de nivelamento da RNGAP apesar de estas não terem que ser representadas na Planta de Condicionantes.
- O desenvolvimento de algum projeto que dificulte ou condicione a normal função dos vértices geodésicos ou das marcas de nivelamento, nomeadamente a violação da zona de respeito dos primeiros, ou das suas visibilidades, requer a solicitação de um parecer prévio à DGT sobre a viabilidade da sua remoção ou da sua realocização.
- S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

## **2. CARTOGRAFIA**

Os requisitos das plantas que constituem os planos territoriais são estabelecidos principalmente no projeto de portaria que estabelece o Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT) e a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e na Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM, utilizando as definições estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 5/2019, de 27 de setembro. A escolha de cartografia topográfica a utilizar na elaboração dos planos territoriais enquadra-se no DL nº 193/95, de 28 de julho republicado pelo DL nº 130/2019, de 30 de agosto. Para mais informação sobre a cartografia a usar nos planos deve ser consultado o documento “Princípios orientadores para a produção de

PDM – Elvas  
Revisão

PCGT n.º 410 (Ex-137)

cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”, disponível na página de Internet da DGT.

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.1	Os planos diretores e os planos de urbanização podem utilizar cartografia topográfica de imagem desde que a mesma seja completada por informação vetorial: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oro-hidrográfica tridimensional;</li> <li>• Rede rodoviária e ferroviária;</li> <li>• Toponímia.</li> </ul>	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	<b>NA</b>
2.2	A informação vetorial mencionada no ponto anterior deve ser consistente com a imagem do ponto de vista espacial e temporal, sendo que os critérios subjacentes à avaliação desta consistência encontram-se descritos no documento “Princípios orientadores para a produção de cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”.	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	<b>NA</b>
2.3	A cartografia topográfica (vetorial ou de imagem) a utilizar nos planos territoriais é obrigatoriamente oficial ou homologada.	DL 130/2019 Art.15º-A / 1	<b>S</b>
2.4	A cartografia oficial e homologada consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) integrado no Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG).	DL 130/2019 Art.3º / 5	<b>S</b>
2.5	Em Portugal continental, a cartografia topográfica para fins de utilização pública deve ser elaborada e atualizada com base no sistema de georreferência PT -TM06/ETRS89 (EPSG:3763).	DL 130/2019 Art.3º-A / 1	<b>S</b>
2.6	A cartografia topográfica a utilizar deve cumprir os seguintes <b>requisitos de exatidão posicional</b> planimétrica e altimétrica: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhor ou igual a 5 metros em planimetria e altimetria.</li> </ul>	DL 130/2019 Art.15º-A / 9	<b>S</b>

PDM – Elvas  
Revisão

PCGT n.º 410 (Ex-137)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.7	A cartografia topográfica a utilizar nos planos territoriais deve observar, à data da deliberação municipal ou intermunicipal que determina o início do procedimento de elaboração, alteração ou revisão do plano, o <b>seguinte prazo</b> : <ul style="list-style-type: none"> <li>• cartografia oficial ou homologada, com data de edição ou de despacho de homologação, inferior a cinco anos.</li> </ul>	DL 130/2019 Art.15º-A / 5 <b>Alterado p/ Decreto-Lei n.º 45/2022 de 8 de julho</b>	<b>S</b>
2.8	As plantas que constituem os planos territoriais, contêm uma legenda que é formada por duas partes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A legenda rótulo</b>, com as indicações necessárias à identificação da planta;</li> <li>• <b>A legenda da simbologia</b>, com as indicações de descodificação dos símbolos utilizados na planta.</li> </ul>	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	<b>S</b>

Na **legenda rótulo** deve constar a seguinte informação:

2.9	a) Indicação do tipo de plano e respetiva designação, de acordo com a tipologia dos planos territoriais estabelecida na lei;	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	<b>S</b>
2.10	b) Designação da planta, tendo por referência o conteúdo documental estabelecido na lei para a figura de plano em causa;		<b>S</b>
2.11	c) Data de edição e número de ordem da planta no conjunto das peças que integram o plano;		<b>S</b>
2.12	d) Indicação da escala de representação para a reprodução em suporte analógico, ou em suporte digital no formato de imagem;		<b>S</b>
2.13	e) Identificação da entidade pública responsável pelo plano;		<b>S</b>
2.14	f) Identificação da versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) utilizada;		<b>S</b>
	g) Identificação da cartografia topográfica vetorial e/ou cartografia topográfica de imagem utilizada na elaboração da carta base, designadamente:		<b>NA</b>
2.15	i. Se cartografia oficial: entidade produtora, série cartográfica e/ou ortofotocartográfica oficial, entidade proprietária e data de edição;		



PDM – Elvas  
Revisão

PCGT n.º 410 (Ex-137)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.16	ii. Se cartografia homologada: entidade proprietária, entidade produtora, data e número de processo de homologação e entidade responsável pela homologação;		<b>S</b>
2.17	iii. Data e número de processo de homologação de atualização de cartografia topográfica vetorial e entidade responsável pela homologação, se aplicável;		<b>NA</b>
2.18	iv. Sistema de georreferência aplicável de acordo com o estabelecido na lei;		<b>S</b>
2.19	v. Exatidão posicional planimétrica e altimétrica e a exatidão temática, se aplicável, de acordo com as especificações técnicas da cartografia utilizada.		<b>S</b>

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

### Recomendações

#### DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)

Na **legenda da simbologia** devem constar todos os símbolos utilizados na planta, organizados e designados de acordo com o catálogo de objetos utilizado na elaboração da planta.

Na reprodução da planta em suporte analógico ou em suporte digital com formato de imagem esta legenda é imprescindível para a leitura da planta.

As plantas que constituem os planos territoriais devem permitir a sua reprodução em suporte digital com formato de imagem em escalas que tenham em consideração a escala da carta base e permitam uma visão de conjunto do modelo de organização territorial e com o detalhe adequado ao objeto e conteúdo material do tipo de plano.

Usualmente a escala de representação adotada para o Plano diretor é a escala 1:25 000 ou superior.

### 3. LIMITES ADMINISTRATIVOS

Os limites administrativos encontram-se representados na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Esta carta regista o estado da delimitação e demarcação das circunscrições administrativas do País e é publicada anualmente.

**PDM – Elvas**  
**Revisão**

**PCGT n.º 410 (Ex-137)**

A Direção-Geral do Território é responsável pela execução e manutenção da CAOP, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

As competências da DGT em matéria de delimitação administrativa estão circunscritas à representação de limites para fins cadastrais e cartográficos. A Assembleia da República é o organismo com competência para a criação, extinção e modificação de autarquias locais, cf. CRP art.164º alínea n, incluindo a fixação legal de novos limites administrativos.

Os dados da CAOP são geridos numa base de dados geográficos e são disponibilizados sem custos para os utilizadores através de serviços de visualização (WMS) e descarregamento (ATOM), disponíveis no site da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>

Esta informação consta do RNDG e pode também ser consultada através do SNIG:

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.1	Os limites administrativos devem estar representados nas plantas que constituem os planos territoriais.		<b>S</b>
3.2	Os limites administrativos representados no plano territorial devem ser os que constam a edição mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), disponível à data que determina a elaboração, revisão ou alteração do plano territorial.  Sempre que no decurso dos trabalhos venham a ficar disponíveis edições mais atualizadas da CAOP e que tal se justifique, deverá ser utilizada a edição mais atualizada.		<b>S</b>
3.3	Na legenda das plantas que constituem os planos territoriais deve ser indicada a versão e data de edição da CAOP utilizada.	DR nº 5/2019 (conceitos nos	<b>S</b>

PDM – Elvas  
Revisão

PCGT n.º 410 (Ex-137)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.4	A simbologia utilizada para a representação dos limites administrativos deve constar da legenda da respetiva planta.	domínios do OTU)	<b>S</b>

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica

#### 4. SISTEMA DE SUBMISSÃO AUTOMÁTICA (SSAIGT)

Para desmaterialização dos programas e planos territoriais e melhoria progressiva da fiabilidade, rigor e eficiência da disponibilização da informação sobre IGT, encontra-se desenvolvido o Sistema de Submissão Automática (SSAIGT) destinado ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República (DR) e para depósito na Direção Geral do Território (DGT).

Esta plataforma é de utilização obrigatória e constitui a infraestrutura através da qual são praticadas todas as formalidades relativas aos procedimentos já referidos e em conformidade com a Portaria nº 245/2011 de 22/6 e com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Deste modo e em antecipação aos referidos atos de publicação no Diário da República e depósito na DGT, considera-se oportuno que a autarquia promova a verificação da conformidade das peças e plantas do presente instrumento de gestão territorial a publicar e a depositar, com os requisitos e condições formais e operacionais de acesso do SSAIGT (ver Anexo I).

Com este objetivo, anexa-se uma lista para a verificação do conteúdo documental desmaterializado do PDM com a indicação dos ficheiros que devem ser submetidos no SSAIGT.

Para informações complementares disponibilizam-se os seguintes *links* para a página da DGT:

- Manual de utilização (SSAIGT):

[https://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/Manuais\\_SSAIGT/ManualUtilizador\\_IGT\\_planos-prog.pdf](https://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/Manuais_SSAIGT/ManualUtilizador_IGT_planos-prog.pdf)

PDM – Elvas  
Revisão

PCGT n.º 410 (Ex-137)

- Área de Apoio do SSAIGT (versão de dezembro de 2022):  
<http://ssaigt.dgterritorio.pt/AreaApoioIGT/AreaApoio.htm>

## 5. CONCLUSÃO

O parecer da DGT é favorável.

Conformação do conteúdo documental do PDM com os requisitos e condições do SSAIGT  
validação prévia

Publicação do Plano Diretor Municipal	Obrigatoriedade de		Formato para publicação*	Formato para depósito**
	publicação	depósito		
<b>Peças fundamentais (escritas e gráficas) a submeter na plataforma do SSAIGT</b> (as que constituem o Plano conforme referido no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 1 do art. 97.º do RJIGT)			DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF destrancado; imagens JPG, tabelas XLS 1 envio = 1 fich. ZIP	Formato para depósito** se original em formato editável: DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF; se original em suporte analógico: formato imagem (JPG, PNG, TIF, ...); 1 envio = 1 fich. ZIP
<b>Peças escritas</b>				
Texto do ato a publicar	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
Deliberação sobre o procedimento (elaboração, revisão, alteração ou alteração por adaptação ou alteração simplificada, retificação, correção matricial, revogação, suspensão pelo município ou pelo governo, medidas preventivas e normas provisórias).	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
Regulamento (conforme alínea a), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
<b>Peças gráficas</b>				
Planta de ordenamento (conforme alínea b), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
Planta de condicionantes (conforme alínea c), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
<b>Peças que acompanham/complementares a submeter na plataforma do SSAIGT</b> (as referidas no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 2 e 3 do art. 97.º do RJIGT)				
<b>Peças escritas</b>				
Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	PDF ou qualquer outro formato, conforme acima referido
<b>Peças gráficas</b>				
Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	pdf ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido

\* Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.2

\*\* Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.3

#### Observações:

- A informação gráfica e alfanumérica integrada nas referidas plantas é estruturada em SIG, segundo a norma técnica sobre o modelo de dados para o PDM. Sistema de coordenadas aplicável às peças gráficas: ETRS89TM06;

- Se submissão de ficheiros de base de dados: mdb ou gdb;

- Se submissão de ficheiros tabelas de dados: xls ou xlsx

- Sempre que se trate de alteração, alteração por adaptação, correções materiais, retificação, medidas preventivas ou suspensão de planos em vigor com implicações nas peças gráficas, são enviados cumulativamente, para cada peça gráfica:

- ficheiro vetorial (shape file)

- ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) da área/polígono(s) em causa

- ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) de toda a planta

Informações adicionais - [Área de Apoio do SSAIGT](#)

**PARECER**

## **2.ª Revisão do PDM de Elvas**

## Índice

<b>1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>3</b>
1.1. Rede Rodoviária.....	3
1.2. Rede Ferroviária.....	4
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E CONDICIONANTES .....</b>	<b>5</b>
2.1. Rede rodoviária e Plano Rodoviário Nacional (PRN).....	5
2.2. Infraestruturas Ferroviárias/Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública.....	7
<b>3. ANÁLISE DE ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS E OUTRAS INDICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO .....</b>	<b>8</b>
<b>4. AMBIENTE SONORO .....</b>	<b>12</b>
<b>5. SALVAGUARDA DA REDE VIÁRIA.....</b>	<b>13</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>13</b>



## **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Como ponto prévio, refere-se que todas as referências legais, regulamentares e contratuais, feitas à REFER, E.P.E. e ou à EP, S.A., consideram-se feitas à Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP).

### **1.1. REDE RODVIÁRIA**

As referências à **Rede Rodoviária Nacional (RRN)** deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, no âmbito do qual a RRN é constituída pela Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais-IP) e pela Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-EN).

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as “**Estradas Regionais (ER)**”, as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei.

Para além das estradas da RRN e das Estradas Regionais, há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, “**Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)**”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal.

Esta distinção, entre as estradas que se encontram desclassificadas pelo PRN, mas que se mantêm sob jurisdição da IP, e as desclassificadas que já se encontram entregues ao respetivo município, deve ser explícita nos elementos constantes da revisão do presente PDM.

De salientar ainda, a publicação da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril de 2015, que aprova o novo **Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN)**, em vigor desde 26 de julho de 2015, cujo âmbito de aplicação se estende também às estradas regionais (ER) e às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios.

O novo Estatuto revoga, para além da Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949 (anterior Estatuto), os diplomas mencionados no artigo 5.º da Lei n.º 34/2015.

Refira-se que as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas, estão definidas no artigo 32.º do EERRN.

Das novas disposições legais em matéria de proteção da rede rodoviária decorrentes do EERRN, salienta-se o papel da IP enquanto Administração Rodoviária e consequentes poderes de autoridade pública na área de jurisdição rodoviária (artigo 41.º, 42.º e 43.º), isto é, a área abrangida pelos bens do domínio público rodoviário do Estado, cuja composição abrange as estradas a que se aplica o EERRN, bem como as zonas de servidão rodoviária e a designada zona de respeito.

Esta zona de respeito, definida no artigo 3.º, alínea vv) do EERRN, compreende “...a faixa de terreno com a largura de 150 m para cada lado e para além do limite externo da zona de servidão *non aedificandi*, na qual é avaliada a influência que as atividades marginais à estrada podem ter na segurança da circulação, na garantida da fluidez de tráfego que nela circula e nas condições ambientais e sanitárias da sua envolvente.”

Assim, as operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão *non aedificandi* e, se inseridas em zona de respeito, a parecer prévio vinculativo desta empresa, nos termos do disposto no artigo 42.º n.º 2 alínea b) do EERRN.

## **1.2. REDE FERROVIÁRIA**

Para a rede ferroviária, salienta-se já que, nos processos de formação e dinâmica do plano, deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos:

- O regime de proteção a que a rede ferroviária está sujeita, definido pela legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário;
- O Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de passagens de nível.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E CONDICIONANTES

### 2.1. REDE RODOVIÁRIA E PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN)

#### Rede viária na área de incidência do Plano

De acordo com o PRN em vigor (PRN 2000), a **Rede Rodoviária existente no município de Elvas** é constituída por troços de estradas da Rede Rodoviária Nacional, designadamente da Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP) e da Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais - EN), por troços de Estradas Regionais (ER) e por troços de Estradas Nacionais Desclassificadas (EN), conforme identificados na Figura 1, nomeadamente:

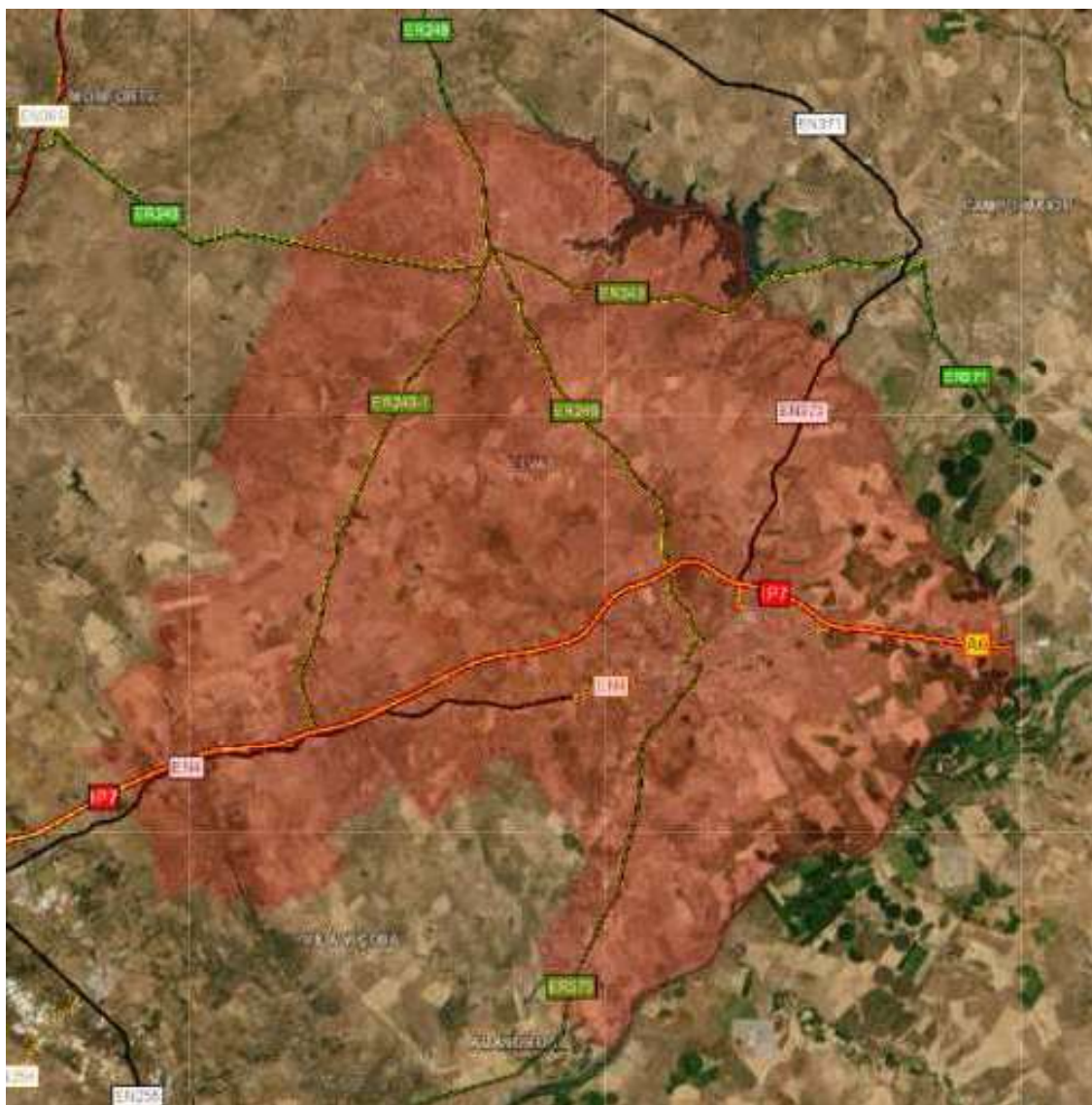


Figura 1 - Rede Rodoviária no município de Elvas (Fonte: SIG IP)

❖ **Rede Rodoviária Nacional (RRN)**

**Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais - IP)**

- **IP7/A6**, entre o LD Évora (LC Borba) e Caia, incluindo acessos e ramos de ligação, integrado na **Concessão Brisa (Concessão do Estado)**, tutelada pelo **Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT)**, entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.

**Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais-EN) sob jurisdição da IP**

- **EN4**, entre o LD Évora (LC Borba) e Vila Boim (Ligação Nó do IP7/A6);
- **EN373**, entre o LC Campo Maior e Elvas (IP7/A6).

❖ **Estradas Regionais (ER) sob a responsabilidade da IP**

- **ER373**, entre Elvas e o LC Alandroal (LD Évora).

❖ **Estradas Nacionais Desclassificadas (EN) sob a jurisdição IP**

- **EN4**, entre a Ligação Nó Poente da A6 (km 180,400) e a Rotunda das Piscinas Municipais (km 182,920);
- **EN4 (Caminhos Paralelos)**, entre o Entroncamento EN4/IP7 (km 190,000) e o Posto Guarda Fiscal Caia (km 197,250);
- **EN373**, entre o Entroncamento Nova EN373 (Ligação IP7) (km 22,700) e Elvas (Prox.) (km 24, 450).

O regime *non aedificandi* aplicável aos referidos troços de estrada, quer da Concessão IP, quer das Concessões do Estado, é o previsto no artigo 32.º do novo EERRN (Lei n.º 34/2015, de 27 de abril).

**Considera-se que, a nomenclatura e a hierarquia atrás descritas devem estar refletidas nos documentos da Revisão do PDM, nomeadamente no Regulamento, nas Plantas de Ordenamento, de Condicionantes e da Rede Viária, bem como nas partes escritas que lhes fizer referência.**

**As restantes vias no município, não classificadas ou classificadas pelo PRN e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.**



## **2.2. INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS/SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA**

### **Rede Ferroviária na área de incidência do Plano**

No município de Elvas são identificadas a linha de caminho de ferro existente - linha do Leste, com exploração, e a nova linha entre Évora Norte e Caia e respetiva concordância entre ambas, conforme identificada na Figura 2.

As linhas ferroviárias existentes, com ou sem exploração, continuam a ser Domínio Público Ferroviário (DPF), pelo que, se mantêm sujeitas ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, com zonas *non aedificandi* associadas, tal como previstas nos artigos 15.º e 16.º do supracitado Decreto-Lei.

Neste contexto, a revisão ao PDM deverá acautelar este regime, nomeadamente, no Regulamento e na Planta de Condicionantes.

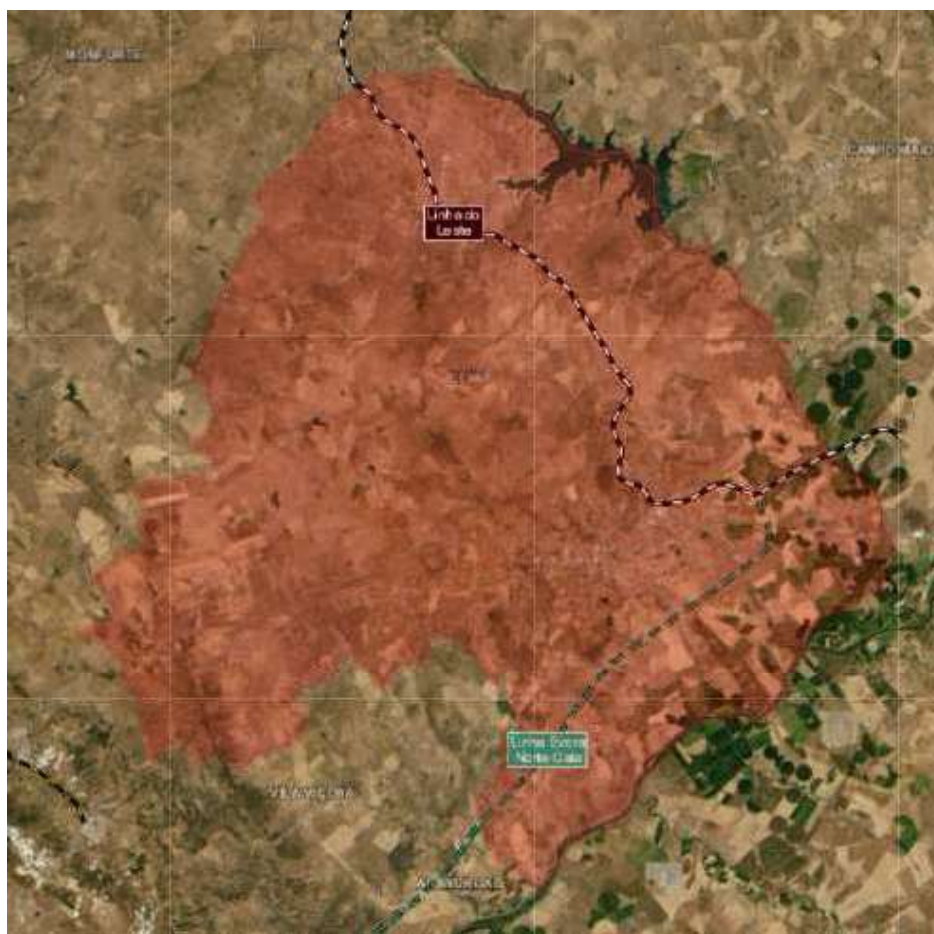


Figura 2 - Infraestruturas Ferroviárias no município de Elvas (Fonte: SIG IP)

### **3. ANÁLISE DE ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS E OUTRAS INDICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO**

Como ponto prévio da análise, importa referir que se entende profícuo que se proceda corretamente, desde logo, à identificação das infraestruturas rodoviárias na Proposta de Plano, de acordo com a sua nomenclatura, classificação, hierarquização e jurisdição, conforme mencionado no pontos 1.1 e 2.1 do presente e dos pareceres anteriores e de acordo com o PRN em vigor, bem como à identificação das infraestruturas ferroviárias em conformidade com o exposto ponto 2.2 desta e das apreciações anteriores.

No **Regulamento e na Planta de Condicionantes**, na identificação das servidões rodoviárias e da rede ferroviária, devem observar-se os condicionalismos definidos no EERRN, bem como o regime de proteção aplicável ao Domínio Público Ferroviário, devendo remeter-se para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos.

Considera-se adequado que se proceda, em secção própria e/ou artigo único do **Regulamento**, à identificação, hierarquização e nomeação da rede rodoviária, devendo ser identificada e respeitada a designação das estradas de acordo com o PRN, bem como a sua jurisdição, tal como atrás indicado. Esta identificação, quer em termos de representação cartográfica quer em termos de legenda, deve ser assegurada uma legibilidade que as permita distinguir com clareza da rede municipal.

A proposta de hierarquização viária do concelho, a constar do **Regulamento**, da **Planta de Ordenamento** e também do **Relatório**, não deverá suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram as estradas sob jurisdição da IP.

Da análise do **Regulamento**, verifica-se que alguns troços da Rede Rodoviária, com incidência na área do Plano, não se encontram identificados de acordo com a sua nomenclatura, classificação, hierarquização, jurisdição, em conformidade com o PRN em vigor e com o supracitado no ponto 2.1, incluindo a Figura1, da presente e das análises anteriores, pelo que, o Regulamento deverá ser revisto/corrigido e ajustado, tal como supradito anteriormente.

Na subalínea v, da alínea “h) Redes rodoviárias:” do ponto “7. Infraestruturas:” do “Art.º 14.º. Identificação” do **Regulamento**, falta referência dos troços das antigas EN4 e EN373 sob a jurisdição da Autarquia (antigas Estradas Nacionais desclassificadas e transferidas/entregues ao Município).

As apreciações anteriormente aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

De salientar, ainda, que a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal proposta na **Planta de Ordenamento** do PDM não deve comprometer o nível de serviço e função inerente às estradas da rede viária sob jurisdição da IP, nem o cumprimento dos requisitos legais em matéria de ruído ambiente, desaconselhando-se, grosso modo, as categorias funcionais correspondentes a “espaços residenciais”, “espaços de atividades económicas” e “espaços destinados a equipamentos coletivos” na proximidade dessas estradas. Sem prejuízo do respeito pela zona de servidão aplicável, trata-se de resguardar as estradas de futuras pressões urbanísticas e, ao mesmo tempo, de resguardar o ambiente urbano, e em particular os recetores sensíveis, do ruído proveniente da circulação rodoviária.

Ainda no âmbito das propostas de qualificação funcional do solo urbano deve assegurar-se que a articulação das futuras acessibilidades às estradas da rede rodoviária sob jurisdição da IP seja sustentada na captação e ligação aos nós e intersecções existentes. As propostas de acessibilidades diretas constituem, regra geral, pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego e segurança da circulação.

Da análise da **Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo**, no que se refere à rede rodoviária, verifica-se que a representação gráfica e a identificação/designação no traçado de alguns troços de estradas não estão de acordo com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com o apresentado no ponto 2.1 da presente e das anteriores avaliações e com o exposto ao longo desta apreciação; constata-se que não distingue troços de Estradas Regionais sob jurisdição da IP dos troços de Estradas Regionais sob jurisdição do Município, uma vez que, na representação cartográfica dos traçados, utiliza um traço com mesma espessura e cor; igualmente, não distingue troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP de alguns troços de Estradas Municipalizadas (troços das antigas Estradas Nacionais desclassificadas e transferidas/entregues ao Município), uma vez que a representação gráfica dos traçados utiliza um traço com mesma espessura e cor; verifica-se que, por exemplo, a Sul do IP7/A6, troços de algumas Estradas Municipalizadas (antigas EN4 e EN373 desclassificadas e transferidas/entregues ao Município) estão representados erradamente com o traço das Estradas Nacionais Desclassificadas e com as designações incorretas “EN4 Desc” e “EN373 desc”, em vez de “EM4” e “EM373”, à exceção do troço da Estrada Municipalizada (antiga EN372), que está bem representado e com a designação correta “EM372”.



Esta Planta, incluindo a legenda, deverá ser revista/corrigida, ajustada e melhorada, de acordo com o aludido anteriormente e de forma a distinguir os troços de estradas sob a jurisdição da IP dos troços de estradas sob a jurisdição do Município.

As considerações atrás mencionadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

O comentário relativo à **Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo**, acima, é igualmente aplicável às **Plantas de Ordenamento (I - Áreas de Intervenção de Outros Instrumentos e III – Áreas com Funções Específicas)**.

Relativamente às **Plantas de Ordenamento (Desenhos Nº 01E, 01N e 01S) e II - Sistemas Estruturantes (Desenhos 01.II.E, 01.II.N e 01.II.S)**, constata-se que, a Sul do IP7/A6, troços de algumas Estradas Municipalizadas (antigas EN4 e EN373 desclassificadas e transferidas/entregues ao Município) estão representados com as designações incorretas “EN4 Desc” e “EN373 desc”, em vez de “EM4” e “EM373”, à exceção do troço da Estrada Municipalizada (antiga EN372), que está bem representado e com a designação correta “EM372”.

Esta Planta deverá ser revista/corrigida, adaptada e melhorada, de acordo com o referido precedentemente e de forma a distinguir os troços de estradas sob a jurisdição da IP dos troços de estradas sob a jurisdição do Município.

As alterações anteriormente mencionadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

No que se refere à **Planta de Condicionantes**, em conformidade com a legislação em vigor, deverá a mesma contemplar a representação cartográfica das áreas incluídas no Domínio Público Ferroviário e das zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis aos troços da Rede Rodoviária Nacional (RRN), das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com desenvolvimento na área do concelho de Elvas, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do **Regulamento**.

Após análise das **Plantas de Condicionantes (Desenhos Nº 03E, 03N e 03S) e V - Equipamentos e Infraestruturas (Desenhos Nº 03.V.E, 03.V.N e 03.V.S)**, no que diz respeito à rede viária, verifica-se que a representação gráfica e a identificação/designação no traçado de alguns troços de estradas não estão de acordo com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com o apresentado no ponto 2.1 da presente e das anteriores análises e com o exposto ao longo desta apreciação; constata-se que não distingue troços de Estradas Regionais

sob jurisdição da IP dos troços de Estradas Regionais sob jurisdição do Município, uma vez que, na representação cartográfica dos traçados, utiliza um traço com mesma espessura e cor; igualmente, não distingue troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP de alguns troços de Estradas Municipalizadas (troços das antigas Estradas Nacionais desclassificadas e transferidas/entregues ao Município), uma vez que a representação gráfica dos traçados utiliza um traço com mesma espessura e cor; verifica-se que, por exemplo, a Sul do IP7/A6, troços de algumas Estradas Municipalizadas (antigas EN4 e EN373 desclassificadas e transferidas/entregues ao Município) estão representados erradamente com o traço das Estradas Nacionais Desclassificadas e com as designações incorretas “EN4 Desc” e EN373 desc”, em vez de “EM4” e “EM373”, à exceção do troço da Estrada Municipalizada (antiga EN372), que está bem representado e com a designação correta “EM372”; constata-se mais que alguns troços de Estradas Municipalizadas (antigas EN4 e EN373 desclassificadas e transferidas/entregues ao Município) estão representados erradamente com as Zonas de Servidão de Estrada Nacional Desclassificada, de acordo com a legenda, em vez de estarem representados com Zonas de Servidão de Estrada Municipal;

Estas Plantas, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, adaptadas e melhoradas, de acordo com o mencionado antes e de forma a distinguir os troços de estradas sob a jurisdição da IP dos troços de estradas sob a jurisdição do Município.

As apreciações anteriormente aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

A observação referente às **Plantas de Condicionantes (Desenhos N° 03E, 03N e 03S) e V - Equipamentos e Infraestruturas (Desenhos N° 03.V.E, 03.V.N e 03.V.S)**, acima, é identicamente aplicável à **Planta dos Perímetros Urbanos (Desenho N.º 04)**.

Na página 63, do volume “**1. Relatório do Estado do Ordenamento do Território**”, e relativamente aos troços das antigas Estradas Nacionais desclassificadas e municipalizadas (troços das antigas estradas transferidas/entregues ao Município), do subcapítulo “4.3.12. Acessibilidades”, verifica-se que falta a referência dos troços de Estradas Municipalizadas das antigas EN4 e EN373, além da citada EN372, pelo que, deverá ser adicionado estes troços de estradas.

Da análise da **Planta de Situação Existente e das Peças Desenhadas: Caracterização do Território - Carta de Associação de Unidades Pedológicas (Desenho N° 05); Caracterização do Território - Infraestruturas (Desenho N° 09) e Caracterização do Território - Infraestruturas Perímetros Urbanos (Desenho N° 09A)**, no que se refere à Infraestrutura Rodoviária, verifica-se que a representação gráfica e a identificação/designação no traçado de alguns troços de estradas

não estão de acordo com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com o apresentado no ponto 2.1 da presente e das anteriores avaliações e com o exposto ao longo desta apreciação; constata-se que não distingue troços de Estradas Regionais sob jurisdição da IP dos troços de Estradas Regionais sob jurisdição do Município, uma vez que, na representação cartográfica dos traçados, utiliza um traço com mesma espessura e cor; igualmente, não distingue troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP de alguns troços de Estradas Municipalizadas (troços das antigas Estradas Nacionais desclassificadas e transferidas/entregues ao Município), uma vez que a representação gráfica dos traçados utiliza um traço com mesma espessura e cor; verifica-se que, por exemplo, a Sul do IP7/A6, troços de algumas Estradas Municipalizadas (antigas EN4 e EN373 desclassificadas e transferidas/entregues ao Município) estão representados erradamente com o traço das Estradas Nacionais Desclassificadas e com as designações incorretas “EN4 Desc” e EN373 desc”, em vez de “EM4” e “EM373”, à exceção do troço da Estrada Municipalizada (antiga EN372), que está bem representado e com a designação correta “EM372”.

A Planta de Situação Existente e as Peças Desenhadas referidas anteriormente, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, ajustadas e melhoradas, de acordo com o mencionado anteriormente e de forma a distinguir os troços de estradas sob a jurisdição da IP dos troços de estradas sob a jurisdição do Município.

As considerações atrás aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

#### **4. AMBIENTE SONORO**

Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da IP prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos propostos na revisão do PDM de Elvas na envolvência das estradas e ferrovias sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis (edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, como utilização humana) em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído (RGR) – zonas de conflito.

A Autarquia não classificou, nos termos do RGR, o seu território concelhio, sendo esta classificação fundamental para determinar a existência de zonas de conflito. As zonas de conflito, bem como a classificação acústica adotada, deverão estar ilustradas em Planta constituinte do PDM.

Tendo em conta a antiguidade do Mapa de Ruído Municipal (realizado em 2008 onde foram aproveitados dados de 2005), sugere-se a atualização deste Mapa e uma nova determinação das zonas de conflito existentes no território concelhio, tendo por base a classificação acústica adotada para o território concelhio.

## 5. SALVAGUARDA DA REDE VIÁRIA

Salvaguarda-se desde já, relativamente às intervenções previstas na Proposta de Revisão do PDM (alheias a esta empresa) e que impliquem alterações na rede rodoviária existente (ou prevista) da jurisdição da IP, que todos e quaisquer projetos elaborados devem ser compatibilizados com os estudos/projetos que estejam a decorrer nesta empresa.

Salvaguarda-se, ainda, a eventual necessidade de elaboração de um Estudo de Tráfego, que cumpra as normas em vigor na IP e que permita avaliar o impacto das novas acessibilidades urbanas municipais previstas no PDM na rede rodoviária da jurisdição da IP. Este Estudo deverá, ainda, ser dirigido para que, sempre que possível, não sejam criados mais acessos à rede rodoviária nacional, promovendo, simultaneamente, o encerramento dos redundantes.

Refere-se ainda que, eventuais alterações na rede rodoviária da jurisdição da IP carecem, igualmente, da aprovação desta empresa e a introdução de novos polos geradores de tráfego deverá obedecer, na íntegra, ao exposto anteriormente.

## 6. CONCLUSÃO

Face ao exposto e no que respeita às infraestruturas sob jurisdição da IP na área territorial abrangida pelo PDM de Elvas, considera-se que a Proposta de Revisão de Plano deverá atender à informação constante no presente parecer.

Recorda-se que no que se refere aos lanços integrados na Concessão do Estado, deverá ser consultado o IMT, a quem compete a emissão de parecer e imposição de eventuais condicionalismos.

Évora, 30 de abril de 2025

A Gestora Regional de Évora e Portalegre,




Assinado por: **ANA CRISTINA DOMINGUES  
FRANCO DOS SANTOS**  
Num. de Identificação: 08460339  
Data: 2025.04.30 16:43:20+01'00'



**Ana Cristina Franco dos Santos**

(Ao abrigo da Subdelegação de poderes conferidos pela Decisão DRP 01/2024)

Alentejo  
Rua Tenente Raúl Andrade, 3  
7000-613 ÉVORA

 [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt) | [rubus.icnf.pt](http://rubus.icnf.pt)  
 [gdp.alentejo@icnf.pt](mailto:gdp.alentejo@icnf.pt)  
 266737370

Exmo. Senhor Presidente da  
Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Av.ª Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, 193  
7004-514 ÉVORA

[geral@ccdr-a.gov.pt](mailto:geral@ccdr-a.gov.pt)

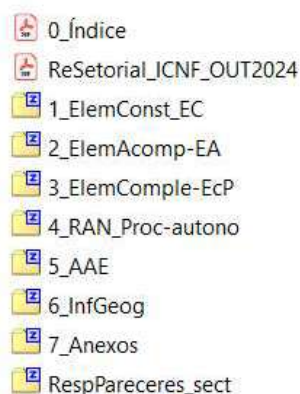
VIA PCGT

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-014263/2025	P-033349/2021	Data Infra
<b>Assunto</b> <i>subject</i>	PCGT - ID 410 (Ex-137) - PDM - ELVAS - Revisão -3.ª Reunião Plenária		

Relativamente ao assunto em epígrafe e no seguimento do pedido de V/ Exa., remetido via PCGT para parecer do ICNF, e após a análise dos documentos em apreço, vem este Instituto comunicar o respetivo parecer.

## I. INTRODUÇÃO

Os documentos consultados sobre os elementos reformulados constantes da PCGT e acedidos através do endereço <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/>, e enviados via correio eletrónico no dia 22/04/2025, foram os seguintes:



## II. ANTECEDENTES

Identificámos os seguintes elementos relacionados com o processo em análise:

- 2.ª Reunião Plenária - Emissão de parecer desfavorável com a ref.ª S-035559/2024 (P-033349/2021, de 24/10/2024).



- 2ª Reunião Plenária - Emissão de parecer desfavorável com a ref.ª S-009918/2024, de 21/03/2024.
- Aditamento ao parecer emitido sobre os elementos iniciais – Ofício ICNF n.º S-012607/2022.
- Parecer sobre os elementos do Plano – Ofício do ICNF com a ref.ª S -016591/2022, de 26/04/2022.
- Parecer sobre os Elementos Iniciais – Ofício com a ref.ª S-006815/2022, de 11/02/2022.
- Identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo plano - Ofício do ICNF com a ref.ª S-031387/2021, de 06/08/2021.

### III. ANÁLISE

Analizados os elementos do plano reformulado e tendo por base o documento identificado como “ReSetorial\_ICNF\_OUT2024. Pdf” e o ofício com a ref.ª S-035559/2024 (P-033349/2021) apresenta-se abaixo a análise e ponderação do ICNF:

1. Foram acolhidas as recomendações indicadas e incluídas nos Elementos que acompanham o Plano, na *Planta: CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PATRIMÓNIO NATURAL – FLORA, Desenho: nº12 c) e FAUNA, DESENHO: nº12 b), dezembro 2024.*
2. Sobre a Proposta de Condicionantes, entende-se que foram acolhidas as recomendações indicadas e sugeridas, no entanto, considera-se que o grafismo nas plantas em formato *pdf*, designada por Planta de Condicionantes III - Recursos Ecológicos - Desenho n.º 03 – III – E, Fevereiro 2025, não permite uma leitura clara, sobretudo, na distinção entre as Áreas Classificadas da Zona Especial de Conservação (ZEC) Caia, Zona de Proteção Especial (ZPE) São Vicente e ZPE Torre da Bolsa.
3. As áreas afetas aos Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos correspondem, na generalidade, às áreas existentes.
4. Aceita-se a justificação sobre os limites dos perímetros urbanos, uma vez que não foram alterados e mantêm-se em vigor (Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas – Deliberação n.º 279/2010, de 2 de fevereiro).
5. No que diz respeito à ZEC Guadiana/Juromenha, a justificação referida não é aceite uma vez que refere que os *habitats* da ZEC em análise não estão inseridos em Espaços Naturais e Paisagísticos, mas sim em Espaços de Utilização Especial ou Outra Recreativa – ER2 – Interesse Cultural.
6. Aceita-se a justificação que é verificável no cruzamento das *shapes* respetivas dos *habitats* 5330 pt (*piornais de retama sphaerocarpa*) e os Espaços Agrícolas de Produção.
7. Foi efetuado o enquadramento no Programa Regional de Ordenamento Florestal Alentejo (PROF ALT), aprovado e regulamentado pela Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro, na sua atual redação, e inserido no relatório “Análise e diagnóstico 10. Estrutura ecológica municipal - fevereiro 2025”. Apesar de terem indicado “*Relativamente a Áreas limite para o eucalipto, o PDM transpõe para a sua norma o definido pelo PROF ALT de 325ha como área limite máximo a ocupar por eucalipto para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual.*” Em regulamento constam 400 ha, de acordo com a legislação em vigor.
8. Deve ser alterada a designação, expressa em desenhos e texto de *Espaço Natural e Paisagístico*, com base no disposto do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, 19 agosto, no Artigo 17.º designa as “*Categorias de solo rústico (...) e Espaços naturais e paisagísticos.*”
9. Todos os documentos do PDM devem verter e adaptar a informação constante no Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro, que conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação de São Mamede, assim como as Orientações de Gestão elencadas no Plano de Gestão aprovado pela Portaria n.º 128-B/2025/1, de 24 de março.



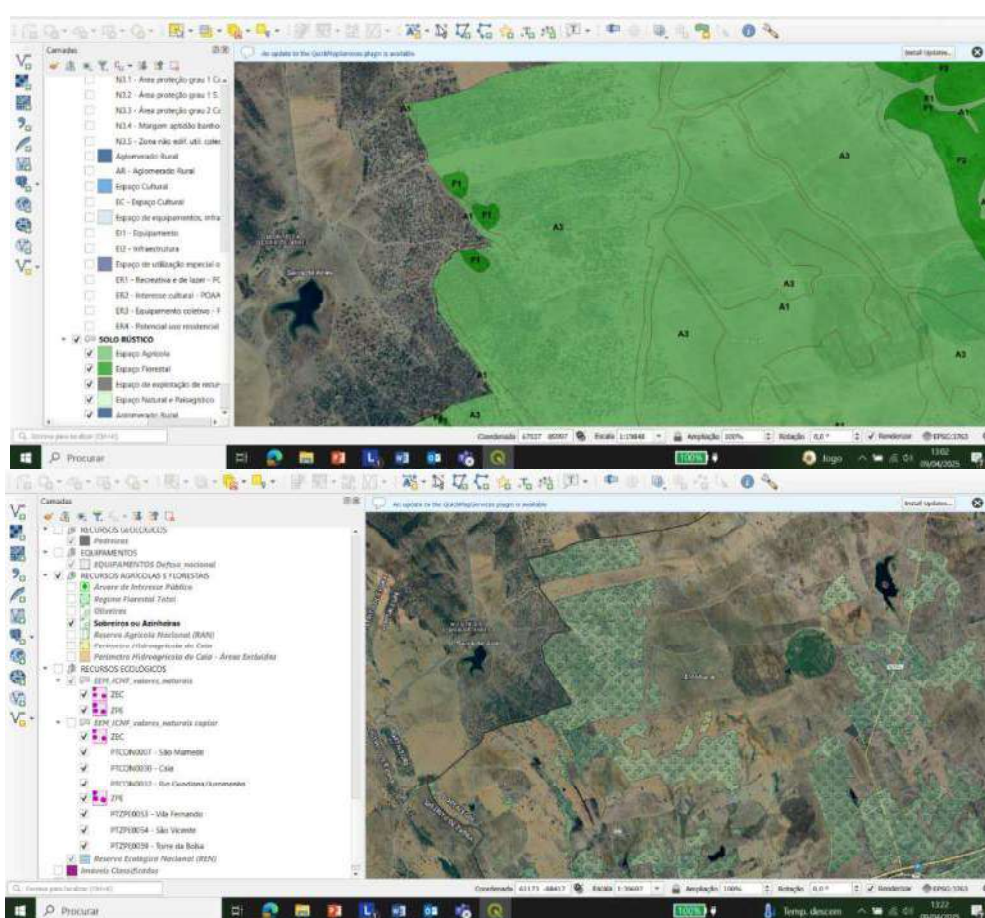


10. A proposta de plano mantém a área para a instalação da “*Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia*”, no ficheiro “*Programacao\_execucao\_plano UOPG\_20240103*”. A instalação de uma Plataforma Logística Transfronteiriça inserida na ZEC do Caia é incompatível:
- Face ao Instrumento de Gestão Territorial em vigor - o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (...) *O PSRN2000 é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.* “ (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de julho).
  - Face ao Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto, que elenca no Artigo 16.º os critérios de Qualificação do Solo Rústico a cumprir.
11. Relativamente a esta proposta de criação de um “*espaço de reserva para estudo mais pormenorizado de ocupação do território para atividades e serviços económicos, associado à Rede Ferroviária, de apoio ao trading e à logística beneficiando da situação transfronteiriça*”, anteriormente designado como “*Espaço de Actividades e Serviços Económicos*”, e antes disso como “*Centro Empresarial Transfronteiriço*”, na Herdade da Comenda, junto à fronteira com Espanha, e apesar de não existirem nos documentos em análise informações suficientes que permitam uma análise mais detalhada do projeto, considera-se, de acordo com o já referido anteriormente por estes Serviços, que a localização referida não é adequada ao fim pretendido. Com efeito, a área apontada para a construção desta infraestrutura encontra-se, integralmente, dentro do Sítio de Importância Comunitária do Caia (PTCON0030), classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto, e reclassificado pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, como Zona Especial de Conservação (ZEC) do Caia.
12. De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de julho, as orientações de gestão para a ZEC do Caia devem ser dirigidas prioritariamente para a conservação das grandes extensões de habitats higrofiticos (charcos temporários e arrelvados anfíbios, adaptados a solos temporariamente encharcados) e habitats estepários (subestepes de gramíneas e anuais), bem como dos montados de azinho. Assim, e de acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, na ZEC do Caia deverá ser promovida a ocupação agro-silvo-pastoril tradicional, mantendo as manchas florestais de montado de sobre e azinho e incentivando em áreas abertas a cerealicultura extensiva assente numa rotação cultural, não se encontrando, pois, neste documento, qualquer enquadramento legal para uma eventual desafetação de área da ZEC, tendo em vista a construção de uma Plataforma Logística Transfronteiriça.
13. Verifica-se, também, que o local apontado para a construção da “*Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia*” está localizado na área de regadio beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, sendo que para a área da ZEC do Caia, e de acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, as orientações de gestão nesta área vão no sentido do cumprimento das exigências das boas práticas agrícolas em vigor, não se encontrando no referido documento, nenhum tipo de referência que permita considerar a hipótese de poder vir a ser instalada nesta área de regadio uma infraestrutura do tipo “*Plataforma Logística Transfronteiriça*”, dedicada à “*localização de operadores logísticos, podendo acolher estabelecimentos industriais não abrangidos por regimes ambientais classificativos e usos comerciais e de serviços compatíveis. Caracteriza-se por elevados níveis de dotação de infraestruturas, nomeadamente ao nível das infraestruturas intermodais de transporte, e dotadas de coordenação logística*”, entre outras infraestruturas.

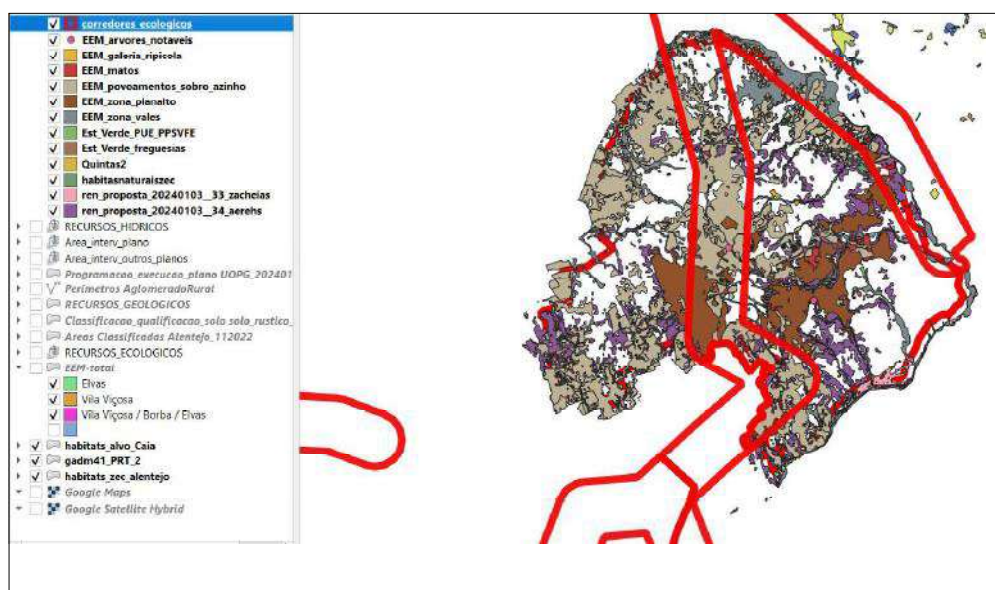




14. Deste modo, considera-se que face às condicionantes existentes na área da Herdade da Comenda, o Município de Elvas deverá procurar outras soluções alternativas que permitam realocar a “Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia”, sugerindo-se que estas passem pelo aproveitamento, com eventual alargamento, da já existente “Plataforma Logística de Elvas”, localizada junto à Estação Ferroviária da cidade e fora da área da ZEC do Caia, onde as condicionantes do ponto de vista legal e da ocorrência de valores naturais, serão certamente bastante menores.
15. Verifica-se que na Planta de Ordenamento continuam a existir áreas florestais com sobreiro / azinheira, qualificadas como outros Espaços Agrícolas, como é possível observar nas figuras abaixo apresentadas como exemplos. Estas foram obtidas no *Qgis* através do cruzamento da *shapes* disponibilizadas.



16. Após a análise do resultado obtido no cruzamento das *shapes* dos *habitats* da ZEC do Caia e da ZEC Guadiana/Juromenha, verificou-se que, na generalidade, os *habitats* referenciados (9340 *pt11,6220 pt4* e 8230- *Bosquetes de Quercus rotundifolia sobre silicatos* e 5330 *pt piornais de retama sphaerocarpa*) estão inseridos na Estrutura Ecológica Municipal (EEM).
17. Verifica-se que os corredores ecológicos não foram transpostos a nível cartográfico na sua totalidade para a carta da EEM, não permitindo uma clarificação efetiva, aquando da aplicação das disposições definidas no regulamento do PDM de Elvas. A figura abaixo apresenta o resultado, em *Qgis*, do cruzamento da *shapes* disponibilizadas (PROF/Corredores e EEM).



18. Foram acolhidas e incluídas, na generalidade, no Relatório Ambiental as recomendações e indicações sugeridas.

19. Da análise da proposta de Regulamento, datado de Fevereiro 2025, assinala-se o seguinte:

- No Art.º 6.º - Composição do Plano deve ser incluído o Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000.
- Por lapso, foi indicada a alteração de *Zona de Conservação Especial (ZCE)*, sendo que esta deve ser corrigida para Zona de Especial Conservação (ZEC) - (Art.º 11.º.)
- No artigo 11.º, sob a epígrafe de “Zonas de Conservação Especial (ZCE) e Zonas de Proteção Especial (ZPE)”, prescreve-se no seu n.º 1: «*Nas áreas do território concelhio abrangidas pelas ZCE e pelas ZPE, a transformação e alteração do uso do solo obedece ao definido nas diferentes categorias de espaço e às orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000).*». Sugere-se a alteração para: «*Nas áreas do território concelhio abrangidas pelas ZEC e pelas ZPE, a transformação e alteração do uso do solo obedece ao definido nas diferentes categorias de espaço previstas neste regulamento, às orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) e às normas aplicáveis dos planos de gestão das referidas ZCE e ZPE.*». Eliminar as aspas na parte final do **artigo 11.º, n.º 9**, alínea d). E, em todo o diploma, corrigir as DEZENAS de “lapsos” de escrita (gramaticais, de ortografia, de sintaxe, de concordância, de errada ou falta de pontuação, etc.) – pelo que sugere-se uma releitura atenta de todo este diploma, no sentido de sanar todos esses lapsos, aliás totalmente incompreensíveis num diploma com tanto tempo de gestação
- No seu n.º 7, dispõe-se: «*As intervenções em áreas inseridas em Zonas de Proteção Especial (ZPE) e / ou em Zonas Especiais de Conservação (ZEC), da Rede Natura 2000, regem-se pelo definido nos artigos 10.º, 11.º e 12.º do presente regulamento, sendo ainda interditas as seguintes atividades e usos do solo: a) Novas florestações; (...).*». Sugere-se a alteração desta norma, porquanto parece estar em contradição com o disposto no artigo 12.º, n.º 3, onde se prescreve: «*Nos espaços em ZPE carecem de parecer favorável da autoridade nacional da conservação da natureza e da biodiversidade as seguintes atividades e usos do*



solo: a) (...); b) A introdução de novas florestações e as ações de adensamento florestal.».

- e) **Naquele mesmo n.º 7** também se dispõe: «*As intervenções em áreas inseridas em Zonas de Proteção Especial (ZPE) e / ou em Zonas Especiais de Conservação (ZEC), da Rede Natura 2000, regem-se pelo definido nos artigos 10.º, 11.º e 12.º do presente regulamento, sendo ainda interditas as seguintes atividades e usos do solo: a); b) Novas edificações, exceto, mediante parecer sobre a localização das entidades competentes em matéria de conservação da natureza, as edificações de apoio à atividade agrícola e de habitação do agricultor quando não haja alternativa fora da área em ZPE e com uma área máxima de 250 m<sup>2</sup>; c) (...)»* Sugere-se a alteração para: «As intervenções em áreas inseridas em Zonas de Proteção Especial (ZPE) e / ou em Zonas Especiais de Conservação (ZEC), da Rede Natura 2000, regem-se pelo definido nos artigos 10.º, 11.º e 12.º do presente regulamento, sendo ainda interditas as seguintes atividades e usos do solo: a) (...); b) Novas edificações, exceto, mediante parecer favorável das entidades competentes em matéria de conservação da natureza, quanto às edificações de apoio à atividade agrícola e quanto às edificações para habitação permanente do proprietário-agricultor de exploração agrícola, desde que não exista alternativa de localização fora da ZPE ou da ZEC em causa e observada a área máxima de construção de 250 m<sup>2</sup>; c) (...)».
- f) Sugere-se uma nova organização nos artigos 10.º, 11.º e 12.º, de modo a facilitar a aplicação das normas regulamentares.
- g) Propõe-se para a SECÇÃO I. PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN2000) que esta deve ser objeto de reformulação considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro, que conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação de São Mamede. Para o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro, o PDM de Elvas deve integrar no Regulamento o disposto no Artigo 3.º Medidas de Ordenamento do Território.
- h) Relativamente ao Art.º 10.º alínea c) do n.º 3: ZEC de São Mamede (código PTCON0007) aditar o seguinte: Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro e Plano de Gestão aprovado pela Portaria n.º 128-B/2025/1, de 24 de março.
- i) Sugere-se a redação do Artigo 11.º para Ocupações e Utilizações Condicionadas
1. Nos espaços da Rede Natura são condicionados a pareceres favoráveis da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade as seguintes ações, atividades e usos do solo: (elencar todos os atos e atividades do n.º 9 do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual). Verificou-se que não foi expresso no Regulamento do PDM a *“reintrodução de espécies indígenas da fauna e da flora selvagens”*.
- j) Ponderar, também, o aditamento ao Art.º 11º dos seguintes atos e atividades:
- O corte de vegetação ripícola nas linhas de água;
  - As intervenções nas margens e leito de linhas de água, nomeadamente decorrentes de trabalhos de limpeza de regularização dos cursos de água.
  - A realização de atividades organizadas de turismo de natureza;
  - Instalação ou alteração das explorações pecuárias mesmo quando em sistema extensivo;
  - Alterações do uso do solo ou modificações do coberto vegetal resultantes de alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, nomeadamente das culturas anuais de sequeiro, as culturas anuais de regadio, as culturas arbóreas/arbustivas permanentes, as florestas e os prados/pastagens, bem como a intensificação das culturas existentes;



- Implementação ou reconversão de culturas através do recurso à rega;
- n) Aditar o n.º 2: Ficam dispensadas de parecer prévio da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade as barragens com uma área inferior a 5000m<sup>2</sup> e cujo destino final não seja para rega.
- o) Aditar o n.º 3: Ocupações e utilizações interditas nas áreas da Rede Natura são interditas as seguintes ações, atividades e usos dos solos:
- A colheita, captura, apanha, abate, ou detenção de espécimes ou parte de espécimes de espécies sujeitos a medidas de proteção legal, incluindo a destruição de ninhos, a apanha de ovos, bem como a perturbação, deterioração ou destruição dos seus habitats, com exceção das ações de âmbito científico, de monitorização ou de gestão efetuadas ou devidamente autorizadas pela Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
  - Prática de atividades desportivas e recreativas suscetíveis de provocar poluição e ruído ou deteriorarem os valores naturais existentes;
  - Criação de aterros e de instalações para deposição de sucata;
  - A introdução ou reintrodução de espécies não indígenas, animais ou vegetais;
  - A instalação de povoamentos florestais, ou de outro tipo de projetos que envolvam a sementeira ou plantação de espécies vegetais, cuja espécie não se inclua nos habitats naturais identificados na alínea b) do artigo 71.º (não inclui a reconversão das áreas preexistentes);
  - A instalação de unidades de produção de energia, designadamente mini-hídricas e aerogeradores com potência unitária superior ou igual a 300 Kw e parques solares;
  - A prática de atividades desportivas motorizadas fora das estradas e caminhos municipais, de arrifes ou dos aceiros.
  - A instalação de pecuárias intensivas.
- p) A criação de uma subsecção para ZPE e outra para ZEC. Com um Artigo xx: Identificação, Artigo xx: Ocupações e utilizações Interditas e Artigo xx: Ocupações e utilizações condicionadas.
- q) Quanto à Subsecção da Zona Especial de Conservação (ZEC) de São Mamede esta deve incluir o conteúdo expresso no Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro (em especial os artigos 3º, 4º e 5º) e o Plano de Gestão aprovado pela Portaria n.º 128-B/2025/1, de 24 de março.
- k) Os limites máximos de área a ocupar por eucalipto foram expressos no Regulamento no Art.º 54.º n.º 4.
- l) A referência à transposição das obrigações relativas aos Corredores Ecológicos foram expressas no Artº 36 º do Regulamento do PDM.
- m) Relativamente à elaboração de Planos de Gestão Florestais (PGF) foram incluídas no Art.º 54º nº 8.
- r) Sugere-se a divisão do artigo 41.º em dois artigos, em que num ficariam as interdições e no outro as permissões, com renumeração dos artigos subsequentes. Ainda no artigo 41.º, dispõe-se no seu n.º 15: «*Apenas é permitida a construção de novos edifícios fora de áreas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, (PMDFCI) definida como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente as seguintes condicionantes: a) (...); b) (...); c) (...); d) Passa a ser obrigatório o parecer vinculativo da CMDF, substituindo em alguns casos o parecer do ICNF: i. Autorização à construção de edifícios nas áreas classificadas como alta ou muito*





*alta perigosidade de incêndio rural; (...)*». Ora, esta norma está algo confusa, porquanto, por um lado, prescreve que apenas poderá haver novas edificações nas áreas classificadas, nos PMDFCI, como sendo de média, baixa e muito baixa perigosidade... mas, por outro lado, também se prevê aqui que possam ser *autorizadas* edificações nas áreas classificadas, no mesmo PMDFCI, como sendo de alta ou muito alta perigosidade de incêndio rural...

De resto, neste âmbito recordamos que no **Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro**, prescreve-se, no que agora nos interessa:

- s) No **artigo 42.º** (Áreas prioritárias de prevenção e segurança) «1 – *Os territórios correspondentes às classes de perigosidade 'alta' e 'muito alta', identificados na carta de perigosidade de incêndio rural a que se refere o n.º 6 do artigo anterior, constituem a base para o processo de delimitação das APPS.*

2 – *As APPS constituem medidas especiais de proteção, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, onde vigoram as restrições estabelecidas nos artigos 60.º e 68.º do presente decreto-lei. (...)*».

- t) No artigo 59.º, n.º 3, onde está “*são condicionados a parecer*”, alterar para “*são condicionados a parecer favorável*”.

- u) No **artigo 60.º** (Condicionamento da edificação em áreas prioritárias de prevenção e segurança):

«1 – *Nos territórios incluídos nas APPS com condicionamentos à edificação, em resultado da aplicação da metodologia prevista no n.º 3 do artigo 42.º, com exceção dos aglomerados rurais, são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.*

2 – *Excetuam-se da interdição estabelecida no número anterior:*

a) *Obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;*

b) *Obras de reconstrução de edifícios destinados a habitação própria permanente ou a atividade económica objeto de reconhecimento de interesse municipal, quando se mostrem cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:*

i) *Ausência de alternativa de realocização fora de APPS;*

ii) *Afastamento à estrema do prédio nunca inferior a 50 m, podendo o mesmo ser obtido através de realocização da implantação do edifício, sem prejuízo de situações de impossibilidade absoluta com ausência de alternativa habitacional, expressamente reconhecidas pela câmara municipal competente;*

iii) *Medidas de minimização do perigo de incêndio rural a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício;*

iv) *Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, de acordo com os requisitos estabelecidos por despacho do presidente da ANEPC e a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios, de acordo com a categoria de risco, sujeito a parecer obrigatório da entidade competente e à realização de vistoria;*



v) *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro;*

c) *Obras com fins não habitacionais que pela sua natureza não possuam alternativas de localização, designadamente infraestruturas de redes de defesa contra incêndios, vias de comunicação, instalações e estruturas associadas de produção e de armazenamento de energia elétrica, infraestruturas de transporte e de distribuição de energia elétrica e de transporte de gás e de produtos petrolíferos, incluindo as respetivas estruturas de suporte, instalações de telecomunicações e instalações de sistemas locais de aviso à população;*

d) *Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:*

i) *Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS;*

ii) *Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*

iii) *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;*

iv) *Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.*

3 – *Compete à câmara municipal a verificação das exceções previstas no número anterior, havendo lugar, nos casos das alíneas b) e d), a parecer vinculativo da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais, a emitir no prazo de 30 dias.*

4 – *Os condicionamentos previstos no n.º 2 são inscritos no alvará que titula a operação urbanística, nos termos da alínea e) do n.º 4 do artigo 77.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.*

5 – *Nos casos de infraestruturas de transporte de gás e de produtos petrolíferos, previstos na alínea c) do n.º 2, a largura da faixa de gestão de combustível estabelecida na subalínea iv) da alínea c) do n.º 4 do artigo 49.º é triplicada.».*

v) No artigo 87.º, sob a epígrafe de “Norma Sancionadora”, prescreve-se: «A realização de obras e a utilização de edificações ou do solo em violação do disposto no presente Regulamento constitui contraordenação sancionada com as coimas previstas na legislação em vigor.». Sugerimos que esta norma seja alterada para: «A realização de obras e a utilização de edificações ou do solo em violação do disposto no presente Regulamento constitui contraordenação de ordenamento do território, sancionada nos termos previstos no artigo 40.º- A da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que estabelece o regime aplicável às contraordenações ambientais e de ordenamento do território.».

x) No artigo 89.º, sob a epígrafe de “Disposição revogatória”, dispõe-se:

«Com a entrada em vigor do presente regulamento são revogadas as seguintes alterações ao Plano Diretor Municipal de Elvas, com republicação integral do regulamento:

a) AVISO 21114\_2010 - Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Elvas publicado no Diário da República 2.º série n.º 22 de 02 de fevereiro de 2010, Deliberação n.º 279/2010, dos artigos 16.º, 17.º, 19.º, 20.º, 24.º e 26.º.



b) *DELIB 1618\_2012 - Alteração ao Plano Diretor Municipal de Elvas Assim, os artigos 13.º e 21.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.*

c) *AVISO 2860\_2015 - 2.ª Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Elvas publicado no Diário da República 2.ª série n.º 22 de 02 de fevereiro de 2010, deliberação n.º 279/2010 e alterado no âmbito do PROTA, publicado na 2.ª série n.º 205 de 21 de outubro de 2010, aviso n.º 21114/2010, sendo que é alterado o n.º 5 do artigo 14.º, o n.º 5 do artigo 16.º, o n.º 5 do artigo 17.º, o n.º 5 do artigo 19.º, o n.º 6 do artigo 20.º e o n.º 6 do artigo 34.º.».*

Sugerimos que esta norma (até porque contém informações incorretas e está confusa) seja alterada, tão só e apenas, para:

«São revogados:

a) O Aviso n.º 21114/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 205, de 21 de outubro;

b) A Deliberação n.º 1618/2012, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 219, de 13 de novembro; e

c) O Aviso n.º 2860/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 53, de 17 de março.».

- z) Por outro lado, constata-se um uso manifestamente exagerado e injustificado da expressão “*sem prejuízo da legislação em vigor*” (que é utilizada por 13 vezes neste diploma) e de outras expressões semelhantes ou equivalentes, como “*legislação aplicável*” (que é utilizada por 11 vezes), ou “*legislação específica*” (que é utilizada por 18 vezes), ou “*legislação vigente*” (que é utilizada por 2 vezes), etc..

Verifica-se que na mesma norma é utilizada por duas vezes a expressão “*sem prejuízo do cumprimento da legislação específica aplicável*” – conforme sucede no artigo 43.º, n.º 1, alínea f), subalínea i).

Assim, e atendendo, desde logo, a que, neste regulamento do PDM (bem como em todos os outros), e como bem se compreende, deve ser promovido, a todos os níveis, o fácil e inequívoco conhecimento do *direito aplicável* (mormente quando a maioria dos seus destinatários são cidadãos “comuns”, que não têm de saber qual a *legislação específica aplicável*), mas também por razões de certeza e segurança jurídica, as remissões feitas num ato jurídico (como é o caso do regulamento ora em apreço) para um outro ato jurídico, devem ser precisas, rigorosas e completas.

Devem, pois, evitar-se as remissões para um ato em geral, como sejam as mencionadas “sem prejuízo da legislação em vigor” ou “sem prejuízo do cumprimento da legislação específica aplicável”, pelo que se sugere a eliminação, desta proposta de regulamento do PDM, de todas aquelas expressões.

Porém, em alternativa, e caso o município opte por não proceder a tal eliminação, então sugere-se que, em todas as normas deste regulamento onde se utilizem as mencionadas expressões, sejam indicadas expressamente qual a *legislação específica aplicável*. E, ainda de referir que no **artigo 43.º, n.º 1, alínea f), subalínea ii)**, utilizam-se as expressões “*por razões técnicas*” e “*por inconveniência técnica*”, sendo que esta, neste contexto, é uma mera repetição daquela...acresce que a própria redação de algumas normas não é a mais adequada... como, por exemplo, esta (do **artigo 48.º, n.º 3**): “*Sempre que estes espaços integrem solos da RAN, vigora em tudo a legislação aplicável em vigor.*” – em que a expressão final “em vigor” é redundante, logo desnecessária (vide também o **artigo 49.º, n.º 3**). Ou estas (dos **artigos 50.º, n.º 5, alínea c), 52.º, n.º 10, alínea c) e muitos outros**): “*Edificação de construções, com exceção das relacionadas com explorações agrícolas ou florestais ou em habitacionais já definidos com uma parcela mínima de 7,5hectares.*” – onde a expressão “de





*construções*” é redundante <sup>[1]</sup> e parece que falta uma palavra antes de “*habitacionais*” (será “*espaços*”?). Ou, ainda, o termo “*preferencialmente*”, utilizado (desnecessariamente) por duas vezes no **artigo 52.º, n.º 1**. Ademais, e para evitar ou minimizar todas aquelas situações, sugere-se que sejam seguidas regras básicas de legística da elaboração de atos normativos, como as que se encontram, por exemplo, em <https://dgpi.justica.gov.pt/Planeamento-e-Politica-Legislativa/Legistica-e-avaliacao-de-impacto-normativo/Regras-de-legistica>, que podem perfeitamente ser “adaptadas” à elaboração deste tipo de regulamentos municipais.

#### IV PARECER

Face à análise realizada e tendo em conta o exposto, o ICNF mantém o parecer desfavorável anteriormente emitido, sobretudo pela questão relativa à intenção de instalação da “Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia”, na Área Classificada da Rede Natura 2000 designada por ZEC do Caia. Este parecer é fundamentado nas alterações expectáveis, negativas e significativas que ocorrerão naquele território, sendo que as mesmas não se coadunam com os objetivos de gestão desta ZEC, é igualmente fundamentado na desconformidade da proposta com o Plano Setorial da Rede Natura 2000, assim como o não cumprimento dos critérios de Qualificação do Solo Rústico, expressos no Artigo 16.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo

Assinado por: **JOSÉ MANUEL GODINHO CALADO**  
Num. de Identificação: 06075197  
Data: 2025.04.29 23:30:58+01'00'

José Godinho Calado

AP/RR/MJM/NS

<sup>[1]</sup> Desde logo porque a definição legal de *edificação* consta, por exemplo, do artigo 2.º, alínea a), do RJUE, nos seguintes termos: «“*Edificação*”, a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com caráter de permanência;»; por outro lado, na alínea b) daquele mesmo artigo 2.º, dispõe-se que “Obras de construção” são as obras de criação de novas edificações.

Enviado exclusivamente em  
formato eletrónico para:  
Plataforma PCGT

À  
Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Av. Eng.º Arantes e Oliveira, 51  
7004 514 Évora

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Antecedente	N/ Referência	Data
Email: pcgt.apoio@dgterritorio.pt PCGT - ID 410 (Ex -137) – PDM – Elvas – Revisão - Convocatória para 3.ª Reunião Plenária - Revisão do PDM de Elvas	27/03/2024	S/24/25353 (20/03/2024) S/22/6621 (20/03/2024)	S/25/35742 Proc. 150.10.400/2022/19	29-04-2025

**Assunto: 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas**

Manifestação de posição sobre a proposta do plano

Convocatória para a 3.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva [n.º 1- alínea b)  
do art.º 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09]

A presente comunicação refere-se à manifestação de posição sobre a 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas por parte do IMT, I.P., no seguimento da Vossa comunicação, acima referenciada sobre o assunto, e registada nestes serviços sob o n.º E/25/64251.

1. Sobre a proposta do Plano em apreço, o IMT, I.P., emitiu parecer através do Ofício S/22/6621, de 10/02/2022, no âmbito dos elementos iniciais, tendo sido referenciadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como as diretrizes e orientações nacionais sobre questões setoriais, da estrita competência deste Instituto<sup>1</sup>.
2. Posteriormente, no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC da 2.ª revisão do PDM de Elvas, realizada em 21/03/2024, o IMT, I.P. emitiu parecer **Favorável Condicionado**, à observância de algumas condições/obrigações e recomendações aos documentos do Plano, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, conforme o conteúdo do Ofício S/24/25353, de 20/03/2024.
3. À presente data é apresentada a proposta do plano (versão 02/2025) para a 3.ª Reunião Plenária, em regime de Conferência Procedimental, para ponderação e votação final, com a deliberação a ser vertida em ata.
4. Neste contexto e considerando o disposto no n.º 2º do artigo 84.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na atual redação, com vista à melhor operacionalização do procedimento e de modo a facilitar o decurso da reunião a realizar no próximo dia 30/04/2025, designadamente a elaboração da redação da respetiva Ata, cumpre a esta entidade informar o seguinte:

<sup>1</sup> Foi disponibilizado na PCGT o documento referente à “Identificação dos interesses específicos a salvaguardar no âmbito das atribuições do IMT e das políticas sectoriais a prosseguir, na análise dos PDM”, (separador Acompanhamento – Identificação dos interesses setoriais a salvaguardar)

<sup>2</sup> “A posição manifestada pelos representantes dos serviços e entidades da administração direta ou indireta do Estado e das regiões autónomas na comissão consultiva substitui os pareceres que aqueles serviços e entidades devem emitir, a qualquer título, sobre o plano, nos termos legais e regulamentares, ficando expressamente proibida a emissão de parecer escrito ou outra forma de pronúncia.”

**4.1.** Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, e reiterando o conteúdo da análise/parecer realizada no âmbito da 2.<sup>a</sup> Reunião Plenária, através do ofício S/24/25353, de 20/03/2024, submetido atempadamente na PCGT, após análise dos elementos disponibilizados pela entidade responsável pela elaboração do Plano, designadamente a Câmara Municipal de Elvas, refere-se que:

**4.1.1.** No que respeita às **infraestruturas rodoviárias** e a garantia da sua articulação com os respetivos Programas Nacionais e a observância do disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)<sup>3</sup>, verifica-se que:

- a) Os elementos que constituem o conteúdo documental da proposta do Plano, designadamente a **Planta de Condicionantes** e o **Regulamento**, não identificam a nomenclatura e a hierarquia da rede rodoviária nacional (RRN), as estradas regionais (ER) e as estradas nacionais desclassificadas [(EN(d))], ainda sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal S.A., de forma articulada e em conformidade com o disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN2000).

Assim, deverá constar no Regulamento do Plano, preferencialmente num artigo específico/próprio, a identificação da Rede Rodoviária Nacional e das restantes estradas<sup>4</sup>, sujeitas às disposições legais constantes no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, com a nomenclatura e a hierarquia, incluindo a designação das vias, em conformidade com o estabelecido no PRN2000, que deverá corresponder à descrição constante na legenda da Planta de Condicionantes.

Salienta-se que o troço de ligação à A6 (EN4 desclassificada), encontra-se sob a jurisdição da concessão da Brisa.

Ainda na **Planta de Condicionantes**, e conforme já anteriormente indicado no anterior ofício, deverá ser feita referência ao dimensionamento das zonas de servidão *non aedificandi* constituídas em benefício das infraestruturas rodoviárias da RRN, das estradas regionais (ER) e das estradas nacionais desclassificadas [(EN(d))], ainda sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, S.A., nos termos estipulados no n.º 8 e ss. do artigo 32.º do EERRN.

Salienta-se que no caso dos Nós de ligação a zona de servidão *non aedificandi* de acordo com o estipulado na alínea e), do n.º 8, do mesmo artigo, é definida por: “*um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas*”, ficando as respetivas ligações aos nós, sujeitas aos limites definidos na alínea d) do n.º 8, por remissão do n.º 9 do mesmo artigo.

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelas Lei n.º 98/99, de 26 de julho (1.<sup>a</sup> alteração) e Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.<sup>a</sup> alteração)

<sup>4</sup> Artigo 2.º

**Âmbito de aplicação**

1 - As disposições do presente Estatuto aplicam -se às estradas que integram a rede rodoviária nacional.

2 - As disposições do presente Estatuto são igualmente aplicáveis:

- a) Às estradas regionais (ER);
- b) Às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios;
- c) Às ligações à rede rodoviária nacional, em exploração à data da entrada em vigor do presente Estatuto.

- b) Constata-se ainda que na **Planta de Ordenamento**, a rede viária encontra-se definida de acordo com uma hierarquia funcional (Sistema Estruturantes – Infraestruturas de Circulação e Transporte) que não se encontra devidamente sistematizada e definida no respetivo Regulamento do Plano.

Verificando-se ainda que, nas Plantas de Ordenamento desdobradas (Anexo I, II e III), a identificação da hierarquia da rede viária não se compatibiliza com esta hierarquia funcional.

Neste contexto, no que respeita à definição desta hierarquia, importa referir que a hierarquia viária no seio da respetiva rede constitui um meio para facilitar a prossecução de vários objetivos associados às políticas do setor, ao planeamento, à gestão e à intervenção nessa rede, contribuindo igualmente para a sua organização coerente no espaço territorial onde se insere, seja rural seja urbano. Embora existam várias formas de se categorizarem as vias, conduzindo a diferentes classificações, relevam-se dois critérios que se poderão designar por “administrativo<sup>5</sup>” e “funcional<sup>6</sup>”.

Estes critérios deverão ser utilizados de forma conjugada, sendo a categorização funcional a que se reveste de maior utilidade no âmbito das abordagens de natureza técnica, destinadas a assegurar, nomeadamente, condições adequadas de circulação e de segurança aos utentes do sistema de tráfego rodoviário.

Assim, as categorias das vias incluídas na hierarquia proposta do Plano devem identificar as estradas, tendo em consideração os níveis de desempenho da Rede Rodoviária Nacional, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da I.P. S.A. definidos no PRN2000, enquanto instrumento estratégico e jurídico de política nacional para o setor rodoviário, o que não se verifica.

- c) Relativamente ao articulado constante na proposta do **Regulamento** do PDM de Elvas, e sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, verifica-se que:

- No artigo 14.º, “*Identificação*” das servidões e restrições de utilidade pública, n.º 7, alínea h), deverá ser devidamente diferenciada a Rede Municipal da Rede Rodoviária Nacional, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da I.P., S.A.

Adicionalmente, e no seguimento do mencionado na alínea a) anterior, sugere-se que a hierarquia da rede viária conste em artigo próprio, passando apenas este articulado a referir a descrição genérica da nomenclatura das estradas, definidas e listadas no PRN2000, e aquelas que por aplicação do EERRN, ficam subordinadas às regras que visam a sua proteção, incluindo a sua zona envolvente.

Considera-se ainda que nesse mesmo artigo, sejam incluídas as reservas, restrições e as condições previstas no artigo 15.º “*Regime*”, do mesmo Regulamento, referentes à representação das zonas de servidão *non aedificandi* e intervenções nestas estradas (ponto 4.<sup>7</sup> e 6.<sup>8</sup>).

<sup>5</sup> visa, basicamente, a identificação com o tipo de entidade responsável pela gestão da infraestrutura viária em causa (p. ex. a classificação em estradas nacionais, estradas municipais, estradas intermunicipais, etc.)

<sup>6</sup> visa sobretudo evidenciar o papel que é suposto esperar-se de cada uma no sistema de tráfego (p. ex. a classificação em via distribuidora primária, secundária, de acesso local, etc.).

<sup>7</sup> Tendo em conta que a escala da representação cartográfica das zonas de servidão *non aedificandi* nas peças desenhadas, em particular na Planta de Condicionantes, não permite uma leitura adequada, esta é apenas indicativa, prevalecendo sempre a legislação em vigor e os seus condicionalismos específicos.

<sup>8</sup> Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, nas estradas integradas na Rede Rodoviária Nacional, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.), e respetivas zonas

- No Artigo 37.º, Espaço Canal - “Âmbito” – está indicado no seu n.º 2 que na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes, encontram-se identificados os espaços canal destinados a vias variantes.

Neste contexto, constata-se que na Planta de Condicionantes não se encontra representada e legendada qualquer via variante e respetivo espaço-canal, constando apenas na Planta de Ordenamento a indicação de “Rodovia de Acesso Local prevista” e “Nó rodoviário previsto”, pelo que a redação deste número deverá ser corrigida.

Acresce referir que os espaços-canais<sup>9</sup> apenas deverão contemplar estradas classificadas e que constam das Listas Anexas ao PRN2000, que se regem pelas disposições legais constantes no EERRN, estando assim sujeitas à zona de servidão *non aedificandi* instituída por força da lei (artigo 32.º), e consequentemente de um espaço-canal defendido, por servidão, ou aquelas que decorrem de estudos prévios rodoviários, ou corredores rodoviários, caso já se encontrem a decorrer procedimentos de AIA de estudos prévios rodoviários, no sentido de salvaguardar a viabilidade das mesmas até à decisão ambiental e à eventual constituição de servidão rodoviária.

Salientando-se ainda que qualquer intervenção prevista<sup>10</sup> que interfira direta ou indireta, nas estradas integradas na RRN, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, e respetivas zonas adjacentes, deve tramitar em processo autónomo e não no âmbito da revisão de um instrumento de gestão territorial, **não conferindo a presente pronúncia por parte do IMT, I.P., no âmbito do procedimento de revisão do PDM, vínculo às vias/soluções de traçado, propostas.**

---

adjacentes (incluindo desenho de nós de ligação), deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, no cumprimento do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

<sup>9</sup> conceito técnico de espaço-canal estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de dezembro:

“O espaço-canal é a área de solo afeta a uma infraestrutura territorial ou urbana de desenvolvimento linear, incluindo as áreas técnicas complementares que lhe são adjacentes e as áreas em torno da infraestrutura destinadas a assegurar a sua proteção e correto funcionamento ou, caso ainda não exista a infraestrutura, as áreas necessárias à sua execução.”

No conceito de espaço-canal inclui-se:

- O corredor necessário à implantação da infraestrutura quer esta se localize à superfície (por exemplo, um sistema viário), no subsolo (sistema de abastecimento de água) ou no espaço aéreo (sistema de transporte de energia em alta tensão).

- As áreas de solo necessárias à implantação dos sistemas técnicos complementares diretamente associados (órgãos de sinalização e de controlo, reservatórios e estações de bombagem, etc.);

- As áreas de solo constituídas em torno da infraestrutura e destinadas a assegurar a sua proteção e correto funcionamento, bem como a sua eventual ampliação, e como tal sujeitas a servidão de utilidade pública *non aedificandi*;

No caso das infraestruturas rodoviárias, apenas as vias que constituem a rede nacional de itinerários principais e complementares (isto é, as vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional) têm um espaço-canal defendido por servidão de utilidade pública desde a aprovação do seu estudo prévio.

<sup>10</sup> (...)propõe-se a criação de espaços canais para novas vias e ruas e, para o reperfilamento das existentes, perseguindo uma rede estruturada que resolva as situações identificadas de conflito e antecipe o futuro.

As propostas passam pela criação de vias de hierarquização de trânsito desviando do centro do aglomerado os veículos pesados ou o trânsito de passagem, descongestionando a mobilidade interna.

Em Elvas, são propostas novas vias consideradas estruturantes, mas de hierarquia distinta:

- A nova Circular Exterior Sul à cidade de Elvas, cujo traçado delimita a ampliação do perímetro urbano a Sul entre a EN4, junto às Piscinas e o nó da A6 junto às Sochinhas e, pretende descongestionar o trânsito de passagem e de veículos pesados que venham pela EN4, mas principalmente os que transitam pela ER373, (estrada de Juromenha).

- Variante à Estação de Caminho de Ferro, com um estatuto condicionado a um sentido, devido às limitações técnicas e de inserção nas vias existentes, nomeadamente na ER 373 Campo Maior. Esta via deverá ter apenas o sentido Estação de Caminho de Ferro – ER 373 Campo Maior e, permitir um acesso rápido à A6.

- Vias radiais entre circulares e centro da cidade e Vias de ligação urbana entre radiais e/ou bairros, permitindo uma maior fluidez no trânsito, descongestionando a Av. de Badajoz e Av. Dom Sancho Manuel.



5. Considerando o exposto, o IMT, I.P. emite, quanto à proposta da 2.<sup>a</sup> revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas, **parecer Favorável Condicionado às considerações especificadas no ponto (4.1.) desta comunicação**, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, estabelecidas na atual legislação, referente ao Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), instrumento estratégico e jurídico de política nacional para o setor rodoviário, e ao Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (Lei n.º 34/2015, de 27 de abril), no âmbito da estrita competência deste Instituto.

Com os melhores cumprimentos,

Assinado por: **PEDRO MANUEL GUERREIRO DA SILVA**

**COSTA**

Num. de Identificação: 06497286

Data: 2025.04.29 16:29:12+01'00'



Pedro Silva Costa  
Diretor de Serviços  
Gestão de Contratos e Concessões

*(no uso das competências subdelegadas pela Vogal do Conselho Diretivo do IMT, I.P., nos termos dos n.º 1 e n.º 10 do Despacho nº 12875/2022, de 26 de outubro, publicado no Diário da República, 2ª série, de 8-11-2022)*

DSGCC / AM / SG

**INFORMAÇÃO**

Saída

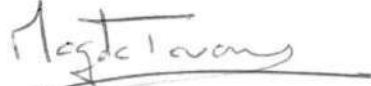
De: Gilberto Costelas  
Núcleo de Apoio Técnico às Respostas Sociais  
Informação N.º 0962-026-GC-2025 UTAE-NATRS

Para: Eng.ª Magda Tavares – Diretora da Unidade  
Técnica de Arquitetura e Engenharia  
Data: 17 de abril de 2025

**PARECER**

**DESPACHO**

Visto e concordo.  
21/4/2025



Magda Tavares  
Diretora da UTAE

N/Referência: **GC/026/25**  
N/Ref.ª anterior: **Inf. n.º 1600-061-GC-2022 UTAE-NATRS, de 07 de abril de 2022**  
V/ Referência: **Processo remetido via plataforma PCGT**  
Assunto: **Pronúncia no âmbito da Comissão Consultiva de acompanhamento à revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas – 3ª reunião plenária da comissão consultiva**  
**Entidade: Instituto da Segurança Social, I.P.**



Conforme solicitado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – CCDDR Alentejo, através de mensagem de correio eletrónico de 27 de março de 2025, via Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial – PCGT, relativo a emissão de parecer acerca da revisão do PDM de Elvas, convocando o representante no âmbito da 3ª reunião plenária da Comissão Consultiva de acompanhamento à revisão deste instrumento de planeamento territorial.

A comunicação mencionava que “Para o efeito devem consultar-se os documentos da Proposta do Plano e demais elementos constantes da PCGT (na moldura respeitante à reunião em epígrafe, do separador de Acompanhamento- Reuniões Plenárias/Setoriais), acedendo à PCGT através do endereço <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/>, utilizando as respetivas credenciais.”

Seguindo as instruções recebidas e efetuada a pesquisa da informação na plataforma, no referido separador “Reuniões plenárias/setoriais”, foram identificados 11 ficheiros no ponto “3.ª Reunião Plenária - Revisão do PDM de Elvas”. Procedeu-se, assim, à descarga dos seguintes ficheiros:

- volume\_a.zip
- volume\_b.zip
- rpdm\_indice.zip
- 3\_de\_4\_anexos.zip
- volume\_f\_anexos.zip
- vol\_a\_ord-cond-reg.zip
- volume\_b\_acom-com.zip
- 20105\_pdm\_carta\_base.zip
- vol\_a\_ec\_ord\_cond\_reg.zip
- volume\_b\_ac\_com.zip
- 4\_de\_4\_respostas.zip

Os restantes pontos não apresentam matéria com relevância no domínio das atribuições e competências do ISS, IP, nomeadamente:

- “Alteração da REN”, com 3 ficheiros;
- “Alteração da RAN”, com 3 ficheiros e;
- “Documentos de Avaliação Ambiental (RFCD, Definição de âmbito, Relatório Ambiental, etc.):”, com 1 ficheiro.

Analisado o conteúdo dos ficheiros referenciados importa assinalar que não foram identificados na plataforma PCGT documentos desconformes com o levantamento de equipamentos existentes e / ou propostos para análise por este organismo, enquadrando-se assim a proposta na realidade presente.

No que diz respeito à proposta de regulamento, os equipamentos sociais encontram-se integrados na área macro de equipamentos de uso coletivo, na Secção II. Espaço de uso especial: Equipamento (UEE), do capítulo VII. solo urbano, concretamente nos artigos 68.º e 69.º.

A presente proposta de regulamento define que as intervenções urbanísticas propostas para estas áreas deverão ser precedidas de operação urbanística, expressamente aprovada pelo Município, que evidencie as articulações formais e funcionais dos equipamentos a instalar com a área envolvente, devendo internamente a edilidade salvaguardar a consulta externa ao ISS,IP, quando estiverem em causa equipamentos sociais, no âmbito do artigo 7.º e seguintes do Decreto -Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua atual redação.

No ponto 2, alínea b, é definido o regime de edificabilidade, sendo identificadas os parâmetros urbanísticos máximos aplicáveis, parecendo-nos os mesmos compatíveis e adequados às eventuais utilizações propostas, no âmbito das competências de licenciamento do ISS,IP, estando garantida a existência de área não edificada nos lotes, permeável, que deve ser utilizada para espaço exterior de atividades e convívio dos utilizadores das respostas sociais, quando aplicável. Estando também salvaguardada a existência de estacionamento com capacidade adequada aos usos previstos.

De acordo com o ponto 3 deste último artigo mantêm-se os índices urbanísticos propostos para as alterações e ampliações de equipamentos já existentes, o que não nos parece colidir com o panorama atual.

Deve assegurar-se que os Equipamentos Sociais acompanham as dinâmicas socioeconómicas do concelho, ao longo dos anos, nas mais variadas vertentes da população. Deverá a inclusão de todos os cidadãos ser uma preocupação, quer ao nível dos espaços/ infraestruturas de apoio, quer ao nível das acessibilidades, nomeadamente ao nível da mobilidade condicionada.

Sublinha-se a importância da ponderação nas intervenções construtivas ao nível da via pública, e/ou enquadramento municipal no âmbito da construção pública / privada sempre com a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida (temporária ou permanente) assegurada plenamente, como um dos pilares da criação e intervenção no meio espacial e do território. Mais que nunca estes fatores são atuais e preditores de qualidade de vida e sustentabilidade de uma sociedade.

Face ao exposto, considera-se que nos documentos analisados não consta matéria da área de competência do Instituto da Segurança Social, I.P., que mereça objeção, pelo que se propõe a emissão de parecer favorável.

Informamos ainda, que por questões de agenda, não nos é possível comparecer na 3.ª Reunião Plenária, agendada para dia 30 de abril.

À consideração superior,

O Técnico Superior



Gilberto Costelas

PCGT–ID 410 (Ex-137) - 3.ª reunião da Comissão Consultiva sobre a 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas. Posição do IPDJ, I.P. ao abrigo do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

O presente documento analisa os elementos disponibilizados para a 3ª reunião plenária da Comissão Consultiva (CC), relativos à proposta da 2ª revisão do PDM de Elvas, remetido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), ID410.

### **Enquadramento**

O IPDJ, I.P. é chamado a pronunciar-se sobre os Instrumentos de Gestão Territorial (Planos Diretores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor) ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) publicado no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08 de janeiro, em articulação com a Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

No âmbito das suas competências, o IPDJ, I.P. pronuncia-se sobre o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, bem como sobre a verificação da salvaguarda das necessidades da população fixa no concelho, em relação às diferentes tipologias desportivas existentes ou a prever na meta temporal do PDM em revisão.

### **Antecedentes**

O IPDJ, I.P., enquanto entidade pertencente à CC da revisão do PDM de Elvas, emitiu já os pareceres que constam dos seguintes ofícios:

- i. OE\_SC\_DIED\_0046/2021, de 22 de julho - sobre o pedido de *identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo plano bem como os programas e políticas setoriais a prosseguir bem como os projetos da Administração Pública com incidência na área territorial do plano (n.º 4 do artigo 5.º e n.º 2 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro)* - em que foram descritas as principais questões a considerar no que se refere aos elementos relevantes para a elaboração da proposta de revisão do Plano, no âmbito das instalações desportivas;
- ii. OE\_SC\_DIE\_0009/2022, de 07 de fevereiro – sobre os *Elementos Iniciais* – em que foram enunciados os aspetos que careciam de melhor desenvolvimento, de acordo com o mencionado no ofício anterior;

- iii. OE\_SC\_DIE\_0037/2022, de 18 de março – sobre os documentos apresentados para a 1.<sup>a</sup> reunião da CC - alertando para a ausência de análise e verificação das carências da população fixa no concelho relativamente às instalações desportivas existentes ou a prever: *«Constata-se assim que na presente fase de desenvolvimento do estudo de revisão do PDM de Elvas, pese embora as várias análises apresentadas em diversos âmbitos, não é ainda realizada a análise e verificação das carências da população fixa do concelho relativamente aos equipamentos desportivos existentes ou a prever, tomando como referência as estratégias delineadas e os critérios definidos para o efeito, também por identificar. Não havendo nada a opor ao estudo apresentado, conclui-se, contudo, que este deverá ser completado em conformidade com o aqui exposto e o teor do último parecer, no estrito domínio da apreciação por parte do IPDJ, IP, pelo que o presente parecer é Favorável Condicionado.»*

### **Apreciação dos elementos disponibilizados para a 3.<sup>a</sup> Reunião Plenária da CC**

A documentação presente para a terceira Reunião Plenária da CC, é constituída por:

VOLUME A – Elementos que constituem o plano

VOLUME B – Elementos que acompanham o plano

VOLUME C – Reserva Ecológica Nacional

VOLUME D – Reserva Agrícola Nacional

VOLUME E – Relatório ambiental – Avaliação Ambiental Estratégica

VOLUME F – Elementos anexos

Na análise dos elementos disponibilizados para a 3.<sup>a</sup> Reunião Plenária, verificou-se que não foram acrescentados novos conteúdos relativamente às fases anteriores de desenvolvimento do estudo de revisão do PDM, no âmbito das instalações desportivas. O levantamento da “Rede de equipamentos e serviços de suporte à atividade física”, apresentado nos Estudos de Caracterização e Diagnóstico, limita-se a identificar o tipo de instalação desportiva e a sua localização. A síntese do documento, indica que existe carência de equipamentos e deficiente cobertura geográfica; contudo, não é apresentado estudo que sustente esta conclusão.

### **Conclusão**

Face ao exposto, a posição do IPDJ, I.P. é **favorável condicionada** ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual, nomeadamente no que se refere às designações e classificação das instalações desportivas, que deverão respeitar a terminologia constante no diploma.

Recomenda-se ainda que o PDM venha a incluir o estudo/demonstração da situação do concelho relativamente aos *Indicadores Gerais* e aos *Indicadores Específicos* que constam

das «Normas de Programação de Equipamentos Coletivos» da ex-DGOTDU (2002), para as várias tipologias desportivas.

Estamos disponíveis para prestar os esclarecimentos adicionais que se entendam necessários.

**Cisbélia Cevadinha**

Arquiteta

Departamento de Infra-estruturas



Rua Rodrigo da Fonseca, 55

1250-190 Lisboa

Tel. (+351) 210 470 000

[www.ipdj.pt](http://www.ipdj.pt)



C/c C.M. Elvas

Exmos. Senhores  
Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Av<sup>a</sup>. Eng<sup>o</sup>. Arantes e Oliveira, 193  
7004-514 ÉVORA

V/ Ref<sup>a</sup>.: PCGT – ID 410  
V/Comunicação: 27.03.2025

N/ Ref<sup>a</sup>.: SAI/2025/4545/DRO/DEOT/SS  
Proc<sup>o</sup>.: 14.01.9/27  
Data: 23.04.2025

**ASSUNTO:** 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas – Proposta Final de Plano

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da Informação de Serviço deste Instituto, com o n.º PROP/2025/2366[DRO/DEOT/SV], bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,



Fernanda Praça  
Diretora do Departamento de  
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.  
*Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.*

Turismo de Portugal, IP  
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt  
www.visitportugal.com



**Informação de serviço n.º PROP/2025/2366 [DRO/DEOT/SV]**

**Assunto:** 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas – Proposta Final de Plano

**Processo:** DEOT\_14.01.9/27 - PCGT-ID 410 (Ex-137)

---

Concordando com a análise e apreciação efetuadas na Informação de serviço que antecede, e considerando as questões que ainda subsistem de legalidade, de compatibilidade / conformidade com Instrumentos de Gestão Territorial (PROT Alentejo e Planos de Ordenamento de Albufeiras), bem como de cariz técnico, conforme identificadas no ponto III da Informação e fundamentadas no ponto II, emite-se parecer desfavorável à proposta.

Comunique-se à CCDDR Alentejo, com conhecimento à Câmara Municipal de Elvas.

A Diretora do Departamento de  
Ordenamento Turístico



Fernanda Praça

(Por subdelegação de competências)  
23.04.2025

**Informação de serviço n.º PROP/2025/2366 [DRO/DEOT/SV]**

22/04/2025

**Assunto:** 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas – Proposta Final de Plano

**Processo:** DEOT\_14.01.9/27 - PCGT-ID 410 (Ex-137)

---

**I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES**

O presente parecer analisa a Proposta de Final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas Sertã (PDME), no seguimento da convocatória remetida pela CCDR do Alentejo, através da PCGT (N/ Ref.ª ENT/2025/6592) para a 3.ª reunião da Comissão Consultiva deste plano, a realizar a 30.04.2025.

O PDME em vigor, corresponde à 1.ª revisão do PDM de Elvas, por deliberação n.º 279/2010, de 2 de fevereiro, tendo sido posteriormente sujeito às seguintes alterações:

- 1ª alteração por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)<sup>1</sup>, através de Aviso n.º 21114/2010, de 21 de outubro;
- 2ª alteração através de Deliberação n.º 1618/2012, 13 de novembro;
- 3ª alteração, através de Aviso n.º 2860/2015, de 17 de março;
- 1ª retificação através de Declaração de Retificação n.º 292/2015, de 21 de abril;
- 4ª alteração por adaptação aos Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas, Plano de Pormenor de Valorização das Fortificações de Elvas, Plano de Urbanização de Elvas, Plano de Ordenamento da Albufeira do Caia e Plano de Ordenamento da Albufeira do Alqueva e Pedrogão, através de Aviso (extrato) n.º 12339/2019, de 1 de agosto. O reinício do procedimento da 1.ª revisão do PDMS foi deliberado as reuniões da Câmara Municipal da Sertã, realizadas nos dias 18 de fevereiro e 9 de junho de 2022 (Aviso n.º 16998/2022, de 28 de julho), e a constituição da Comissão Consultiva, que integra o Turismo de Portugal, I.P. (TdP), foi publicada a 25 de outubro de 2022 (Despacho n.º 12468/2022).

Como antecedentes, no âmbito do processo da atual revisão do PDMS, este Instituto emitiu os seguintes documentos:

- Ofício n.º SAI/2021/17628/DVO/DEOT/FP, de 09.07.2021, a informação relativa aos elementos específicos do turismo relevantes para a elaboração da atual proposta de revisão;
- Ofício n.º SAI/2022/2890/DVO/DEOT/FP, de 11.02.2022, relativo à informação de Serviço n.º INT/2022/1221[DVO/DEOT/PO], sobre os elementos iniciais;
- Ofício n.º SAI/2022/5394/DVO/DEOT/CD, de 18.03.2022, referente à Informação de Serviço n.º INT/2022/3234[DVO/DEOT/PO], com parecer de teor favorável à proposta preliminar de plano;
- Ofício n.º SAI/2024/3191, de 15.03.2024, relativo à Informação de Serviço n.º PRP/2024/68 [DRO/DEOT/SP], respeitante ao parecer de teor favorável condicionado, à retificação de diversos aspetos, identificados no respetivo parecer, relativos ao cumprimento de normas legais e regulamentares aplicáveis, a retificação das questões de compatibilização com o PROTA, assim como, à devida ponderação das questões de cariz técnico.

**II – APRECIÇÃO**

Analisada a proposta final de plano da 2.ª revisão do PDME, verifica-se que a proposta de regulamento foi reformulada, assinalando-se positivamente a integração de algumas considerações/observações efetuadas no anterior parecer.

Destaca-se contudo, negativamente, a não integração das retificações solicitadas no relatório ambiental e na proposta de regulamento, a ausência de definição de parâmetros de dotação de estacionamento, a incorreta transposição, para a proposta de regulamento, das regras, com incidência no setor do Turismo, constantes nos planos de ordenamento de águas públicas, das albufeiras de Alqueva e Pedrogão, e do Caia, para além das demais questões de legalidade e de cariz técnico, melhor identificadas abaixo.

---

<sup>1</sup> Publicado através da RCM n.º 53/2010, de 2 de agosto.

## 1. Regulamento:

De acordo com o definido na legislação vigente, o PDME classifica o solo distinguindo, o solo rústico, do solo urbano, atribuindo as categorias e subcategorias, assim como, a rede natura e espaços culturais, indicados nos quadros seguintes.

<b>Plano Sectorial da Rede Natura 2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A instalação, em construções existentes, de empreendimentos turísticos isolados;</li> <li>- A ampliação das edificações permitidas deve respeitar cumulativamente as condições estabelecidas nas Secção I – Disposições comuns a todas as categorias de solo rústico, do Capítulo VI – Qualificação do solo rústico, do presente regulamento para a edificabilidade em solo rústico;</li> <li>- A instalação de estruturas de apoio às atividades de recreio e lazer de fruição da natureza.</li> </ul>
--	--

<b>Espços Culturais</b>	- Ocupações e utilização que contribuam para a valorização e salvaguarda dos valores sociais, culturais, ambientais, e económicos, tais como as Atividades Turísticas...
-------------------------	--

QUALIFICAÇÃO DO SOLO RÚSTICO			ATIVIDADE TURÍSTICA ADMITIDA
Categorias	Subcategorias		
Espaços Agrícolas	Espaço Agrícola de Produção (A1) – solos RAN	Espaço Agrícola de Produção tipo 1 (A1.1) – solos aptidão agrícola e de RAN + Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Alqueva e Pedrogão	- Obras de reabilitação do edificado existente ou da sua ampliação para a instalação de empreendimentos turísticos em espaço rural, desde que não haja aumento de cêrcea.
	Espaço Agrícola de Produção – Regadio (A2) – solos aptidão agrícola dentro do perímetro do Aproveitamento Hidroagrícola do Caia	Espaço Agrícola de Produção – Regadio tipo 1 (A2.1) – solos aptidão agrícola dentro do perímetro do Aproveitamento Hidroagrícola do Caia + Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Alqueva e Pedrogão	- Obras de reabilitação do edificado existente ou da sua ampliação para a instalação de empreendimentos turísticos em espaço rural, desde que não haja aumento de cêrcea.
	Outros Espaços Agrícolas (A3) – solos de aptidão agrícola	Espaço Agrícola de Produção tipo 1 (A3.1) – solos aptidão agrícola + Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Alqueva e Pedrogão	- Obras de reabilitação do edificado existente ou da sua ampliação para a instalação de empreendimentos turísticos em espaço rural, desde que não haja aumento de cêrcea.
		Espaço Agrícola de Produção tipo 2 (A3.2) – solos aptidão agrícola e de RAN + Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Caia	---
Espaços Florestais	Espaço Florestal de Proteção / Conservação (F1)	Espaço Florestal de Proteção / Conservação (F1) na área da Zona de Proteção Terrestre da Albufeira do Alqueva e Pedrogão (F1.1)	- Obras de reabilitação do edificado existente ou da sua ampliação para a instalação de empreendimentos turísticos em espaço rural, desde que não haja aumento de cêrcea.
	Espaço Silvo-Pastoril (F2)	Espaço Silvo-Pastoril (F2) na área da Zona de Proteção Terrestre da Albufeira do Alqueva e Pedrogão	- Obras de reabilitação do edificado existente ou da sua ampliação para a instalação de empreendimentos turísticos em espaço rural, desde que não haja aumento de cêrcea.
		Espaço Silvo-Pastoril (F2) na área da Zona de Proteção Terrestre da Albufeira do Caia	---
Espaço de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos			---
Espaço de Equipamentos, Infraestruturas e Outras Ocupações			---

Aglomerados Rurais			---
Espaço Natural e Paisagístico	Espaços Naturais (N1) – Rede Natura		---
	Espaços Naturais e Paisagístico (N2)	Áreas de conservação ecológica na área da ZTPAAP	- Obras de ampliação, sem aumento de cércea, para a instalação de empreendimentos de turismo em espaço rural e turismo de habitação, ...
		Áreas de valorização ambiental e paisagística	
		Áreas de risco na área da ZTPAAP	
	Espaços Naturais e Paisagístico (N3)	Zona de proteção grau 1 (N3.1)	---
		Zona de proteção grau 2 (N3.2)	
Zona não edificável de utilização coletiva (N3.3)			
Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Alqueva e Pedrogão (ZTPAAP)			
Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Caia			

QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO		ATIVIDADE TURÍSTICA ADMITIDA
Categorias	Subcategorias	
Espaço Habitacional		"Empreendimentos Turísticos"
Espaço de Uso Especial - Equipamento		"Parque de Campismo existente"
Espaço de Uso Especial - Turístico		"Empreendimentos Turísticos"
Espaço de Atividades Económicas		---
Espaços Urbanos de Baixa Densidade		---
Estrutura Verde Urbana		---

Assim, elencam-se no regulamento do PDME as situações que carecem de retificação, bem como os aspetos a complementar e a melhorar:

### Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN200)

a) art.º 12.º - Ocupações e Utilizações:

n.º 1, alínea e): Os equipamentos e infraestruturas de apoio à animação turística, promovem a visitação e o desenvolvimento do turismo ativo e de natureza, de fruição do património natural, cultural e paisagístico, pois permitem acomodar, por exemplo, pequenos núcleos eco-museológicos, ou outros destinados à interpretação ambiental, centros de BTT, etc, tal como mencionado no anterior parecer, pelo que, a redação deve ser complementada para "Instalações de equipamentos ou infraestruturas de apoio a atividades de animação turística, de recreio...".

b) art.º 22.º - Riscos tecnológicos:

- i. n.º 2, alíneas a) e b): – Deverão ser excecionados os empreendimentos turísticos (lembrando que constituem uma atividade económica);
- ii. n.º 2, alínea c): Acrescentar os "empreendimentos turísticos" às interdições propostas.

c) art.º 24.º - Riscos naturais – Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias:

n.º 4: Tendo por objetivo a qualificação da oferta de alojamento turístico no município e a segurança dos turistas, deverá ser acrescentada alínea interditando a instalação de empreendimentos turísticos em zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias.

### Disposições comuns ao solo urbano e ao solo rústico

d) art.º 30.º - Regras e parâmetros gerais para o licenciamento das operações urbanísticas (novas e reabilitação)

- i. Este artigo define regras e parâmetros urbanísticos a aplicar aos procedimentos (licenciamento, comunicação prévia ou isenção de controlo prévio) estabelecidos pelo RJUE<sup>2</sup> (não obstante a articulação com o RJRE<sup>3</sup>) e não apenas ao licenciamento de operação urbanísticas, devendo o título deste artigo ser retificado para "Regras e parâmetros a aplicar a operações urbanísticas";
- ii. n.º 6: Deverão ser introduzidas disposições que estabeleçam o regime de exceções a tais cedências (ex. caso das situações em que não se justifique);

<sup>2</sup> Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação estabelecido pelo DL 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação

<sup>3</sup> Regime Jurídico de reabilitação de edifícios e frações autónomas, estatuído pelo DL 95/2019, de 18 de julho, na sua atual redação



- iii. n.º 7, alínea c): Considera-se que as regras propostas deverão ser aplicáveis a todos os empreendimentos turísticos a instalar em edifícios preexistentes, e não apenas aos mencionados, propondo-se a seguinte redação:  
*"Nos casos em que se verifique a instalação de empreendimentos turísticos em edifícios preexistentes, devem verificar-se as seguintes disposições:"*
- iv. n.º 7, alínea c), subalínea i.: O conceito de moda, por não constar do DR n.º 5/2019, de 17 de setembro, deve ser definido no regulamento;
- v. n.º 7, alínea c), subalínea ii.: Os parâmetros de ampliação propostos apenas fazem sentido em solo rústico, considerando-se que em solo urbano devem ser aplicados os mesmos parâmetros das edificações de raiz, promovendo a coerência da malha urbana, pelo que a redação deverá ser ajustada em conformidade;
- vi. n.º 7, alínea d): A redação proposta não possui qualquer conteúdo regulamentar, devendo o regulamento estabelecer dotação de estacionamento, nas situações de omissão da legislação específica do turismo, bem como ajustar os requisitos mínimos nesta matéria às especificidades do Município, dando cumprimento ao disposto na alínea k) do n.º 1 do Art.º 96.º do RJIGT;  
  
Esclarece-se que a legislação específica apenas, estipula requisitos mínimos de estacionamento, para Hotéis de 4 e 5\* (1 lugar de estacionamento/5 UA) e para os Apartamentos Turísticos e Aldeamentos Turísticos (1 lugar/UA), pelo que deve ser prevista dotação específica de estacionamento para outras categorias e tipologias de empreendimentos turísticos, nomeadamente, para Casas de Campo, Agroturismos e Turismo de Habitação, em função do número de UA.  
  
No caso dos Parques de Campismo e de Caravanismo (PCC), a dotação de estacionamento deverá ser definida em função do n.º de campistas (por ex: um lugar para 10 campistas).  
  
Recomenda-se ainda, consulta do "Guia Orientador para a Abordagem ao Turismo na Revisão de PDM", disponível no *website* do Turismo de Portugal<sup>4</sup>;
- vii. n.º 8: A redação deverá ser complementada de forma a contextualizar os requisitos de instalação constantes das alíneas a) a d);
- viii. n.º 8: No regulamento permanece por não identificar, as categorias ou subcategorias de solo rústico em que é possível instalar ASA;
- ix. n.º 8, alínea a): Não se alcança o pretendido com a redação "e não superior a 50% do pavimento impermeável existentes;" pelo que deverá a mesma ser melhorada ou eliminada;
- x. n.º 8, alínea b): Relembra-se que as ASA são áreas de estacionamento de autocaravanas com equipamento para escoamento de águas residuais, esvaziamento de WC químico/sistema de lavagem e despejo de cassetes sanitárias, abastecimento de água potável e despejo de resíduos sólidos e urbanos, e poderão, inclusivamente, não ter edificação associada, pelo que a redação desta alínea deve ser retificada;
- xi. n.º 8, alíneas c) e d): A redação deve ser ajustada, por ser mais adequada, no sentido de ser exigida a elaboração de um plano de integração paisagística, que, nomeadamente, incorpore a instalação de uma cortina arbórea envolvente, com recurso a espécies autóctones.

### **Disposições Comuns a Todas as Categorias de Solo Rústico**

#### **e) art.º 41.º Interdições e permissões comuns a todas as categorias de solo rústico:**

- i. n.º 2, alínea d): Reitera-se alerta que, nos termos do art.º 38.º do RJUE, é permitido a realização de operações de loteamento de empreendimentos turísticos em solo rústico, salvo se for uma opção expressa do município não a consubstanciar;
- ii. n.º 4: Desconhece-se o fundamento, para a interdição de empreendimentos turísticos, nas "proximidades" de bens com valor patrimonial, classificados ou não classificados, propondo-se reponderação desta disposição;
- iii. n.º 15 - Carta Perigosidade de Incêndio Rural nos Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - média, baixa e muito baixa), alíneas d), subalínea ii: Redação deve ser retificada "para

<sup>4</sup> *link*: [https://business.turismodeportugal.pt/pt/Planejar\\_Iniciar/Ordenamento\\_Turistico/Turismo\\_IGT/Paginas/default.aspx](https://business.turismodeportugal.pt/pt/Planejar_Iniciar/Ordenamento_Turistico/Turismo_IGT/Paginas/default.aspx)

*que seja reduzida distância obrigatória entre edifícios construídos, destinados empreendimentos turísticos ou equipamentos e infraestruturas de apoio a atividades de animação turística...”;*

- iv. n.º 16: Deverá ser revista a redação, uma vez que o n.º 1 não se refere a empreendimentos turísticos.
- f) art.º 43.º - Edificabilidade para fins não habitacionais comum a todas as categorias de solo rústico:
- i. n.º 1: A redação não faz menção a empreendimentos turísticos, o que não se compagina com o referido na alínea f) i., devendo ser ajustada em conformidade. Em qualquer circunstância, no caso dos empreendimentos turísticos não será aplicável a comprovação da sua necessidade pelos serviços setoriais competentes;
  - ii. alínea f), subalínea i.: Sem conteúdo regulamentar, tal como mencionado no n.º 7, art.º 30.º da proposta de regulamento;
  - iii. alínea f), subalínea ii.: Retificar redação nos seguintes termos: “Sem prejuízo da legislação específica em vigor, na instalação de empreendimentos turísticos poderá não ser cumprida a dotação de estacionamento nos casos em que se revele impossível, por razões técnicas ou outras (como por exemplo no caso de reabilitação de edifício classificado, edifício em solo urbano consolidado, por inconveniência técnica ou por manifesta impossibilidade)”.
- g) art.º 44.º - instalação de equipamentos ou infraestruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística:
- n.º 1, alínea a): Retificar para “atividades de animação turística”.
- h) art.º 45.º - Identificação dos empreendimentos turísticos isolados:
- i. Retificar epígrafe para “Instalação de empreendimentos turísticos isolados”.
  - ii. n.º 1: O conceito de intensidade turística concelhia não está conforme com o PROTA. Com efeito, nos termos do PROTA, a Intensidade Turística máxima concelhia corresponde ao valor resultante da distribuição, por concelho, da intensidade turística máxima sub-regional, através da ponderação da variável população pelo fator 0,6 (proporção da população residente concelhia no total da população da sub-região onde se localiza o concelho, considerando o censo de 2021), e da variável área pelo fator 0,4 (proporção da área do concelho no total da área da sub-região onde se localiza o concelho).  
  
Assim, ou se retifica a redação de modo a acomodar, de forma adequada, o conceito estabelecido no PROTA ou, melhor por ser mais simples, referir apenas que a intensidade turística efetiva (que, neste caso, será igual à intensidade turística máxima) será de 8396 camas.
  - iii. n.º 4: Retificar redação, eliminando a menção a “ou equipamentos de índole turística”, uma vez que não são empreendimentos turísticos (epígrafe do artigo);
  - iv. n.º 5, alínea c): Deverá ser melhorada a redação, não se alcançado o pretendido com a referência ao “limite previsto para o prédio”.
- i) art.º 46.º - Regime dos empreendimentos turísticos isolados:
- n.º 2, alínea e), subalínea i): Questiona-se a referência a “moda”, quando nos estamos a referir a empreendimentos turísticos isolados em solo rústico, e não a empreendimentos inseridos em arruamento de solo urbano ou de aglomerado rural.

## **Disposições Específicas das Categorias de Solo Rústico**

### **Espaços Agrícolas**

- j) art.º 48.º - Espaço Agrícola de Produção (A1), art.º 49.º - Espaço Agrícola de Produção – Regadio (A2) e art.º 50.º - Outros Espaços Agrícolas (A3):



- i. art.º 48.º, n.º 6, alínea c), art.º 49.º, n.º 7, alínea c) e art.º 50.º, n.º 4, alínea c): Não é perceptível, a qual parâmetro se aplica a exceção "... em i.2. da alínea anterior";
- ii. art.º 48.º, n.º 6, alínea c) e art.º 49.º, n.º 7, alínea c): À data da entrada em vigor do POA de Alqueva e Pedrogão (POAAP<sup>5</sup>), e nos termos do RJET, o Turismo no Espaço Rural (TER) integrava o Turismo de Habitação (TH), pelo que se sugere, por uma questão de adaptação ao atual enquadramento legal, identificar também o TH como uma tipologia possível de instalação;
- iii. art.ºs 48.º e 49.º: Sugere-se a definição de parâmetros de ampliação, ou a remissão para os indicados na alínea e), do art.º 46.º da proposta de regulamento (não obstante as correções elencadas);
- iv. art.ºs 48.º e 49.º: Incluir as condições de saneamento a observar (art.º 22.º do regulamento do POAAP);
- v. art.º 50.º, n.º 4 alínea c): Reitera-se comentário tecido sobre a redação da alínea c) do n.º 6, do Art.º 48.º.

### **Espaços Florestais**

- k) art.º 51.º - Espaços Florestais de Proteção/ Conservação (F1) e art.º 52.º - Espaços Silvo-Pastoril (F2)
  - i. art.º 51.º, n.º 6, alínea c) e art.º 52.º, n.º 9, alínea c): Tal como para os espaços agrícolas, não é perceptível, a qual parâmetro se refere a exceção "... em i.2. da alínea anterior" ou "... ii. da alínea anterior";
  - ii. art.º 51.º, n.º 6, alínea c) e art.º 52.º, n.º 9, alínea c): Conforme mencionado para a categoria de espaços agrícolas, adaptação ao atual enquadramento legal, identificar também o TH como uma tipologia possível de instalação;
  - iii. art.ºs 51.º e 52.º: Definir parâmetros de ampliação, ou remeter para os indicados na alínea e), do art.º 46.º da proposta de regulamento;
  - iv. art.ºs 51.º e 52.º: Incluir as condições de saneamento a observar (art.º 22.º do regulamento do POAAP);
  - v. art.º 52.º, n.º 10: "instalação de equipamentos e infraestruturas de apoio às atividades de animação turística", cf n.ºs 1 dos art.º 5.º e 6.º do regulamento do POAC.

### **Aglomerados Rurais**

- l) Lapso na indicação do artigo;
- m) Considerando as características dos aglomerados rurais, deverão ser identificadas as tipologias de empreendimentos admissíveis, propondo-se empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER), Turismo de Habitação (TH) e Estabelecimentos Hoteleiros.
- n) Deverão ser incorporadas disposições que assegurem a qualificação urbanística e a qualidade do espaço público, tal como a autenticidade dos aglomerados, nomeadamente promovendo a reabilitação do património edificado, preservando e valorizando os seus traços identitários;

### **Espaço Natural e Paisagístico**

- o) art.º 59.º - ocupações e Utilizações:
  - i. art.º 59.º, n.º 7, alínea b) Espaços Naturais e Paisagísticos (N2) – ZTPAAP: Eliminar alínea, por incompatibilidade com o definido na "Área Reservada" do POAAP, dado que as únicas obras permitidas são as descritas na alínea a), n.º 7, art.º 59.º da proposta de regulamento;
  - ii. art.º 59.º, n.º 8 - Espaços Naturais e Paisagísticos (N3) – ZTPAC: Incluir "instalação de equipamentos ou infraestruturas de apoio a atividades de animação turística".

<sup>5</sup> RCM 94/2006, publicado no DR, 1.ª série, n.º 150, de 4 de agosto.

### Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Alqueva e Pedrogão

p) art.º 61.º - Ocupações e Utilizações:

#### **Espaço com outra ocupação – recreativa e de lazer (ER1):**

- i. n.º 1: Complementar a redação “para instalação de equipamentos e infraestruturas de apoio a atividades de animação turística, recreio, lazer e à fruição da albufeira”;
- ii. n.º 1 e n.º 1, alínea c): Contextualizar as “atividades secundárias” que se poderão realizar no “Espaço com outra ocupação – recreativa e de lazer (ER1), de acordo com o definido nos art.ºs 15 e 17.º do regulamento POAAP.  
  
Alerta-se, ainda, que algumas áreas do plano de água e da zona de proteção se encontram classificadas como “Áreas de Riscos” (ver planta síntese POAAP), face à instabilidade geológica e/ou problemas de erosão, e que a sua utilização/ocupação está condicionada (art.º 18.º do POAAP);
- iii. n.º 1, alínea a): Nesta alínea deve ser sucintamente caracterizada “área de utilização recreativa e de lazer”, p.ex: a área de utilização recreativa e de lazer é limitada a nascente, pela antiga ponte da Ajuda e a poente, pela nova ponte da Ajuda, a qual estabelece ligação viária transfronteiriça...;
- iv. n.º 1, alíneas a) e b): A designação “áreas de utilização recreativa e de lazer de nível 2” do POAAP, não faz sentido ser literalmente transcrita para a proposta de regulamento, dado que não existem, no município de Elvas, áreas de nível 1, pelo que a indicação “nível 2” deve ser removida da redação;
- v. n.º 1, alínea e): A transposição das normas, constantes no POA do Alqueva e Pedrogão (POAAP) não poderá ser uma mera transcrição, devendo ser retificada a remissão para “... alínea c) terão que ...” e inseridas as condições de saneamento, definidas no art.º 22.º do regulamento do POAAP;
- vi. n.º 1, alíneas d) e f): O plano de água na área do concelho de Elvas está classificado como “Zona de Navegação Restrita”, de acordo com a planta síntese POAAP, pelo que a prática de atividades balneares não consta como atividade secundária permitida (art.º 15.º do POAAP), devendo assim, ser eliminada a redação das alíneas d), f) e h), n.º 1, art.º 61.º da proposta de regulamento;
- vii. n.º 1, alíneas g) e h): Eliminar redação destas alíneas, dado que o concelho não possui qualquer frente ribeirinha associada a áreas de vocação turística (vide planta síntese POAAP), pelo que não se aplica o disposto no art.º 32.º do POAAP.

#### **Espaço com outra ocupação – interesse cultural (ER2):**

- viii. n.º 2: Deve ser efetuada adaptação ao atual enquadramento legal (cf. acima referido), para empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Habitação (TH);
- ix. n.º 2: Sugere-se a definição de parâmetro para a ampliação (p.ex. 20% ou 30%), em função da preexistência;
- x. n.º 2: Inserir na redação a “instalação de equipamentos ou infraestruturas de apoio a atividades de animação turística”;
- xi. Devem ainda, ser transpostas as normas definidas no n.º 4, art.º 27.º do POAAP.

#### **Zona de reserva da albufeira de Alqueva e Pedrogão (ZR1):**

- xii. n.º 3, alínea a): Incluir permissão para a “instalação de equipamentos ou infraestruturas de apoio a atividades de animação turística”;
- xiii. n.º 3, alínea c) ii.: Tal como já referido, não são identificadas “Áreas de Vocação Turística” do POAAP no município de Elvas, devendo a redação ser eliminada;
- xiv. Deverão ser incluídas as regras de saneamento (art.º 22.º do POAAP).

### **Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Caia**

q) art.º 63.º - Ocupação e Utilização:

- i. Permitir a “instalação de equipamentos e infraestruturas de apoio às atividades de animação turística”, relacionadas com o “recreio passivo, nomeadamente, fotografia, pintura, observação cénica e da vida selvagem e pesca”, cf n.ºs 1 dos art.º 5.º e 6.º do regulamento do POAC;
- ii. n.º 3, alíneas d), g) e h): O POA de Caia (POAC<sup>6</sup>) só identifica, na área abrangida pelo município de Elvas, uma zona com viabilidade de construção para equipamentos coletivos, a Zep. C, pelo que se considera ser suficiente a designação “Espaço com Outra Ocupação – Equipamento (ER3)”, devendo assim, ser eliminadas as menções a Zep. ou Zep.C;
- iii. n.º 3, alíneas a) a f): Da interpretação do regulamento do POAC (art.º 8.º) e análise conjunta da planta síntese, verifica-se que no “Espaço com Outra Ocupação – Equipamento (ER3)”, que corresponde à ZEq. C, é autorizada a construção de um estabelecimento hoteleiro com 60 camas ou em alternativa, a construção de um estabelecimento de restauração e bebidas, com capacidade máxima de 150 utentes, e não a instalação de Parques de Campismo e de Caravanismo;
- iv. n.º 3, alínea h), subalíneas i. e ii.: As referidas subalíneas não incorporam a dotação de estacionamento para veículos ligeiros e pesados, a afetar ao estabelecimento hoteleiro (1 lugar / 4 utentes ou, disto de outra forma, 1 lugar / 2 unidades de alojamento) e estacionamento para autocarros de turismo (2 lugares);
- v. n.º 3, alínea h), subalínea iii.: Eliminar a menção a “para alojamento”, pois dois pisos deve ser aplicável quer à componente alojamento, quer a demais componentes, designadamente relativas a equipamentos e serviços de uso comum.

### **Espaços Habitacionais**

r) art.º 67.º - Regras a aplicar nos Espaços Habitacionais:

- i. n.º 3, alínea d), subalínea vi.: Eliminar a menção a “designadamente nos estabelecimentos hoteleiros na tipologia pousadas, nos empreendimentos de turismo de habitação e empreendimentos de turismo em espaço rural” por se entender que o regime de edificabilidade proposto deve ser aplicável às várias tipologias de empreendimentos turísticos que se instalem em edificado existente;
- ii. n.º 3, alínea d), subalínea vi.2: Considera-se que no solo urbano não faz sentido definir parâmetros urbanísticos, para preexistências distintos dos aplicados a edificações de raiz, devendo assim, ser ponderada a eliminação desta subalínea;
- iii. n.º 3, alínea d), subalíneas vii. e viii.: Retirar por ser redundante, face ao já indicado nas alíneas d) e e), n.º 7, art.º 30.º da proposta de regulamento.

### **Espaço de Uso Especial – Equipamento (UEE)**

s) art.º 69.º - Regras a aplicar aos Espaços de Usos Especial Equipamento:

n.º 2, alínea d): Os Parques de Campismo e de Caravanismo (PCC) são empreendimentos turísticos, devendo assim, a sua área ser classificada como “Espaço de Uso Especial – Turístico”, tal como transpostos para a referida categoria de espaço, os parâmetros definidos para a sua ampliação.

### **Espaço de Uso Especial – Turístico (UET)**

t) art.º 70.º - Espaço de Uso Especial – Turístico:

- i. n.º 2: Eliminar a menção a “e/ou em qualquer das categorias de espaço com exceção das pertencentes à Estrutura Verde Urbana e Espaços Culturais.” uma vez que este articulado é aplicável, apenas, aos Espaços de Uso Especial – Turístico, conforme epígrafe;
- ii. n.º 3, alínea d): Concretizar quais os “usos mistos” admitidos para esta categoria de solo afigurando-se, ainda, que tal menção não se reporta ao regime de edificabilidade

<sup>6</sup> Despacho Conjunto dos Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente e Recursos Naturais, publicado no DR, II série, n.º 162 de 13 de julho de 1993

- iii. n.º 4, alínea c): Eliminar a menção a “designadamente nos estabelecimentos hoteleiros na tipologia pousadas, nos empreendimentos de turismo de habitação e empreendimentos de turismo em espaço rural”, pelas razões já aduzidas;
- iv. n.º 4, alínea c), subalínea i.: Questiona-se a pertinência do requisito relativo à moda, conforme já referido;
- v. n.º 4, alínea c), subalínea ii.: No solo urbano não faz sentido definir parâmetros urbanísticos, para preexistências distintos dos aplicados a edificações de raiz, assim sendo, deve ser ponderada a eliminação desta subalínea;
- vi. n.º 4, alíneas d) e e): Dado que regras a dotação de estacionamento alíneas d) e e), n.º 7, art.º 30.º se destinavam aplicar “fora do Espaço de Uso Especial – Turístico”, deverão ser definidas para esta categoria de espaço, regras distintas.

### **Espaços Urbanos de Baixa Densidade (BD)**

u) art.º 73.º - Âmbito e objetivo dos Espaços de Baixa Densidade:

- i. n.º 2: Rever português (verbo no gerúndio);
- ii. Deverão ser identificados os usos dominantes, bem como compatíveis e complementares, nos termos do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, identificando, nomeadamente, os empreendimentos turísticos como usos compatíveis, seguindo a abordagem do “Espaço habitacional”.

### **Unidades Operativas de Planeamento e Gestão**

- v) art.º 78.º: Nos termos da alínea l) do n.º 1 do Art.º 96.º do RJIGT, deverão ser identificados os objetivos das várias UOPG e os termos de referência para a necessária elaboração de Plano de Pormenor.

### **Áreas de cedência e compensações:**

- w) art.º 85.º: As áreas de cedência e compensações estão previstas no Art.º 30.º, pelo que não se alcança o pretendido com a redação proposta.

## **2. Quanto à Planta de Ordenamento:**

- a) Reitera-se que os traçados dos percursos pedonais e cicláveis de fruição turística existentes sejam sinalizados e identificados com grafismo específico na planta de ordenamento do PDM;
- b) A cromática adotada para a representação da categoria “Espaço de Uso Especial - Turístico”, na planta de ordenamento perímetros urbanos é igual à adotada na representação dos “Espaço de Uso Especial – Cultural” e “Espaço de Uso Especial – Equipamentos”, sugerindo-se assim a aplicação de uma cromática distinta que permita uma leitura/interpretação mais clara e imediata;
- c) A área respeitante ao “Espaço com outra ocupação – recreativa e de lazer” do POA do Alqueva e Pedrogão (POAAP) não é delimitada na planta de ordenamento, sendo apenas identificada a sua localização aproximada, através do *leftring*, ER1, não sendo possível distinguir do “Espaço com outra ocupação – interesse cultural ER2”;
- d) A falta de delimitação, indicada na alínea anterior, é igualmente verificada no “Espaço agrícola (A1)”, “Espaço agrícola de produção – regadio (A2)”, “Outros espaços agrícolas”, “Espaço florestal de proteção/conservação (F1)”, “Espaço florestal – Silvo-Pastoril (F2)” e “Espaços Naturais e Paisagísticos N1, N2, N3.3, N3.1, N3.2, N3.3, N3.4 e N 3.5”;
- e) A denominação dos “Espaços com outra ocupação”, “recreativa e de lazer (ER 1)” e de “Interesse Cultural (ER2)” do POAAP na legenda da planta de ordenamento, deve ser coincidente com a designada na proposta de regulamento;
- f) Representar a “Zona de Navegação Restrita” do POAAP, na planta de ordenamento;
- g) O Parque de Campismo e de Caravanismo (PCC) existente deverá ser representado na planta de ordenamento como “Espaço de Uso Especial – Turístico”.

### 3. Quanto à Planta de Condicionantes:

Deve ser contemplada representação das áreas de risco assinaladas na planta síntese do POAAP, áreas essas associadas à instabilidade geológica e ou problemas de erosão (sendo que, na Planta de Riscos Naturais e Tecnológicos também não se encontra identificado).

### 4. AAE – Relatório Ambiental:

No Relatório Ambiental, quanto aos indicadores de monitorização e avaliação do FCD - “Coesão Social e Desenvolvimento Local”, definidos no Critério de Avaliação “Potencial Turístico”, no que respeita à avaliação da atividade turística no concelho, verifica-se que não foram incluídas as orientações indicadas no anterior parecer, pelo que se reitera o seguinte:

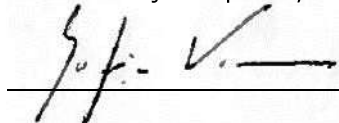
- a) No que se refere à oferta turística (*quadro 37, pág. 93*), deverão ser acrescentados os seguintes indicadores: “Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (n.º camas/ utentes) / Fontes: RNET<sup>7</sup>/SIGTUR<sup>8</sup>”; e “Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local (n.º utentes) / Fontes: RNAL<sup>9</sup>/SIGTUR”;
- b) No que se refere à procura turística (*quadro 37, pág. 93*), deverá ser introduzido o indicador: “Total de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)” / Fonte: INE, indicador que abrange os ET e os estabelecimentos de AL.

## III – CONCLUSÃO

Face ao exposto, e do ponto de vista do turismo, propõe-se a emissão de parecer **desfavorável** à proposta final da 2.ª revisão do PDM de Elvas, com base nas seguintes questões:

- 1) Cumprimento de normas legais aplicáveis: alíneas d)i., e)i., f)i., j)ii., j)v., k)ii., p)viii., s), u)ii. e v) do ponto 1.II;
- 2) Conformidade/ compatibilidade com Instrumentos de Gestão Territorial existentes (PROT Alentejo, POA do Alqueva e Pedrogão e POA do Caia): alíneas h)ii., j)iv., k)iv., k)v., o)i., p)i. a p)vii., p)xi. a p)xiv., q)i. a q)iv. do ponto 1.II;
- 3) Retificação das observações de cariz técnico: alíneas a), b)i., b)ii., c), d)ii. a d)v., d)vii. a d)xi., e)ii. a e)iv., f)i., f)iii., g), h)i., h)iii., h)iv., j)i., j)iii., k)i., k)iii., l), m), n) o)ii., p)ix., p)x., q)v., r)i. a r)iii., t)i. a t)vi., u)i. e w) do ponto 1.II, e pontos 2.II, 3.II e 4.II.

À consideração superior,



Sofia Vieira, arq.ª

<sup>7</sup> Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos.

<sup>8</sup> Sistema de Informação Geográfica do Turismo (<https://sigtur.turismodeportugal.pt>). Alerta-se que a georreferenciação dos estabelecimentos de AL, dos estabelecimentos de empresas de animação turística e dos balcões de agências de viagens e turismo foi obtida de forma automática a partir do endereço, sendo a respetiva localização meramente indicativa.

<sup>9</sup> Registo Nacional do Alojamento Local.



## Despacho Conselho Diretivo

## Despacho Diretor Departamento

CONCORDO COM A APROVAÇÃO EM TERMOS PROPOSTOS,

29.04.2025

*Paulo Lebre Duarte*

**Paulo Lebre Duarte**  
Diretor de Departamento  
dos Bens Culturais

## Despacho Chefe Divisão

CONCORDO. PROPOSTA A APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO, CONDICIONADA AO SEU COMPLEMENTO/RETIFICAÇÃO NOS TERMOS DOS PONTOS 4.1 A 4.6 DO PARECER DE ARQUITETURA. A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.

— CHEFE DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DOS MONUMENTOS E SÍTIOS (DSMS)  
29.04.2025

CONCORDO COM A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO À PROPOSTA DO PLANO NOS TERMOS PROPOSTOS NOS PONTOS 3.1 A 3.8 DO PARECER DE ARQUEOLOGIA INCLUINDO O COMPROMISSO PARA A REALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO ARQUEOLÓGICA E PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO NOS TERMOS DO PONTO 4.1.2 DO MESMO PARECER DE ARQUEOLOGIA.

CS

Informação

Data

GP 44856

24-04-2025

Assunto

Mensagem

PCGT - ID 410 (Ex-137) - PDM Elvas -  
Revisão - 3.ª  
Reunião Plenária  
CC

### ENQUADRAMENTO LEGAL

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos.
- Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica.
- Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro, Procede à criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E
- Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro, aprova os Estatutos do Património Cultural, I. P.
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, na sua redação atual nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2024, de 22 de dezembro, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

-Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

-Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.

-Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

-Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, na sua redação atualizada.

-Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, na sua redação atualizada.

## **PARECER DE ARQUITETURA**

### **1. SERVIÇÃO ADMINISTRATIVO**

A numeração apresentada [N.º IC], segue, em cada categoria de classificação, o n.º de inventário (N.º Inv.) – [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt).

#### **A – Bens imóveis classificados – Monumento Nacional (MN)**

**1** – (1382) – Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN – Monumento Nacional, Aviso n.º 4499/2021, DR, 2.ª série, n.º 20, de 11-03-2021; Aviso n.º 15171/2013, DR, 2.ª série, n.º 242, de 13-12-2013 / Inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO em 30-06-2012; Zona Especial de Proteção (ZEP) – Aviso n.º 4499/2021, DR, 2.ª série, n.º 20, de 11-03-2021; Aviso n.º 15171/2013, DR, 2.ª série, n.º 242, de 13-12-2013 / Zona tampão aprovada na 37.ª sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO (2013);

**2** – (3518) – Anta da Cabeça Gorda, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**3** – (3519) – Anta da Coutada de Barbacena, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**4** – (3520) – Anta da Torna do Paço Pereira, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**5** – (3521) – Anta de D. Miguel, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**6** – (3522) – Anta do Alto de Miraflores, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**7** – (3523) – Anta do Olival de Monte Velho, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**8** – (3524) – Anta do Porto de Cima de D. Miguel, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;

**9** – (3525) – Anta do Torrão, MN, Decreto n.º 29 604, DG, I Série, n.º 112, de 16-05-1939;



**10** - (3526) - Aqueduto da Amoreira, MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; ZEP - Portaria de 30-07-1956, publicada no DG, II Série, n.º 210, de 5-09-1956 (com *Zona Non Aedificandi* - ZNA);

**11** - (3528) - Castelo de Elvas, MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

**12** - (3530) - Forte de Nossa Senhora da Graça, MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

**13** - (3532) - Igreja do antigo Convento das Freiras de São Domingos, MN, Decreto n.º 14 985, DG, I Série, n.º 28, de 3-02-1928;

**14** - (3533) - Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas, MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; ZEP - Portaria de 26-02-1953, publicada no DG, II Série, n.º 82, de 7-04-1953;

**15** - (3534) - Igreja de São Pedro, MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; ZEP - Portaria de 5-02-1960, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1960;

**16** - (3535) - Igreja de São Domingos, MN, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; ZEP - Portaria de 26-02-1953, publicada no DG, II Série, n.º 83, de 8-04-1953;

**17** - (3536) - Muralhas e obras anexas da Praça de Elvas, MN, Decreto n.º 37 077, DG, I Série, n.º 228, de 29-09-1948; Decreto n.º 30 762, DG, I Série, n.º 225, de 26-09-1940;

**18** - (3537) - Padrão de Elvas, MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

**19** - (74103) - Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas, MN, Decreto n.º 3/2013, DR, 1.ª série, n.º 85, de 3-05-2013 (toda a área é considerada ZNA).

#### **B - Bens imóveis classificados - Interesse Público**

**20** - (293) - Santuário do Senhor Jesus da Piedade, Monumento de Interesse Público (MIP), Portaria n.º 506/2020, DR, 2.ª série, n.º 156, de 12-08-2020;

**21** - (3527) - Castelo de Barbacena, Imóvel de Interesse Público (IIP), Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967;

**22** - (3529) - Castelo de Fontalva (restos), IIP, Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977;

**23** - (3531) - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, IIP, Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977;

**24** - (3538) - Pelourinho de Barbacena, IIP, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933;

**25** - (3539) - Pelourinho de Elvas, IIP, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933;

**26** - (3540) - Ponte de Nossa Senhora da Ajuda, IIP, Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967;

**27** - (4932) - Anta do Monte Ruivo, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

**28** - (4933) - Anta 1 de São Rafael, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

**29** - (4934) - Anta 2 de São Rafael, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

**30** - (4935) - Anta 1 do Sobral, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

**31** - (4936) - Anta de Valmor, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

**32** - (4937) - Anta do Monte dos Frades, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

**33** - (4940) - Anta 1 dos Serrones, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

- 34** - (4941) - Anta 2 dos Serrones, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;
- 35** - (4942) - Igreja do Salvador (integrando uma capela, antigo Passo da Via Sacra), IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;
- 36** - (4943) - Passos da Via Sacra (cinco), também denominados «capela da Rua de Alcamim», «capela da Rua de Olivença», «capela do Largo da Misericórdia», «capela do Largo São João de Deus», primitivamente na Rua da Cadeia, e «capela da Rua de André Gonçalves», IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;
- 37** - (11209) - Anta da Quinta do Forte de Botas, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;
- 38** - (11220) - Anta 1 de Torre das Arcas, IIP, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;
- 39** - (11284) - Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas, MIP, Portaria n.º 437/2012, DR, 2.ª série, n.º 179, de 14-09-2012; ZEP- Portaria n.º 437/2012, DR, 2.ª série, n.º 179, de 14-09-2012;
- 40** - (11321) - Área Arqueológica do Torrão, SIP - Sítio de Interesse Público, Declaração de retificação n.º 775/2012, DR, 2.ª série, n.º 115, de 15-06-2012 (retificou a freguesia para Santa Eulália), Portaria n.º 401/2011, DR, 2.ª Série, n.º 43, de 2-03-2011; ZEP - Declaração de retificação n.º 775/2012, DR, 2.ª série, n.º 115, de 15-06-2012 (retificou a freguesia para Santa Eulália), Portaria n.º 401/2011, DR, 2.ª Série, n.º 43, de 2-03-2011;
- 41** - (73958) - Tanque Romano da Herdade do Correio-Mor, MIP, Portaria n.º 740-FH/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012; ZEP - Portaria n.º 740-FH/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012.

#### **C - Bens imóveis em vias de classificação**

- 42** - (75309) - Vila Viçosa, vila ducal renascentista, Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura), Anúncio n.º 221/2019, DR, 2.ª série, n.º 243, de 18-12-2019; ZEP Provisória -Anúncio n.º 221/2019, DR, 2.ª série, n.º 243, de 18-12-2019;
- 43** - (75562) - Megalitismo Alentejano, Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura), Anúncio n.º 61/2024, DR, 2.ª série, n.º 68, de 5-04-2024 / Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023. (Abrange, no concelho de Elvas, os seguintes (44) monumentos e sítios: **43.1** - Alcarapinha 1; **43.2** - Alcarapinha 3; **43.3** -Anta do Alto de Miraflores; **43.4** -Anta das Avesadas; **43.5** - Anta da Cabeça Gorda; **43.6** - Anta da Cegonha; **43.7** - Anta da Coutada de Barbacena; **43.8** - Anta da Defesa; **43.9** - Anta 1 das Defesinhas; **43.10** - Anta 2 das Defesinhas; **43.11** - Anta da Herdade das Espadas; **43.12** - Falcato 1; **43.13** - Farisoa 1; **43.14** - Anta do Monte dos Frades; **43.15** - Anta 3 do Genemigo; **43.16** -Anta do Monte Ruivo; **43.17** - Anta da Herdade dos Negros; **43.18** -Anta do Olival de Monte Velho; **43.19** -Paço 1; **43.20** - Anta 1 do Pombal; **43.21** - Anta 2 do Pombal; **43.22** -Anta 3 do Pombal; **43.23** -Anta 4 do Pombal; **43.24** -Anta 5 do Pombal;**43.25** -Porto de Cima de Dom Miguel / Dom Miguel 1; **43.26** -Quinta das Longas; **43.27** -Quinta do Forte de Botas; **43.28** -Anta 1 de São Rafael; **43.29** - Anta 2 de São Rafael; **43.30** - Sardinha; **43.31** - Anta 1 dos Serrones; **43.32** - Anta 2 dos Serrones; **43.33** - Anta 1 do Sobral; **43.34** - Anta da Torna do Paço Pereira; **43.35** - Anta do Torrão; **43.36** - Torrão 2; **43.37** -Torrão 3; **43.38** -Anta 1 de Torre das Arcas; **43.39** -Torre das Arcas 2; **43.40**-Anta de Valmor / Vale de Mouro; **43.41** - Anta da Venda; **43.42** - Anta dos Torneiros; **43.43** - D. Miguel 2; **43.44** - Cabeço do Torrão).

#### **2. ANTECEDENTES**

Da consulta efetuada, registam-se, no âmbito da Revisão do PDM:

- 2022/03/24 (CSP 223751): Despacho Favorável condicionado nos termos da Informação de 2022/02/07 (CS 1570413) da DRC Alentejo - "PGCT - ID 137 - PDM - Elvas - Revisão - Adição de Novos Elementos";

- 2024/03/20 (GP 7425): Despacho desfavorável ao Relatório Ambiental e à proposta do Plano, no âmbito da 2ª Reunião Plenária da Revisão do PDM de Elvas;

- 2024/05/03: Realização de reunião técnica, solicitada na sequência do parecer emitido, com representantes da Câmara Municipal de Elvas, Equipa da revisão do plano, CCDR Alentejo I.P., e Património Cultural, I.P.. A versão da respetiva Ata, com a revisão do PC, I.P., foi inserida na PCGT (separador Mensagens), em 2024/05/24.

### **3. ENQUADRAMENTO / CARACTERIZAÇÃO**

É solicitado parecer no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas (PDME), com base na documentação patente na Plataforma PCGT ID 410 (ex-137).

### **4. APRECIACÃO**

Incluem-se os seguintes pontos: 4.1. REOT; 4.2. Relatório - Património; 4.3. Plantas de Caracterização do Território - 4.3.1. Planta 8 "Património Arqueológico e Arquitectónico"; 4.3.2. Planta 10 "Unidades e Valores da Paisagem"; 4.4. Planta de Ordenamento; 4.5. Plantas de Condicionantes; 4.6. Regulamento.

Da análise da documentação refere-se, no âmbito da salvaguarda e valorização do Património Cultural classificado e em vias de classificação em presença, e em complemento com o parecer de arqueologia junto:

#### **4.1. REOT - Relatório do estado do Ordenamento do Território (Fevereiro 2025)**

Tendo presentes os aspetos anteriormente apontados, refere-se, em síntese:

**a)** Nas servidões administrativas indicadas encontram-se agora incluídas as zonas gerais de proteção e as zonas especiais de proteção.

**b)** Nas tabelas/listas constantes no ponto "4.5.10. Património classificado e em vias de classificação" verificam-se as seguintes atualizações:

**b1)** Estão retificadas as designações dos bens imóveis classificados em consonância com o que consta nos respetivos diplomas de classificação, conforme transmitido;

**b2)** Encontram-se completados os bens imóveis classificados e em vias de classificação. No caso do Megalitismo Alentejano, em vias de classificação, estão também listados os monumentos e sítios do concelho (44);

**b3)** O conteúdo da anterior coluna "Proteção", passou a integrar a coluna "Classificação";

**b4)** Estão retificadas as anteriores incorreções nas indicações das classificações/ZEP;

**b5)** A identificação do património classificado/em vias de classificação/ZEP inclui agora os respetivos diplomas;

**b6)** Foram retirados da tabela/lista do "Património em vias de classificação" os procedimentos caducados/encerrados.

#### **4.2. Relatório "05.Património" (Fevereiro 2025)**

Tendo presentes os aspetos anteriormente apontados, refere-se, em síntese:

**a)** Foi atualizado o enquadramento legal específico, incluindo, entre outra legislação aplicável a atual Lei de Bases do Património Cultural Português - Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro.

**b)** Nas listas do Património classificado e em vias de classificação (quadros 1 e 2 do ponto 5.4) encontram-se ainda em falta as «oito Zonas Especiais de Proteção (ZEP) e a Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP), com designação dos respetivos diplomas de publicação [ver 1. Servidão Administrativa supra]» (tal como se transmitiu no parecer anterior, e se completou no atual REOT).

**c)** No quadro 1 ainda falta «especificar-se a existência de Zona Non Aedificandi (ZNA), designadamente no “Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas”, MN, e na ZEP do Aqueduto da Amoreira» (tal como se transmitiu no parecer anterior, e se completou no atual REOT).

**d)** Foi atualizada a lista dos bens imóveis em vias de classificação incluindo-se o Megalitismo Alentejano. É de notar, contudo, que no atual “Quadro 3- Megalitismo Alentejano em vias de classificação”, os últimos 4 registos não são do presente concelho, mas sim de um dos concelhos vizinhos, pelo que devem ser retirados. Para facilitar a respetiva identificação, estão numerados em “1. Servidão Administrativa” os 44 monumentos e sítios do conjunto em vias de classificação que integram o concelho.

#### **4.3. Plantas de Caracterização do Território – formato pdf**

**4.3.1.** Planta n.º 08 –Caracterização do Território: Património Cultural, Escala 1/25.000 (Setembro 2024)

**a)** No Centro Histórico de Elvas encontram-se em falta imóveis classificados - Igreja do antigo Convento das Freiras de São Domingos, MN; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, IIP.

**b)** Na legenda e cartografia do Património cultural classificado e em vias de classificação, os bens não se encontram diferenciados consoante a sua situação e *«de modo a adotar apenas uma única cor para cada categoria [gradação] - “Monumento Nacional”, “Interesse Público”, “Interesse Municipal” e “Em vias de classificação”»* (tal como se transmitiu no parecer anterior);

**c)** Acresce que consta uma única lista para o Património Classificado e Em Vias de Classificação, devendo separar-se em “Lista de Imóveis Classificados” e “Lista de imóveis em vias de classificação”.

**d)** Na legenda referente a “ZNA”, “ZEP” e “ZGP”, devem constar, retirando-se o título “Restrições”: “Zona Geral de Proteção”; “Zona Especial de Proteção”; e “Zona Non Aedificandi”, podendo adicionar-se a esta última as “/Restrições”.

**4.3.2.** Planta n.º 10 –“Unidades e Valores da Paisagem”, Escala 1/50.000 (Maio 2023)

Não se identificam alterações/atualizações na planta 10, pelo que se reiteram os aspetos anteriormente transmitidos:

**a)** *«Os imóveis classificados e em vias de classificação integram os valores incluídos na cartografia. Contudo, verifica-se que, quer a sua legenda, como a sua representação, apresentam lacunas, pelo que não se encontram devidamente identificados»;*

**b)** *«Do exposto, no que se refere ao Património Cultural classificado e em vias de classificação, remete-se para os mesmos aspetos referidos nas alíneas do ponto 4.4.1.»* (do anterior parecer).

**4.4. Planta de Ordenamento, Escala 1/25.000 (Fevereiro 2025) – formato pdf**

Em complemento com o referido no parecer de arqueologia, refere-se:

**a)** Face à riqueza e concentração de património cultural classificado, seria importante o desdobramento do centro histórico de Elvas, para uma escala de maior detalhe que permitisse uma leitura adequada no território, o que não acontece no atual formato pdf.

**b)** Constando em legenda uma única lista para o Património classificado e em vias de classificação, na qual não se diferencia a situação de cada bem, recomenda-se uma “Lista de Imóveis Classificados” e uma “Lista de imóveis em vias de classificação”.

**c)** Reitera-se - «*Deve especificar-se a existência (na cartografia e em legenda) de Zona Non Aedificandi (ZNA), no “Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas”, MN, e na ZEP do Aqueduto da Amoreira*».

**d)** A representação dos bens imóveis classificados e em vias de classificação, incluindo as respetivas zonas de proteção e ZNA, deve estar em consonância com os respetivos diplomas legais (de classificação/ZEP), aplicando-se o exposto no ponto referente às plantas de condicionantes.

**e)** Estão por integrar na legenda e na cartografia - “Zona Especial de Proteção” e “Zona Geral de Proteção”.

#### **4.5. Plantas de Condicionantes, Escala 1/25.000 (Fevereiro 2025) – formato pdf**

##### **4.5.1. Planta de Condicionantes 03, Escala 1/25.000 e Planta de Condicionantes: Perímetros Urbanos 04, Escala 1/10.000 (Fevereiro 2025)**

Na presente análise do formato pdf registam-se os seguintes aspetos (em complemento com o referido no parecer de arqueologia junto):

**a)** Está omissa a legenda com a identificação individual dos imóveis classificados e em vias de classificação, com referência à respetiva numeração, que agora já consta na cartografia.

**b)** Ainda não se identifica a Zona Non Aedificandi (ZNA), no “Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas”, MN, nem a ZNA na ZEP do Aqueduto da Amoreira.

**c)** Mantém-se a demarcação com um retângulo opaco em sobreposição, o que não permite a leitura da implantação dos imóveis classificados (por exemplo no centro histórico de Elvas), pelo que se reitera que deve «*optar-se pela sua delimitação, (...), sem sobreposição dos mesmos*».

**d)** Reitera-se a necessidade, «*para além da representação do perímetro dos bens imóveis*», do «*seu preenchimento com uma cor distinta para cada uma das categorias de classificação. Tal como na planta de património, considera-se que deve ser adotada a demarcação e diferenciação, por cores, das categorias - “Monumento Nacional”, “Interesse Público”, “Interesse Municipal” e “Em vias de classificação”*».

**e)** Reitera-se - «*Face ao número e situação dos bens imóveis classificados e em vias de classificação, e à sobreposição das diversas servidões, torna-se difícil a leitura no território. (...). No caso do centro histórico de Elvas seria desejável um desdobramento numa escala mais detalhada*».

**f)** Em complemento com o referido na alínea supra, verifica-se que na cartografia (em pdf), não se encontram legíveis todos os imóveis classificados (a título de exemplo, no centro histórico de Elvas, entre outros: todas capelas que integram os “Passos da Via Sacra (cinco), também denominados «capela da Rua de Alcamim», «capela da Rua de Olivença», «capela do Largo da



Misericórdia», «capela do Largo São João de Deus», primitivamente na Rua da Cadeia, e «capela da Rua de André Gonçalves», IIP).

#### **4.5.2. Planta de Condicionantes IV – Património Cultural, Escala 1/25.000 (Fevereiro 2025)**

Tratando-se de um desdobramento da planta de condicionantes para o Património Cultural, seria expectável que na atual planta IV se clarificassem os aspetos com pouca legibilidade nas plantas de condicionantes gerais transmitidas no ponto anterior. Contudo, verifica-se, no atual pdf:

**a)** A adoção de uma única cor - para todos os imóveis classificados (MN e IP), em vias de classificação, e para a delimitação de ZGP e ZEP -, não confere clareza na respetiva leitura no território.

**b)** Acresce a sobreposição de imóveis nalgumas situações, sendo o caso do centro histórico de Elvas, com maior densificação de bens classificados, o qual, contudo, não se encontra desdobrado numa escala de maior pormenor / *mais detalhada*, como se transmitiu.

**b)** Reitera-se ser necessário, *«para além da representação do perímetro dos bens imóveis, o seu preenchimento com uma cor distinta para cada uma das categorias de classificação. Tal como na planta de património, considera-se que deve ser adotada a demarcação e diferenciação, por cores, das categorias - “Monumento Nacional”, “Interesse Público”, “Interesse Municipal” e “Em vias de classificação”»*.

**c)** Deve prever-se na legenda um grafismo próprio para a Zona *Non Aedificandi* (ZNA).

**d)** Na cartografia devem assinalar-se, de modo a ter leitura, a ZNA no “Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas”, MN, e a ZNA na ZEP do Aqueduto da Amoreira, MN.

**e)** A “Lista de Imóveis Classificados” inclui os bens imóveis em vias de classificação, devendo estes constar numa Lista autónoma - “Lista de imóveis em vias de classificação”.

**f)** Remete-se em complemento para o referido no parecer de arqueologia sobre diversos aspetos a retificar na planta de condicionantes, no qual se apresentam imagens ilustrativas.

#### **4.6. Regulamento**

No sentido de clarificar a leitura do regime de exceção aplicável ao Património Cultural classificado e em vias de classificação e respetivas zonas gerais de proteção, destacam-se os seguintes aspetos:

##### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **a) N.º 2 do “Art.º 5º. Definições”**

A redação foi atualizada, clarificando a anterior versão, na qual se separavam, em duas alíneas, aspetos comuns às Zonas Gerais de Proteção (ZGP) e às Zonas Especiais de Proteção (ZEP). Contudo, na atual alínea e), encontra-se em falta o texto que abaixo se destaca e sublinha, tendo presente a anterior redação da alínea g) e a definição constante no n.º 4 do artigo 43.º da Lei 107/2001 de 8 de Setembro:

e) «(...) nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os **alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou** o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente».

### CAPÍTULO III - CONDICIONANTES AO USO DO SOLO, SECÇÃO I - SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

#### **b) N.º 5 do “Art.º 14º. Identificação”**

Atendendo à atual redação, torna-se extemporânea a junção da parte final que se propõe seja retirada (a qual adiante se rasura), propondo-se a alteração da ordem do texto sublinhado:

«5. *Património cultural classificado e em vias de classificação - abrangendo monumentos, conjuntos e sítios - e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção, ~~abrangendo monumentos, conjuntos e sítios integrando em si património arqueológico classificado e edifícios~~».*

### CAPÍTULO III - CONDICIONANTES AO USO DO SOLO, SECÇÃO, SECÇÃO III - VALORES PATRIMONIAIS

Nota prévia - Esta secção é objeto de desenvolvimento no parecer de arqueologia junto, para o qual se remete em complemento.

#### **c) “Art.º 17º. Identificação dos Valores patrimoniais”**

**c1)** N.º 3, alínea a) - Deve referir-se “património **cultural** classificado e em vias de classificação”;

**c2)** A redação encontra-se confusa, tendo algumas incoerências [ex. alínea d) do n.º 3 - património militar “não classificado”, em desconformidade com o n.º 9; alínea a) do n.º 3 e o n.º 4 - o património cultural classificado e em vias de classificação encontra-se identificado na Planta de Condicionantes, Anexo I do Regulamento e na Planta de Património Cultural];

**c3)** Tal como se transmitiu no parecer anterior, recomenda-se a separação de um artigo específico para o património cultural classificado e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção. (Ver desenvolvimento na alínea seguinte).

#### **d) “Art.º 18º. Património cultural classificado ou em vias de classificação - Regime de proteção”**

**Nota Prévia** - No âmbito do regime legal aplicável ao Património Cultural, refere-se o seguinte:

i) Os pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções a incidir sobre bens imóveis classificados ou em vias de classificação são obrigatoriamente instruídos com um Relatório Prévio, elaborado nos termos legais aplicáveis (atualmente, Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho - art.º 15º), carecendo de parecer prévio por parte da administração do património cultural competente;

ii) Nas zonas de proteção de bens imóveis em vias de classificação ou de bens imóveis classificados de interesse nacional ou de interesse público, algumas intervenções no interior ou as operações urbanísticas, como sejam as relativas a obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, conservação ou demolição sujeitas ao procedimento de licença nos termos legais aplicáveis, carecem de parecer prévio vinculativo da entidade da administração do património cultural competente.

**d1)** Na atual redação do n.º 1 do artigo 18º é repetido o articulado referente ao património não classificado (n.º 2 do “Art.º 19º. Património cultural não classificado - Princípios orientadores”) e está omissa a necessidade de parecer pela administração de património cultural competente. Neste artigo é também integrado o património arqueológico não classificado. Reitera-se que *a elaboração de “Relatório Prévio”, nos termos legais em vigor, é exigível para*



*todos os bens imóveis classificados e em vias de classificação, e não apenas para os «elementos do património arqueológico» como aqui referido, o que deve ser retificado.*

**d2)** Em suma, o atual articulado resulta **confuso e impreciso**, tendo em conta o título/âmbito do presente artigo.

**d3)** Face ao exposto, e à semelhança do que tem vindo a ser proposto na revisão de outros PDM, recomenda-se a inserção de um **artigo próprio e autónomo para o património cultural classificado e em vias de classificação e respetivas zonas de proteção**, pelo que se sugere, como possível redação-síntese:

**«Artigo [n.º] – Património Cultural classificado e em vias de classificação**

**1 - Os bens classificados e em vias de classificação respetivas zonas gerais e especiais de proteção, mencionados no n.º 5 do artigo 14.º, encontram-se assinalados na Planta de Condicionantes [n.º], e identificados no Anexo [n.º], do presente regulamento do qual faz parte integrante. (\*)**

**2- As intervenções permitidas e medidas de proteção relativas aos bens constantes do número anterior e respetivas servidões administrativas são as que decorrem da aplicação da legislação em vigor sobre esta matéria.».**

(\*) Nota - Encontram-se também na Planta de Ordenamento [n.º] / Planta do Património Cultural [n.º] (estas plantas apresentam algumas lacunas conforme se refere no presente parecer).

**e) “Art.º 20º. Relação com a paisagem e sistema de vistas de e para os bens e valores patrimoniais”**

Trata-se de um novo artigo. No atual contexto, urge reforçar a importância de controlar impactos visuais que podem condicionar a identidade do território. Face à especificidade do local e dos bens classificados em questão, a defesa dos múltiplos sistemas de vistas - incluindo a sua amplitude, desfogo e desobstrução - é determinante e essencial para a defesa da identidade e leitura dos valores classificados em presença.

**e1)** No quadro dos aspetos patrimoniais em causa, remete-se, em complemento, para o referido sobre este artigo no parecer de arqueologia junto.

**CAPÍTULO IV. QUALIFICAÇÃO DO SOLO, SECÇÃO II. DISPOSIÇÕES COMUNS AO SOLO URBANO E AO SOLO RÚSTICO**

**f) “Art.º 28º. Compatibilidade de Usos e Atividades”**

Reitera-se, quanto à alínea e) do n.º 1 - «Uma vez que os valores arquitetónicos e arqueológicos também são valores culturais, a redação poderá refletir melhor este aspeto».

**CAPÍTULO V. USOS COMPATÍVEIS COM SOLO URBANO OU SOLO RÚSTICO, SECÇÃO III. ESPAÇOS CULTURAIS**

**g) “Art.º 36º. Condicionamentos em Espaços da Estrutura Ecológica Municipal”**

Na alínea d) são referidas disposições para os «espaços identificados como valores patrimoniais e paisagísticos», nos quais se incluem imóveis classificados e respetivas zonas de proteção, devendo acautelar-se o regime legal específico aplicável.

**h) “Art.º 38º. Identificação dos Espaços Culturais”**

**h1)** N.º 2 a) - Considerando o critério adotado nas alíneas subsequentes, deve referir-se a classificação do Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas como MN - Monumento Nacional;

**h2)** N.º 2 d) - Seguindo o mesmo critério, deve referir-se que a Vila Viçosa, vila ducal renascentista se encontra Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura), Anúncio n.º 221/2019, DR, 2.ª série, n.º 243, de 18-12-2019;

**h3)** N.º 2 e) - Encontra-se em falta, no Aqueduto da Amoreira, MN, a indicação de Zona Especial de Proteção (ZEP) com Zona Non Aedificandi (ZNA);

**h4)** N.º 2 f) - Transcreve-se - «(...) e que alberga um conjunto de património classificado e não classificado, mas de interesse patrimonial e militar, localizado no centro histórico de Elvas»  
Uma vez que o Centro histórico de Elvas se encontra classificado, este articulado apresenta-se impreciso.

Nota - Encontra-se em falta o Aviso n.º 4499/2021, DR, 2.ª série, n.º 20, de 11-03-2021.

**h5)** N.º 4 - Integrando os valores “arquitetónicos” e “arqueológicos” também os valores “culturais”, a redação proposta poderá refletir melhor este aspeto.

**i)** “Art.º 39º. Regime dos Espaços Culturais” - São estabelecidas condições de edificabilidade e estipuladas regras de intervenção, em bens imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, o que pode gerar desconformidades com o regime legal aplicável e com o parecer por parte da administração do património cultural competente. Tal como se referiu supra, é necessário clarificar e acautelar o regime legal específico da salvaguarda do património cultural classificado e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção, devendo em consonância ser revista a atual redação do Art.º 39.

A este respeito, remete-se para o já exposto supra, nas alíneas d), d1), d2) e d3). Ver também em complemento o referido no parecer de arqueologia junto.

## CAPÍTULO VII. SOLO URBANO

Transcrevem-se:

- Preâmbulo - «*Na área delimitada em Planta de Ordenamento como Perímetro Urbano de Elvas, vigora as normas definidas no Plano de Urbanização de Elvas que se sobrepõem às do presente regulamento.*».

- “Art.º 65º. Qualificação do Solo Urbano - Categorias de espaço” - «*Especificamente relativamente ao perímetro urbano de Elvas e zona especial de proteção das fortificações de Elvas as categorias de espaço são as definidas nos respetivos Plano de Urbanização, Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico e Plano de Pormenor Salvaguarda e Valorização das Fortificação de Elvas.*».

N.º 1 dos Art.º 66º, Art.º 68º, Art.º 70.º, Art.º 72.º e Art.º 73.º referentes ao âmbito e objetivo das diversas categorias de espaços - «*Na área delimitada em Planta de Ordenamento como Perímetro Urbano de Elvas, vigora as normas definidas no Plano de Urbanização de Elvas que se sobrepõem às do presente regulamento.*».

**j)** Em conformidade com o expresso no presente parecer, propõe-se que se acrescente no início do preâmbulo supra e do n.º 1 dos Art.º 66º, Art.º 68º, Art.º 70.º, Art.º 72.º e Art.º 73.º, o sublinhado seguinte:

«**Sem prejuízo do regime legal aplicável ao património cultural classificado e em vias de classificação e respetivas zonas de proteção**, (...) que se sobrepõem às do presente regulamento».

#### ANEXO I - PATRIMÓNIO CLASSIFICADO OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

**k)** No Anexo I do Regulamento encontram-se em falta as oito Zonas Especiais de Proteção (ZEP) e a Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP), com designação dos respetivos diplomas de publicação e a indicação de Zona *Non Aedificandi* [ver 1.Servidão Administrativa supra].

**l)** No Quadro referente ao "Património que integra o Megalitismo Alentejano", em vias de classificação, os últimos 4 registos não são do atual concelho, mas sim de um dos concelhos vizinhos, pelo que devem ser retirados.

**m)** Recomenda-se que o título do presente anexo seja "Património **Cultural** Classificado ou Em Vias de Classificação".

#### ANEXO V - OUTROS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL MUNICIPAL, ANEXO VI - INFRAESTRUTURAS MILITARES

**n)** Quando os bens integrem monumentos, conjuntos ou sítios no âmbito do património cultural classificado e em vias de classificação, esta situação deve ser assinalada nos respetivos anexos.

### **5. PROPOSTA DE DECISÃO**

No âmbito da salvaguarda do Património Cultural classificado e em vias de classificação, propõe-se a emissão de parecer favorável à proposta do plano, condicionado ao seu complemento/retificação, atendendo aos aspetos elencados nos pontos: **4.1., 4.2., 4.3., 4.4, 4.5 e 4.6.**

Nota - O Relatório Ambiental é objeto de apreciação no parecer de arqueologia junto.

À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR,

Fátima Jorge, arquitecta

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA REGO DE FREITAS MENDES JORGE**  
Num. de Identificação: 07362079  
Data: 2025.04.24 15:45:24+01'00'

### **PARECER DE ARQUEOLOGIA**

#### **1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO**

1.1. O procedimento de 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas (PDME), da responsabilidade da Câmara Municipal de Elvas (CME), com a referência PCGT - ID 410 (Ex-137), teve início a 17/09/2019.

1.2. Neste âmbito, a Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo) foi convocada para 1ª Reunião Plenária, realizada a 21/03/2022. Posteriormente, transmitiu orientações quanto à metodologia de avaliação, conteúdo documental e conteúdo material, na vertente de salvaguarda do património cultural, nos termos do despacho da Sr.ª Diretora Regional de Cultura do Alentejo, de 24/03/2022, exarado na inf. nº DRCALEN-S-2022/575439 (C.S:1570413) / Processo nº Ex-DRE/1996/12-07/3/PDM/533 (C.S:223751), submetida a 29/03/2022 via Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

1.3. Atendendo à extinção da DRC Alentejo e da DGPC, com a consequente criação do Património Cultural, I. P. (PC IP), e considerando o disposto na subalínea iii) da alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º do DL 78/2023 de 4 de setembro, este procedimento passou a ser da competência deste Instituto.

1.4. O PC IP foi convocado nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 5.º do Regime Jurídico de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAAPP) (DL 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), tendo sido nomeados técnicos representante do PC IP, a 02/03/2024, para efeitos do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em articulação com o artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

1.5. No âmbito da 2ª Reunião Plenária realizada a 21/03/2024, emitiu parecer desfavorável à proposta do plano, nos termos da informação GP 7425 de 20/03/2024. submetida na PCGT. A pedido da autarquia, foi realizada uma reunião a 03/05/2024 com presença de representantes da CME, equipa do plano, CCDR Alentejo e PC IP.

1.6. Nesta sequência e com enquadramento na convocatória para a 3ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, agendada para 30/04/2025, procede-se à presente apreciação com base na documentação, disponibilizada na PCGT para esse efeito, designadamente:

#### **PROPOSTA DE PLANO**

##### **ELEMENTOS CONSTITUINTES**

- Regulamento (fevereiro 2025)
- Planta de Ordenamento: Desagregação IV- Classificação e Qualificação 1/25000 (fevereiro 2025)
- Planta de Ordenamento: Desagregação III – Áreas com Funções Específicas 1/25000 (fevereiro 2025)
- Planta de Condicionantes IV – Património Cultural 1/25000 (fevereiro 2025)

##### **ELEMENTOS DE ACOMPANHAMENTO**

- Proposta de Plano 03. Estratégia Municipal (fevereiro 2025)
- Proposta Plano 04. Ordenamento do Território (fevereiro 2025)
- Programa de Execução. Plano de Financiamento (fevereiro 2025)
- Análise Urbanística (fevereiro 2025)

##### **AValiação Ambiental Estratégica:**

- Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica (fevereiro 2025)
- Análise e Diagnóstico 05. Património (fevereiro 2025)
- Planta Caracterização do Território: Património Cultural 1/25000 Desenho EA 08 (setembro 2024)

## **2. ENQUADRAMENTO LEGAL NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

Na vertente de salvaguarda do património arqueológico, a presente apreciação enquadra-se nos seguintes diplomas legais, e Planos e Programas (que compõem o Quadro de Referência Estratégico).

**2.1. Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro:** As operações com impacte no solo e subsolo podem resultar na destruição irreversível ou séria ameaça ao Património Arqueológico, recurso cultural finito, frágil e não renovável, o qual goza de um regime especial de proteção legal, em conformidade com os artigos 40.º, 74.º a 79.º, 103.º e 107.º.

**2.2 Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo):** alínea h) do art.º 2.º; alíneas b) e c) do nº 1 e alínea a) do nº 2 do art.º 3.º.

**2.3. Regime Jurídico de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAPP):** alínea a) do artigo 2.º e alínea e) do nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

**2.4. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT):** Decreto-Lei n.º 80/2015, na sua redação atual: alínea b) do nº 1 do art.º 4.º; alínea g) do artigo 10.º; artigo 17.º; alíneas a) e n) do nº 1 do art.º 96.º.

**2.5. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT):** a atual política nacional de ordenamento do território e do urbanismo identifica o património arqueológico e arquitetónico como ativo estratégico e recurso territorial relevante para a memória e identidade das comunidades, sendo de realçar as seguintes Medidas, a ter em conta nos objetivos para a 1.ª revisão do PDME:

- Domínio Natural: Medida 1.4 “Valorizar o território através da paisagem”

- Domínio Social: Medida 2.8 “Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas”

- Domínio Económico: Medida 3.4 “Valorizar os ativos territoriais patrimoniais”

**2.6. Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo),** ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto: No caso vertente, são aplicáveis as seguintes normas orientadoras gerais e específicas do PROT-Alentejo, em termos de salvaguarda do património arqueológico:

**Norma geral IV.2-A 33:** alíneas d), g) e k)

**Normas Específicas V.2.B. Atividades Agroflorestais:** «50 – O desenvolvimento das actividades extractivas deve ser acompanhada, por outro lado, por intervenções de protecção e valorização ambiental abrangendo, entre outros aspectos, os recursos hídricos, os solos agrícolas, as estruturas ecológicas e o património arqueológico.».

**Normas específicas IV.3-B: 198, alíneas b,) c) e d); 199, alíneas a) e b).**

**No ANEXO 1, os seguintes aglomerados e conjuntos urbanos são classificados como:**

•**Nível 1 em termos de Relevância Patrimonial Arquitetónica e Arqueológica:** Elvas;

•**Nível 3 em termos de Relevância Patrimonial Arquitetónica:** Barbacena e Vila Fernando.

2.7. **POAAP - Albufeiras do Alqueva e Pedrógão**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002, de 13 de maio de 2002: Artigo 9.º Património cultural, Artigo 28.º Elementos de património cultural

**São considerados como Património arqueológico Grau 1 (Anta da Venda, Anta 1 de São Rafael, São Rafael 6), Grau 2 (São Rafael 1, São Rafael 2, São Rafael 5, Senhora da Ajuda 2, Senhora da Ajuda 3, Venda, Avessadas 5), Grau 3 (Caldeiras 1).**

2.8. **Plano de Urbanização de Elvas**, cf. Aviso n.º 5384/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 80 — 26 de abril de 2016: Artigo 8.º.

2.9. **Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas**, cf. Aviso n.º 4943/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 73, a 14 de abril de 2016: Artigo 11.º Salvaguarda do património arqueológico

2.10. **Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas**, cf. Aviso n.º 5043/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 75, a 18 de abril de 2016: Artigo 38.º Vias antigas e hipotético traçado das linhas de Elvas; Artigo 40.º Salvaguarda do património arqueológico.

## **ELEMENTOS CONSTITUINTES**

### **3.1. REGULAMENTO**

3.1.1. A presente proposta de Regulamento (fevereiro 2025) incorpora algumas das orientações emitidas pelo PC IP no parecer emitido no âmbito da 1ª Reunião Plenária.

3.1.2. **Não obstante, verifica-se que não foram devidamente vertidas nalguns pontos, bem como, redundâncias, imprecisões e incongruências pontuais na redação do normativo.** Sobretudo, destaca-se o facto de não se distinguir adequadamente o regime de proteção legal específico em cada caso, tendo, por exemplo, o normativo proposto pelo PC IP para o património arqueológico **não classificado** sido parcialmente transcrito no articulado referente ao património cultural classificado ou em vias de classificação, objeto de proteção legal reforçada.

3.1.3. Como não se procedeu à atualização dos estudos de caracterização do património arqueológico mediante levantamentos de campo, nem se dispõe de uma valoração dos sítios arqueológicos em termos científicos e patrimoniais que permita uma eventual gradação de medidas de salvaguarda arqueológica, houve necessidade de se rever pontualmente o normativo proposto como modelo pelo PC IP no parecer emitido em março 2024.

**Pelo que devem ser introduzidas as seguintes alterações e correções, em complementaridade com o exposto no parecer de arquitetura.**

3.1.4. Por forma a simplificar a presente apreciação, apresenta-se notas justificativas das alterações a implementar; anexa-se também a mesma proposta de alterações aos artigos 5.º a 21.º, numa versão sem anotações, para facilitar a sua leitura e transcrição para o Regulamento do PDME.

3.1.5. A proposta do plano deve incluir também a **delimitação de áreas de sensibilidade arqueológica nos núcleos urbanos antigos e centros históricos com respetivas medidas de salvaguarda arqueológica**. Com efeito, estas áreas com longa diacronia de ocupação devem ser entendidas como arqueossítios, **devendo ser dado cumprimento ao disposto na alínea b) do nº**



**198 das Normas específicas IV.3-B E – Património Cultural do PROT-Alentejo** («Elaborar, nos termos legais, sempre que considerarem pertinente ou estratégico: "Planos de salvaguarda e valorização", nomeadamente para os aglomerados urbanos e conjuntos de relevância patrimonial regional, identificados no PROT (Anexo 1), onde são identificados os valores patrimoniais arquitectónicos, etnográficos e arqueológicos e o património rural, e se estabelecem medidas para a sua protecção e salvaguarda; Cartas do Subsolo" para os aglomerados e conjuntos urbanos de relevância patrimonial arqueológica, onde se identificam e delimitam as áreas de sensibilidade arqueológica, com a respectiva valoração e medidas de salvaguarda, transpondo os resultados para os Planos Municipais de Ordenamento do Território»), **na alínea b) do nº 199 das Normas específicas IV.3-B E – Património Cultural do PROT-Alentejo** («Garantir, a nível de PDM, que os PU e PP venham a integrar as medidas de salvaguarda, protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico, tendo em particular atenção o património arqueológico, o património rural e os conjuntos urbanos de relevância patrimonial»), **na alínea n) do nº 1 do art.º 96.º do RJIGT** (quanto ao conteúdo material, o plano diretor municipal deve incluir «A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo») **e o disposto no nº 1 do art.º 79.º da Lei nº 107/2001** («deverá ser tida em conta, no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico.»).

3.1.6. Pelo que **o Regulamento deve assinalar as condicionantes de salvaguarda arqueológica para o centro histórico e perímetro urbano de Elvas no Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas, Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas e Plano de Urbanização de Elvas (esta última com correção; v. ponto 3.1.9.)**.

3.1.7. **Importava também que tivesse sido delimitada área de sensibilidade arqueológica para os outros núcleos antigos, designadamente Barbacena, e que fossem caracterizados os núcleos e centros históricos.**

3.1.8. Ainda no que diz respeito ao Plano de Urbanização de Elvas, destaca-se o facto de incluir 11 Planos de Pormenor em vigor, sendo incluído apenas normativo de salvaguarda arqueológica nos dois PP de Salvaguarda suprarreferidos. Ora, sucede que, no decurso da apreciação da proposta de Revisão do PDME, **verificou-se que a Planta de Condicionantes do PU em questão não representa aparentemente a Anta 1 de Torre das Arcas, IIP**, cf. Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997, **e respetiva ZGP; está também desatualizada, pois a Anta 1 da Torre das Arcas integra também o Megalitismo Alentejano, Em Vias de Classificação** (com Despacho de Abertura), Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023.

3.1.9. **Regista-se também que o normativo de salvaguarda arqueológica deste PMOT prevê o acompanhamento arqueológico para esta área, medida desadequada face ao regime de proteção legal reforçada deste bem imóvel classificado e em vias de classificação.**

3.1.10. Pelo que se recomenda que se proceda às necessárias correções e se preveja a revisão e aperfeiçoamento das condicionantes e zonamento de salvaguarda arqueológica no perímetro urbano exterior às fortificações.

## **PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO**

«Art.º 5º. Definições

2. [...] e) As zonas de proteção [Zona Geral de Proteção (ZGP) ou Zonas Especial de Proteção (ZEP)] são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios ou obras com impacto no subsolo, sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.»

«Art.º 6º. Composição do Plano

1. O PDM é constituído pelos seguintes elementos: [...]

a) Regulamento e respetivos anexos que dele fazem parte integrante

i. Anexos I e Ia - Património Cultural Classificado ou em Vias de Classificação;

ii. Anexo II - Património arqueológico-cultural não classificado

iii. Anexo III - Património arquitetónico não classificado e outros bens imóveis de interesse patrimonial municipal

iv. Anexo IV - Património Militar»

«Art.º 14º. Identificação [...]

5. Património cultural classificado e em vias de classificação abrangendo monumentos, conjuntos e sítios e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção, abrangendo monumentos, conjuntos e sítios integrando em si património arqueológico classificado e edifícios.»

### «SECÇÃO III. PATRIMÔNIO CULTURAL VALORES PATRIMONIAIS

Art.º 17º. Identificação ~~dos Valores patrimoniais~~

1. O património cultural integra todos os bens culturais que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, se considera ser de interesse público preservar por contribuírem para o conhecimento sobre a evolução social, cultural ou económica do concelho, da região ou do País, devendo ser objeto de especial proteção e valorização.

2. O património cultural integra os bens culturais bem com os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

3. O património cultural do Município de Elvas compreende os seguintes bens culturais:

a) património cultural classificado e em vias de classificação, identificado na Planta de Condicionantes, Planta de Ordenamento III – Áreas com Funções Específicas e Anexos I e Ia;

b) património arqueológico não classificado, identificado na Planta de Ordenamento III – Áreas com Funções Específicas e Anexo II;

c) património arquitetónico e outros bens de interesse patrimonial, identificados na Planta de Ordenamento III – Áreas com Funções Específicas e Anexo III;

~~d) património militar não classificado, identificado na Planta de Ordenamento III – Áreas com Funções Específicas e Anexo IV;~~

~~e) património paisagístico identificado na Planta de Ordenamento III – Áreas com Funções Específicas e Planta de Estrutura Ecológica Municipal.~~

~~4. Ao património classificado ou em vias de classificação encontra-se identificado na Planta de Condicionantes e Planta de Património Cultural, sendo composto pelos elementos com classificação publicada em Diário da República, aplicando-se a legislação específica em vigor relativamente a qualquer intervenção nele ou nas respetivas zonas gerais ou especiais de proteção.~~

~~5. Faz-se nota de que existem conjuntos classificados que reúnem vários bens culturais, nomeadamente:~~

~~a) A Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, integra: As Muralhas e obras anexas de Elvas; O Aqueduto da Amoreira; O Forte de Nossa Senhora da Graça; O Forte de Santa Luzia; O Fortim de São Mamede; O Fortim de São Pedro; O Fortim de São Domingos; O Centro Histórico de Elvas;~~

~~b) Área Arqueológica do Torrão, classificada como SIP – Sítio de Interesse Público, que engloba vários sítios arqueológicos: Cabeço do Torrão, Anta do Torrão, Torrão 2, Torrão 3, Anta da Cegonha, povoado do Chão dos Picões, monumento megalítico (cromeleque), bem como vestígios romanos e o povoado do Castelejo;~~

~~c) O Megalitismo Alentejano, (em vias de classificação, Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023); inclui 44 monumentos e sítios no concelho de Elvas: Alcarapinha 1; Alcarapinha 3; Anta do Alto de Miraflores; Anta das Avesadas; Anta da Cabeça Gorda; Anta da Cegonha; Anta da Coutada de Barbacena; Anta da Defesa; Anta 1 das Defesinhas; Anta 2 das Defesinhas; Anta da Herdade das Espadas; Falcato 1; Farisoa 1; Anta do Monte dos Frades; Anta 3 do Genemigo; Anta do Monte Ruivo; Anta da Herdade dos Negros; Anta do Olival de Monte Velho; Paço 1; Anta 1 do Pombal; Anta 2 do Pombal; Anta 3 do Pombal; Anta 4 do Pombal; Anta 5 do Pombal; Porto de Cima de Dom Miguel / Dom Miguel 1; Quinta das Longas; Quinta do Forte de Botas; Anta 1 de São Rafael; Anta 2 de São Rafael; Sardinha; Anta 1 dos Serrones; Anta 2 dos Serrones; Anta 1 do Sobral; Anta da Torna do Paço Pereira; Anta do Torrão; Torrão 2; Torrão 3; Anta 1 de Torre das Arcas; Torre das Arcas 2; Anta de Valmor / Vale de Mouro; Anta da Venda; Anta dos Torneiros; D. Miguel 2; Cabeço do Torrão.~~

[NOTA: recomenda-se a eliminação deste articulado por ser redundante com a informação constante nos Anexos I e Ia]

6. Sem prejuízo do enquadramento na legislação nacional e servidões em vigor relativamente ao Património classificado e em vias de classificação, as Zonas Especiais de Proteção (ZEP), Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP), e Zona Non Aedificandi (ZNA) regem-se pelos Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Fortificação de Elvas, Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas e como Espaço Cultural no âmbito das categorias de espaço do PDM, conforme quadro abaixo:

TABELA II - CLASSIFICAÇÃO NO PDM DAS ZEP, ZNA ou ZEPP	
IGT ou categoria de espaço	ZEP, ZNA ou ZEPP
Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Fortificação de Elvas e Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas	Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações (Zona Especial de Proteção (ZEP) - Aviso n.º 4499/2021, DR, 2.ª série, n.º 20, de 11-03-2021, Aviso n.º 15171/2013, DR, 2.ª série, n.º 242, de 13-12-2013 / Zona também aprovada na 37.ª sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO (2013); Aquadulo da Amoreira, (ZEP - Portaria de 30-07-1956, publicada no DG, II Série, n.º 210, de 5-09-1956 (com Zona Non Aedificandi - ZNA))
Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas	Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas ZEP - Portaria de 26-02-1953, publicada no DG, II Série, n.º 82, de 7-04-1953 Igreja de São Pedro ZEP - Portaria de 5-02-1960, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1960 Igreja de São Domingos, ZEP - Portaria de 26-02-1953, publicada no DG, II Série, n.º 83, de 8-04-1953 Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas ZEP - Portaria n.º 437/2012, DR, 2.ª série, n.º 179, de 14-08-2012
Espaço de uso especial - Cultural	Torreiro da Batalha das Linhas de Elvas, (Decreto n.º 3/2013, DR, 1.ª série, n.º 65, de 3-05-2013 (toda a área é considerada ZNA)), Área Arqueológica do Torrão, ZEP - Declaração de reafirmação n.º 775/2012, DR, 2.ª série, n.º 116, de 15-06-2012 (reafirmação a freguesia para Santa Eufália), Portaria n.º 401/2011, DR, 2.ª série, n.º 43, de 2-03-2011 Tanque Romano da Herdade do Correio-Mor, ZEP - Portaria n.º 740/H/2012, UR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012 Vila Viçosa, vila ducal renascentista, ZEP Provisória -Anúncio n.º 221/2019, DR, 2.ª série, n.º 243, de 18-12-2019

[NOTA: A redação deste articulado e respetiva Tabela II afigura-se por vezes confusa, imprecisa e pode suscitar dúvidas nos utilizadores do PDME quanto ao regime de proteção legal aplicável, nomeadamente, ao não explicitar/considerar aparentemente que:

- a Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN e incluída na Lista do Património Mundial da UNESCO, se encontra abrangida não só pela legislação nacional, mas também pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972, ratificada pela República Portuguesa em 1980;

- os planos de pormenor de salvaguarda não dispensam o parecer o parecer obrigatório, prévio e vinculativo e autorização expressa da administração do património cultural competente em relação a projetos, obras ou intervenções em bens imóveis individualmente classificados de interesse nacional e de interesse público, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual;

-as intervenções nos bens culturais classificados referidos na Tabela II como abrangidos pela subcategoria Espaço Cultural e nas respetivas zonas de proteção estão igualmente sujeitas a parecer obrigatório, prévio e vinculativo da administração do património cultural competente nos termos da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro e Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro (designadamente, do disposto no n.º 2 do artigo 14.º e nos artigos 51.º e 69.º);

-às intervenções nos bens culturais classificados ou em vias de classificação se aplicam e as disposições do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais

classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal;

os trabalhos de demolições em património cultural classificado só podem ser excecionalmente admissíveis nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, dependendo ainda de despacho de concordância do membro do Governo responsável, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro.

**Pelo que deve ser eliminado este articulado e respetiva Tabela II.]**

*5.7- O património arqueológico não classificado integra sítios, depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo urbano, em solo rústico, no subsolo, cota positiva ou em meio submerso.*

*6.8- O património arquitetónico não classificado e conjunto de outros bens imóveis de interesse patrimonial foi identificado do variado património do concelho e propostos para registo neste contexto da sua existência e localização, como base para futura caracterização e avaliação de elegibilidade para processo de classificação de alguns elementos cujo valor se prende mais pelo conjunto que pela singularidade e, que vão desde a procura de reconhecimento de referências bibliográficas na paisagem, como seja o eventual traçado das linhas de defesa no cerco a Elvas em 1659, à valorização de um conjunto de Quintas, Montes e Igrejas, ~~com localização na Planta de Ordenamento, Planta de Património Cultural e Anexo III.~~*

[redundante; de igual modo, não se deve remeter para a Planta do Património Cultural, por não ser um dos elementos constituintes do PDME].

*7.9- O património militar corresponde a todas as instalações militares existentes no concelho de Elvas e respetivas servidões, que se encontram individualmente classificados e/ou integram o património militar da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações MN - monumento nacional / ~~cidade de Elvas nomeadamente no centro histórico de Elvas~~, classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, aplicando-se o regime de proteção legal específico do património cultural classificado, e cuja localização é feita no desenho de Património ~~(ea12)~~, estando a sua inventariação e descrição presente no Relatório no capítulo do Património.*

*8.10- O Património Paisagístico compreende paisagens envolventes de ocupações humanas de características cénicas, históricas e culturais, nomeadamente a proposta de proteção da subunidade de paisagem - Colinas de Elvas, ~~identificada na Estrutura Ecológica Municipal e Planta de Ordenamento.~~ [redundante]*

*9.11- Pretende -se com a delimitação da área identificada como -Colinas de Elvas - contribuir para a conservação da natureza e a proteção da paisagem de forma a permitir a salvaguarda da estrutura biofísica, mantendo os ecossistemas, a leitura e a capacidade evocativa destes lugares, relevando também os seus valores económicos, sociais e culturais.*

*10.12- Pretende -se um compromisso com a grande escala da paisagem do Alentejo (do rural ao urbano) e a fixação de usos endógenos.*

*11.13. O inventário do património cultural do concelho de Elvas é uma listagem aberta, podendo ser objeto de atualizações, passando a estar abrangidas pelo presente regulamento.*



Art.º 18º. Património cultural classificado ou em vias de classificação – Regime de proteção

~~1. Nas intervenções autorizadas pelo município de Elvas, este deve agir de modo que sejam salvaguardados os elementos fundamentais que constituem a imagem ou as características gerais de tipologia de conjuntos, edifícios, espaços ou sítios de valor patrimonial histórico ou arqueológico. [repetido no art.º 19.º]~~

~~2. O Património cultural classificado ou em vias de classificação, está cartografado na Planta de Condicionantes e identificado no anexo I ao presente regulamento. [redundante]~~

~~1-3. Os elementos de património cultural classificado ou em vias de classificação só podem ser objeto de obras ou intervenções no quadro e nas condições do regime legal de defesa e proteção em vigor relativas ao património classificado ou em vias de classificação, incluindo as respetivas zonas gerais e especiais de proteção.~~

2. Os pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções a incidir sobre imóveis classificados ou em vias de classificação são obrigatoriamente instruídos com um Relatório Prévio, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, elaborado e subscrito por técnicos da especialidade, incluindo arqueólogo legalmente habilitado e autorizado, e preconizar as medidas de minimização e salvaguarda a implementar.

[NOTA: Quanto às propostas incidentes no conjunto classificado, reforça-se a necessidade de o Relatório Prévio ser elaborado de acordo com os requisitos enunciados na alínea e) do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho]

3. Nas áreas de intervenção do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Fortificação de Elvas e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas, todos os projetos ou intervenções estão sujeitos às disposições dos respetivos Regulamentos, com exceção dos projetos e intervenções incidentes em bens individualmente classificados de interesse nacional e de interesse público, sujeitos à aprovação prévia e autorização expressa da administração do património cultural competente;

~~4. Qualquer intenção de intervenção nos valores patrimoniais e respetiva área de proteção deve ser precedida de um relatório justificativo da intervenção, a elaborar por técnico especialista da área, sobre o seu valor, o grau de ameaça, proposta de medidas de salvaguarda e conceitos de intervenção a adotar, sendo posteriormente entregue à tutela competente o devido Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos, por arqueólogo credenciado.~~

~~5. Os valores patrimoniais arqueológicos dispõem das seguintes áreas de proteção:~~

~~a) As áreas delimitadas pela área de dispersão dos vestígios de superfície ou por informação científica existente;~~

~~b) Na ausência de elementos referidos na alínea anterior, a área de proteção de cada sítio engloba um perímetro circular com um raio de 75 metros a partir do ponto central, identificado na Planta de Ordenamento~~

~~c) Nas áreas de proteção aplicam-se as disposições legais em vigor para o património arqueológico.~~

~~6. Qualquer tipo de intervenção nos sítios arqueológicos ou respetivos buffers representados na Planta de Ordenamento que envolva a remoção ou revolvimento de solo e subsolo ou impacto em estruturas arqueológicas ou edificado de valor patrimonial, nomeadamente as ações relacionadas com a reabilitação ou renovação do edificado e a construção de infraestruturas, atividades agrícolas e florestais, fica sujeita à realização de sondagens de diagnóstico arqueológico prévio, tendo em vista a identificação, registo ou preservação de elementos de valor arqueológico~~



~~eventualmente existentes no local, ficando o licenciamento, comunicação ou autorização de quaisquer intervenções condicionado à apresentação de relatório preliminar dos trabalhos realizados e sua aprovação pelos serviços competentes.~~

~~7. Nos casos de projetos abrangendo grandes áreas, em zonas não urbanizadas, os estudos arqueológicos devem incluir varrimentos da área de incidência do projeto por prospeção geofísica e/ou por sistema de deteção remota LiDAR.~~

~~8. Nas intervenções em necrópoles e em igrejas, capelas e ermidas, e respetivos adros, construídas até final do século XIX, inventariados nos Anexo I e II, deverão ser assegurados trabalhos de antropologia biológica em contexto arqueológico.~~

~~9. Todos os trabalhos arqueológicos referidos nos números anteriores terão de ser dirigidos por arqueólogo ou equipa de arqueologia legalmente habilitados e autorizados, estando a cargo do promotor em conformidade com a legislação de salvaguarda do património arqueológico em vigor.~~

[NOTA: o normativo não é adequado para património arqueológico que integra ou corresponde a património cultural classificado ou em vias de classificação]

4. Nas áreas de implantação de obras militares e/ou património arqueológico integrado ou correspondente a património cultural classificado ou em vias de classificação e nas Zonas Non Aedificandi:

a) São interditos quaisquer trabalhos que impliquem movimentações de terras, impacto no subsolo e/ou em estruturas arqueológicas (designadamente, despedregas, ripagem, desmatamentos, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), assim como a afetação do respetivo enquadramento cénico;

b) Excetuam-se as intervenções que decorram de projetos que visem a sua investigação, valorização e/ou conservação e restauro, com enquadramento na legislação vigente e regime de proteção legal específico, carecendo de aprovação prévia e autorização expressa da administração do património cultural competente.

c) As condicionantes referidas nas alíneas anteriores são também aplicáveis a outros sítios arqueológicos inventariados na medida em que coincidem com áreas de implantação de bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

[Nas obras militares deve ser tida especialmente em conta a fragilidade de estruturas em terra e preservação da paisagem, onde a topografia, domínio estratégico da paisagem e relação visual entre as diferentes obras militares são parte funcional e interpretativa do bem imóvel classificado.]

#### Art.º 19.º Património cultural não classificado – Princípios orientadores

1. ~~Compreende todos os imóveis, sítios e conjuntos de natureza arquitetónica e arqueológica, bem como outros valores de carácter histórico e etnográfico, sem servidão administrativa instituída por classificação de património cultural, estando identificado na Planta de Ordenamento.~~  
[redundante]

2. Nas intervenções autorizadas pelo município de Elvas, este deve agir de modo que sejam salvaguardados os elementos fundamentais que constituem a imagem ou as características gerais de tipologia de conjuntos, edifícios, espaços ou sítios de valor patrimonial histórico ou arqueológico.

3. O regime dos sítios e conjuntos de natureza arquitetónica, arqueológico ou paisagística inventariados assegura que estes bens gozam de proteção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respetiva existência.

4. O património arquitetónico não classificado e outros bens de interesse patrimonial municipal;

a) ~~Dispõem das seguintes de uma áreas de proteção: que~~ As áreas delimitadas pela sua implantação à superfície ou por informação científica existente;

b) ~~A área de proteção de cada sítio engloba um perímetro circular com um raio de 75 50 metros a partir do ponto central, identificado na Planta de Ordenamento;~~

[NOTA: recomenda-se que a zona de proteção tenha um raio de 75m como o atribuído aos sítios arqueológicos, até porque alguns dos bens imóveis inscrevem-se duplamente como património arqueológico e como património arquitetónico. Exemplo, disso, são as atalaias;

Atalaia de Segóvia coincide com o arqueossítio Segóvia CNS 164; Atalaia dos Sapateiros coincide com Atalaia dos Sapateiros CNS 5698]

b) Qualquer intenção de intervenção nos valores patrimoniais e respetiva área de proteção deve ser precedida de um relatório justificativo da intervenção, a elaborar por técnico especialista da área, sobre o seu valor, o grau de ameaça, proposta de medidas de salvaguarda e conceitos de intervenção a adotar;

~~5. Fica estabelecido que planos, programas, obras e projetos, tanto públicos como privados, que possam implicar algum tipo de intervenção que não sejam relativas à sua conservação, deverão ser precedidos por um relatório justificativo da intervenção, a elaborar por técnico especialista da área, sobre o seu valor, o grau de ameaça e proposta de medidas de salvaguarda e conceitos de intervenção a adotar, a remeter ao Município que, no caso do património arqueológico ou de intervenções com impacto no subsolo, o deve remeter às entidades competentes da tutela do património cultural competentes e ainda nas demais situações, fazê-lo a título consultivo, se entender conveniente. [parcialmente redundante]~~

6. As Vias antigas e o hipotético Traçado das Linhas de Elvas testemunham a memória de vivências e atividades que importa perdurar e cujo valor patrimonial será atribuído após um estudo sobre a importância e a avaliação artística ou histórica, da responsabilidade de um técnico competente nessa área, nomeadamente arqueólogo legalmente habilitado e autorizado.

7. O estudo referido no número anterior será obrigatoriamente elaborado pela CM Elvas ou por quem aquela entenda substabelecer.

8. Enquanto o referido estudo não estiver concluído, mantem-se os direitos consignados nas categorias de espaço do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas presente plano e em Plano Diretor Municipal, nas áreas fora do limite do perímetro urbano, desde que:

a) As intervenções sejam acompanhadas de avaliação arqueológica,

b) A localização das edificações ou intervenções que impliquem alteração da morfologia do terreno deverá ser afastada 20m das Vias Antigas e 30m dos limites da área delimitada como “linha das Linhas de Elvas”, na ~~Planta de Implantação do presente plano e~~ Planta de Ordenamento do PDM.

c) O afastamento da localização das intervenções poderá ser reduzido em 10m após a conclusão da avaliação arqueológica e/ou de acordo com mesma.

Art.º 20.º Património Arqueológico não classificado – Regime de proteção

1. Os elementos de património arqueológico só podem ser objeto de obras ou intervenções no quadro e nas condições do regime legal de defesa e proteção do património arqueológico em vigor.

2. Nos sítios arqueológicos e áreas arqueológicas delimitados na Planta de Ordenamento como património arqueológico não classificado, qualquer projeto ou intervenção que envolva a remoção ou revolvimento de solo e subsolo ou impacto em estruturas arqueológicas ou edificado de valor patrimonial, nomeadamente trabalhos de revolvimento e remodelação de terrenos, operações urbanísticas, construção de infraestruturas, atividades extrativas e atividades agrícolas e florestais de modificações do coberto vegetal, reconversão de terras para agricultura intensiva e regadio, despedregas, ripagens, subsolagens, terraplenagens:

a) está sujeito à realização de diagnóstico arqueológico prévio (designadamente, sondagens arqueológicas manuais/escavação arqueológica manual/análise parietal) que garanta a caracterização, registo científico, valorização e adequação das soluções propostas ao valor científico e patrimonial dos bens arqueológicos, ficando o seu licenciamento, comunicação ou autorização condicionado à apresentação de relatório preliminar dos trabalhos realizados e sua aprovação pela administração do património cultural competente;

b) nos casos de projetos abrangendo áreas extensas não urbanizadas, os estudos arqueológicos prévios devem incluir igualmente prospeção arqueológica prévia da área de incidência do projeto, preferencialmente complementada com varrimentos do terreno por prospeção geofísica e/ou por sistema de deteção remota LiDAR, com vista a uma melhor caracterização e /ou à relocalização dos vestígios arqueológicos e à determinação das respetivas medidas subsequentes de salvaguarda e proteção dos valores arqueológicos em presença.

6. Nas intervenções em necrópoles e em igrejas, capelas e ermidas, e respetivos adros, construídas até final do século XIX, devem ser assegurados trabalhos de antropologia biológica em contexto arqueológico.

7. As intervenções com impacto em meio subaquático/ encharcado/ húmido/ náutico estão sujeitas à legislação de salvaguarda do património arqueológico subaquático em vigor.

8. Nas áreas de intervenção do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Fortificação de Elvas e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas, todos os projetos ou intervenções estão sujeitos às condicionantes arqueológicas dos respetivos Regulamentos, com exceção dos projetos e intervenções incidentes em bens individualmente classificados de interesse nacional e de interesse público, sujeitos à aprovação prévia e autorização expressa da administração do património cultural competente.

[Recomendação] 9 - Sem prejuízo de eventuais medidas decorrentes da aplicação do regime jurídico da avaliação de impacte ambiental ou do parecer de outras entidades competentes, as seguintes intervenções com impacto significativo no subsolo em áreas do território abrangido pelo PDME não contempladas nos números anteriores, devem ser objeto de prospeção arqueológica sistemática prévia:

a) Exploração de recursos geológicos e energéticos, que não sejam unidades de produção para autoconsumo;

b) Emparcelamento rural, com ou sem infraestruturização para regadio;

c) Alterações do uso do solo, modificações do coberto vegetal, reconversão de terras para agricultura intensiva e/ou infraestruturação de adução, rega e drenagem;

d) Mobilização de terreno (nomeadamente, despedregas, ripagens, subsolagens, nivelamentos, mega camalhões, socalcos);

e) Aproveitamento hidráulico blocos de rega (nomeadamente, para instalação de barragens, regolfos, estações elevatórias, condutas, canais, e túneis, valas de rega e de drenagem);

f) Operações de florestação e reflorestação nas propriedades (ou parcela de propriedade) com uma área igual ou superior a 100 hectares;

g) Empreendimentos (turísticos, comerciais ou outros) em áreas ainda não urbanizadas.

**[Recomendação: A definição de condicionantes de salvaguarda arqueológica nas operações agrícolas e florestais deve sobretudo considerar critérios como a tipologia de atividades mais impactantes no subsolo, a extensão das áreas abrangidas e/ou a proximidade/presença de património arqueológico já identificado.]**

Em linha com os Termos de Referência para Procedimentos Técnicos de Salvaguarda do Património Arqueológico no Âmbito de Projetos/Explorações Florestais (Revista) [Circular de 4 de janeiro de 2023] e Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental [Circular de 29 de março de 2023], com as devidas adaptações, sugere-se que o articulado referente às condicionantes de salvaguarda arqueológica nas operações agrícolas e florestais exemplifique o que se entende por operações agrícolas e florestais com impacto significativo no subsolo.

Quanto às **atividades extrativas, deve ser dado cumprimento ao nº 50 da Normas Específicas V.2.B. Atividades Agroflorestais do PROT- Alentejo**. Alerta-se também para Espaço de exploração de recursos energéticos e geológicos (EG) FID 68321 a cerca de 250m da Anta da Coutada de Barbacena, MN.

Deve igualmente ser atendido o disposto na **alínea d) do nº 198 das Normas específicas IV.3-B E – Património Cultural do PROT-Alentejo**: «Regulamentar em sede de PMOT a obrigatoriedade dos grandes empreendimentos (turísticos, comerciais ou outros) incluírem acções de valorização de elementos patrimoniais e ambientais.».]

10. Todos os trabalhos arqueológicos referidos nos números anteriores são dirigidos por arqueólogo ou equipa de arqueologia legalmente habilitados e autorizados, estando a cargo do promotor em conformidade com a legislação de salvaguarda do património arqueológico em vigor.

11. A administração do património cultural competente pode condicionar a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

**[Nota: cf. nº 2 do art.º 79.º da lei nº 107/2001, de 8 de setembro]**

12. O achado fortuito de quaisquer vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas ou outras intervenções (nomeadamente, lavoura, instalação de rega ou plantio de arvoredo) obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e comunicação imediata da ocorrência à Câmara Municipal, à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, podendo os trabalhos ser retomados apenas após

pronúncia da administração do património cultural competente, de acordo com a legislação em vigor.

13. Nos dois primeiros anos de vigência da 2ª Revisão do PDME:

a) São realizados trabalhos de prospeção arqueológica para elaboração da Carta Arqueológica do concelho, privilegiando a delimitação de polígonos correspondentes à área de dispersão dos vestígios arqueológicos;

b) A identificação de novos sítios arqueológicos e resultados obtidos são vertidos para o Regulamento e Planta de Ordenamento, procedendo-se à sua atualização em conformidade.

Art.º 21-20º. Relação com a paisagem e sistema de vistas de e para os bens e valores patrimoniais

1. Todas as vistas de e para os bens de valor patrimonial, sejam classificados ou não classificados, mas que o PDM reconhece valor patrimonial, estando identificados nas Planta de Ordenamento, devem ser preservadas, nomeadamente aquelas que estabeleçam uma ligação visual para o Centro Histórico e para as outras fortificações (incluindo a cintura abaluartada, o Forte da Graça, o Forte de Stª Luzia, os Fortins de S. Pedro, S. Mamede e S. Domingos) de modo a perceber a relação formal de conjunto e a sua importância estratégica na definição da cultura e história da Cidade de Elvas.

2. Todos os projetos a elaborar nas proximidades a bens com valor patrimonial referidos no n.º1, devem identificar as interferências ou não com os sistemas de vistas de e para o bem no âmbito do Relatório Preliminar Justificativo da intervenção, determinando a forma como irá manter e privilegiar as tomadas de vistas, sem prejuízo do enquadramento na legislação nacional e servidões em vigor relativamente ao Património cultural classificado e em vias de classificação.

**[NOTA. O normativo é demasiado vago e como tal corre o risco de ser inconsequente em termos práticos, devendo ser especificado o que se entende por “proximidades”, nomeadamente em termos de distâncias e delimitação de bacias visuais, mapas e perfis de visibilidade com cotas absolutas].**

3. O relatório referido no número anterior deverá ser elaborado por técnico especialista da área e aprovado pelas entidades competentes, nas condições referidas ~~no~~ na alínea b) do número 4, ponto 5 ~~no~~ do artigo 19.º anterior e deverá conter perfis/cortes de afetação panorâmica, fotomontagens e/ou outros suportes que permitem avaliar do impacto visual da pretensão.»

«SECÇÃO II. DISPOSIÇÕES COMUNS AO SOLO URBANO E AO SOLO RÚSTICO

Art.º 27º. Disposições Gerais de Viabilização de Usos do Solo

1. Sem prejuízo do cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis para cada caso, a viabilização de qualquer atividade ou instalação abrangida nos usos complementares ou compatíveis com o uso dominante do solo, só pode ocorrer quando expressamente se considerar que daí não decorrem riscos para a segurança de pessoas e bens, nem prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental, patrimonial ou paisagística, que não possam ser evitados ou eficazmente minimizados.

3. Não obstante o constante no presente regulamento, nos termos da legislação em vigor, é permitida a prospeção e exploração de recursos geológicos e respetivos anexos de apoio, em todas as categorias e subcategorias do solo rústico, desde que não coincidam com património cultural classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção. [...] ]

**[NOTA: sem prejuízo das SRUP, compromissos existentes e com o devido respeito pelo parecer de outras entidades competentes, alerta-se para o devido distanciamento das atividades extrativas, não sendo admissíveis atividades que possam implicar a destruição,**



desvalorização, fragmentação, desfiguração, degradação, perda física ou perda de autenticidade de património cultural classificado ou em vias de classificação.]

*5. Qualquer intervenção na proximidade de áreas com valores patrimoniais e respetiva área de proteção deve ser precedida de um relatório justificativo da intervenção, a elaborar por técnico especialista da área, sobre o seu valor, o grau de ameaça, proposta de medidas de salvaguarda e conceitos de intervenção a adotar, nos termos do definido nos artigos 18º, 19º, 20º e 21º do presente regulamento.»*

[NOTA. Deverão ser revistas as várias referências a estas normas ao longo do Regulamento, passando a constar os artigos 18º, 19º, 20º e 21º; definir o que se entende por “proximidade”]

### «SECÇÃO III. ESPAÇOS CULTURAIS

#### Art.º 38º. Identificação dos Espaços Culturais

*1. O Espaço Cultural, corresponde a áreas com relevância para a identificação do património histórico, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, sendo o regime de uso do solo determinado pelos valores a proteger, valorizar e conservar.*

*2. O Espaço cultural cartografado nas Plantas de Ordenamento identificada por caracteres alfa numéricos EC, e de Perímetros Urbanos identificada por caracteres alfa numéricos UEC comporta os bens e as Zonas Especiais de Proteção (ZEP), Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP) e Zona Non Aedificandi (ZNA) de bens imóveis classificados (carta do património cultural), nomeadamente: [...]*

*3. Esta categoria de espaço integra ainda duas áreas de património proposto para classificação, nomeadamente:*

*a) Traçado das Linhas do cerco a Elvas na área reconhecida com base documental, proposta para classificação municipal enquanto infraestrutura militar e marca na paisagem, e que se encontra marcada na Planta de Ordenamento, com uma área de estudo de 75m.*

*b) Estrada Real na área reconhecida com base documental, proposta para classificação municipal enquanto infraestrutura e marca na paisagem, e que se encontra marcada na Planta de Ordenamento, com uma área de estudo de 75m [como está cartografo, pode ser redundante]*

*4. Nesta categoria de espaço privilegia-se a proteção e a valorização dos valores culturais, arquitetónicos, urbanísticos, arqueológicos e paisagísticos em presença.*

#### Art.º 39º. Regime dos Espaços Culturais

*1. Sem prejuízo do cumprimento dos regimes jurídicos das servidões administrativas e restrições de utilidade pública e de outras condicionantes previstas na lei e no presente Regulamento, nos Espaços de uso especial - culturais são admitidas as seguintes ocupações e utilizações:*

*a) Ocupações e utilizações que contribuam para a valorização e salvaguarda dos valores ~~sociais,~~ culturais, e ambientais e económicos tais como as atividades turísticas, culturais, recreativas, desportivas, sociais, comerciais e económicas;*

*b) Ações que visem melhorar as condições ambientais e paisagísticas locais através da salvaguarda e recuperação dos valores endógenos do território;*



~~e) Infraestruturas e equipamentos públicos de utilização coletiva que visem promover a fruição e a valorização deste espaço;~~

~~d) Atividades agrícolas, florestais e/ou pecuárias, bem como indústrias agroalimentares e pequenos armazéns ou construções de apoio à atividade agrícola;~~

2. Nos Espaços Culturais são interditas as seguintes ações:

a) As operações de loteamento;

b) A execução de quaisquer construções, exceto as que se destinem ao apoio da sua ~~reconstrução~~, conservação, restauro e manutenção, nos termos referidos no ponto 1;

c) Alteração da topografia, destruição do solo vivo e do coberto vegetal, ~~com exceção das decorrentes da atividade agrícola normal existente aquando da classificação do bem e que comprovadamente não o afete, através de estudo preliminar desenvolvido por técnico especialista habilitado.~~

d) O derrube de quaisquer árvores, exceto quando se trate de cortes sanitários eventualmente necessários ao controlo de pragas e doenças;

e) Interdita a descarga de entulhos de qualquer tipo e o depósito de quaisquer materiais.

3. As condições para a edificabilidade nestes Espaços são as seguintes:

a) São interditas novas construções, com exceção de ações e programas que visem objetivamente contribuir para:

i. Melhorar o conhecimento técnico e científico dos valores patrimoniais, em sentido lato, identificados nestas áreas;

ii. Garantir uma melhor compreensão da identidade dos conjuntos, complementando ações concretas de recuperação, conservação e restauro ~~ou reconstrução~~;

iii. A requalificação das condições de habitabilidade e/ou a coerência arquitetónica das estruturas já existentes e elementos patrimoniais em presença;

b) Conservação ~~e reconstrução~~ das estruturas edificadas existentes em geral, habitacionais e outras, e assim também eliminadas as estruturas espúrias, com um sentido de compromisso com o carácter singular que as distingue em termos construtivos e enquanto parte integrante de conjuntos a salvaguardar;

~~c) A ampliação de edificações existentes não poderá implicar um acréscimo de área de implantação superior a 20% da área da implantação existente, não sendo admitido o aumento de pisos;~~

4. Na ampliação e alteração das construções existentes e licenciadas deverão considerar-se ainda os seguintes condicionamentos:

a) Adotar soluções arquitetónicas e construtivas que assegurem a sua integração na morfologia do terreno e garantam a preservação de vistas e da paisagem, bem como promovam a concentração da edificação e das áreas impermeabilizadas;

b) ~~Só é permitida a destruição do coberto vegetal na extensão estritamente necessária à implantação das edificações e respetivos acessos, sendo obrigatório o tratamento paisagístico adequado nas suas áreas envolventes assim como a sua recuperação, a executar de acordo com o projeto elaborado por técnico especialista da área;~~

~~e) Recorrer a soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente, nomeadamente do sistema de vistas de e para os valores culturais;~~

~~d) Os materiais construtivos, nomeadamente os revestimentos e as cores a aplicar nas novas construções, mencionadas na alínea a) do ponto 1, ampliações e nas reabilitações, deverão ser escolhidas de modo a proporcionar a sua adequada inserção na área de intervenção por forma a valorizar os sítios, seguindo os padrões e características dominantes, em particular o uso de materiais endógenos e tecnologias tradicionais, recorrendo ao mármore, à cal (branca) e ao barro (na aplicação de tijolos e telhas de revestimento de cobertura).»~~

[NOTA: Podem surgir conflitos e dúvidas quanto à compatibilidade das ocupações, utilizações ou regime de edificabilidade definidos para esta categoria relativamente a áreas coincidentes com servidão administrativa instituída por classificação de património cultural e regime de proteção legal específico aplicável. Entende-se, por isso, que este articulado não pode condicionar ou criar expectativas sobre usos admitidos, na medida em que as intervenções e usos dependem de parecer prévio e vinculativo da administração cultural competente onde será necessariamente considerada a natureza específica do bem cultural em presença. Deverá ser mais genérico como, por exemplo, o art.º 27.º do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas, e ressaltar que se aplica a legislação e regime de proteção legal específicos nos Espaços Culturais abrangidos por servidões administrativas e restrições públicas instituídas por património cultural classificado ou em vias de classificação, (incluindo respetivas zonas de proteção e ZNA).]

«Art.º 41º. Interdições e permissões comuns a todas as categorias de solo rústico [...]

13. As operações agrícolas, florestais, extrativas ou outras intervenções que afetem o solo e subsolo nas áreas identificadas na Planta de Ordenamento como património arqueológico devem ser submetidas a parecer da entidade competente, acompanhado por um relatório caracterizador do bem, da situação atual, justificativo da intervenção, a elaborar por técnico especialista da área, expondo sobre o valor patrimonial, cultural ou paisagístico, o grau de ameaça, proposta de medidas de salvaguarda, conceitos de intervenção a adotar e identificação de interferências com os sistemas de vistas de e para o bem.

14. Os elementos instrutórios do processo, junto das entidades competentes, nomeadamente do sector agroflorestal, devem incluir uma certidão da Câmara Municipal sobre as respetivas condicionantes.»

«Art.º 78º. Unidades operativas de planeamento e gestão

6. As UOPG que abranjam elementos patrimoniais inventariados nas Plantas de Ordenamento, Planta de Condicionantes e no Regulamento do PDME e/ou contemplam profundas alterações da topografia e impacto no solo e subsolo são serão desenvolvidas em conformidade com o enquadramento legal em termos de diplomas legais, planos e programas de hierarquia superior, incluindo uma avaliação prévia dos impactes no património cultural imóvel e definição de medidas de salvaguarda do património arqueológico.»

### 3.2. ANEXO I

3.2.1. De forma positiva e de acordo com o parecer emitido pelo PC IP no âmbito da 2ª Reunião Plenária, verifica-se que a listagem de património cultural classificado e em vias de classificação foi atualizada (com inclusão dos bens culturais integrados no Megalitismo Alentejano, em vias de classificação) e vertida em Anexo integrado no Regulamento;

3.2.2. O Anexo I inclui a numeração individual (com correspondência na Planta de Condicionantes e Planta de Ordenamento), designação conforme diploma legal de classificação, diploma de classificação e indicação do respetivo CNS (nos casos aplicáveis). A abreviatura CNS deve ter como legenda: Código Nacional de Sítio – património arqueológico.

#### 3.2.2. No entanto, está em falta;

- **a indicação de que a Área Arqueológica do Torrão corresponde aos CNS:** Cabeço do Torrão CNS 10639, Anta do Torrão CNS 770, Torrão 2 CNS 39974, Torrão 3 CNS 39978, Anta da Cegonha CNS 28352;
- **a indicação de que os arqueossítios Elvas CNS 4752, Elvas – Rua João Olivença CNS 4999, Elvas – Antigo Convento de São Domingos de Elvas CNS 5355, Elvas – Quartel do Trem CNS 15130, Elvas – Praça da República CNS 20921, Elvas – Semi-Internato de N. S.ª de Encarnação CNS 29966, Elvas – Encosta Sudoeste das Muralhas CNS 33133, Elvas – Largo São João de Deus CNS 36665, Elvas – Rua da Faceira da Cisterna CNS 38045 e Elvas – Sinagoga de Elvas – Rua dos Açougues, n.º 6 CNS 40055 coincidem com a área da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN/património mundial;**
- **e a correspondência de Sardinha (incluído na classificação do Megalitismo Alentejano) ao CNS 1130.**

3.2.3. De igual modo, **importa que seja incluída uma coluna “Zonas de Proteção”, onde conste o respetivo diploma de fixação de ZEP, incluindo ZNA (nos casos aplicáveis), ou ZGP.**

3.2.4. Conforme exposto *supra*, recomenda-se igualmente que o Anexo tenha como título «PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO».

3.2.5. Ainda no que concerne à área da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN/património mundial, deverão ser acrescentadas as seguintes ocorrências arqueológicas já detetadas: contextos funerários na rua lateral do Hotel São João de Deus e no Baluarte do Príncipe (no âmbito do acompanhamento arqueológico de trabalhos na rede de média tensão subterrânea) e *mikvah* em edifício da Rua Falcato.

#### 3.2.6. No Anexo I, recomenda-se também a inclusão de uma coluna com a indicação de que:

a) A Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, integra: As Muralhas e obras anexas de Elvas; O Aqueduto da Amoreira; O Forte de Nossa Senhora da Graça; O Forte de Santa Luzia; O Fortim de São Mamede; O Fortim de São Pedro; O Fortim de São Domingos; O Centro Histórico de Elvas, assim como Convento de São João de Deus / Hospital Militar / Hotel São João de Deus, Capela de N. S. da Conceição;

b) Área Arqueológica do Torrão, classificada como SIP – Sítio de Interesse Público, que engloba vários sítios arqueológicos: Cabeço do Torrão, Anta do Torrão, Torrão 2, Torrão 3, Anta da

Cegonha, povoado do Chão dos Picões, monumento megalítico (cromeleque), bem como vestígios romanos e o povoado do Castelejo;

c) e qua a Igreja de Santo Amaro está integrada no Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas, MN.

### 3.3. ANEXO Ia

3.3.1. Sendo uma listagem integrada no Anexo I, deverá corresponder a Anexo Ia e não a Anexo IIa.

3.3.2. Por sua vez, **devem ser eliminados os seguintes bens imóveis integrados no Megalitismo Alentejano, em vias de classificação: Abobreira, Correias 1, Vale do Poço e Correias 2. Tratou-se de um lapso da nossa parte, ao terem sido incluídos bens imóveis localizados no concelho de Vila Viçosa nos shapefile enviados em maio 2024; facto que se lamenta e se corrige.**

3.3.3. Ainda no que concerne aos elementos que integram o Megalitismo Alentejano, verifica-se que são numerados sob a mesma referência 43. **Para que possam ser devidamente identificados, recomenda-se que sejam individualizados por um segundo nível na numeração** (ex.: 43.1 - Alcarapinha 1, 43.2 -Alcarapinha 3, 43.3 -Anta do Alto de Miraflores...).

### 3.4. ANEXO II

3.4.1. **Por coerência com o restante articulado do Regulamento, este anexo deve ter como título «ANEXO II PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NÃO CLASSIFICADO ANEXO III – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INVENTARIADOS».**

3.4.2. Uma vez que esta listagem é apenas pertinente aos sítios arqueológicos que não integram ou correspondem património cultural classificado e/ou em vias de classificação, **devem ser retirados os seguintes sítios do anexo II**, por forma se distinguir o seu regime de proteção legal específico: Anta do Alto de Miraflores CNS 762, Anta da Cabeça Gorda CNS 763, Anta da Coutada de Barbacena CNS 764, Anta de Dom Miguel/ Dom Miguel CNS 1766, Anta do Olival de Monte Velho CNS 767, Anta do Porto de Cima de Dom Miguel / Anta de D. Miguel 2 CNS 768, Anta da Torna do Paço Pereira CNS 769, Anta do Torrão CNS 770, Anta 2 de São Rafael CNS 5072, Castelo de Elvas CNS 5540, Herdade do Correio-Mor CNS 5712, Anta 1 de São Rafael CNS 7337, Anta 1 do Sobral CNS 7338, Anta 1 de Torre das Arcas CNS 7339, Anta do Monte dos Frades CNS 7341, Anta da Quinta do Forte de Botas CNS 7342, Anta de Valmor/ Vale do Mouro CNS 7343, Anta do Monte Ruivo CNS 7344, Anta 2 dos Serrones CNS 7563, Cabeço do Torrão CNS 10639, Anta da Venda CNS 11660, Anta 1 das Defesinhas CNS 12213, Anta 2 das Defesinhas CNS 12214, Anta das Avedasdas CNS 12215, Anta da Cegonha CNS 28352, Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe CNS 35051, Elvas - Avenida de São Domingos CNS 36298.

3.4.3. **Também, salvo melhor opinião, entende-se que devem ser retirados desta listagem os arqueossítios** Elvas CNS 4752, Elvas - Rua João Olivença CNS 4999, Elvas - Antigo Convento de São Domingos de Elvas CNS 5355, Elvas - Quartel do Trem CNS 15130, Elvas - Praça da República CNS 20921, Elvas - Semi-Internato de N. S.ª de Encarnação CNS 29966, Elvas - Encosta Sudoeste das Muralhas CNS 33133, Elvas - Largo São João de Deus CNS 36665, Elvas - Rua da Faceira da Cisterna CNS 38045 e Elvas - Sinagoga de Elvas - Rua dos Açougues, n.º 6 CNS 40055, **na medida em que coincidem com a área da Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN/património mundial.** Ressalva-se que o arqueossítio Elvas CNS 4752

corresponde a vestígios arqueológicos do Período Romano, e não do período neolítico, lapso que se corrigiu no sistema Endovélico.

3.4.4. Importa referir que estão, presentemente, inventariados **238** sítios arqueológicos localizados no concelho de Elvas, com Código Nacional de Sítio (CNS) atribuído no sistema de gestão e informação arqueológica Endovélico PC IP, **48** dos quais correspondem a bens imóveis classificados e/ou em vias de classificação e outros **10** que se integram na Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações.

3.4.5. **Os restantes 180** arqueossítios inventariados correspondem a património arqueológico não classificado, nem em vias de classificação, à presente data, não obstante a **relevância patrimonial e científica de sítios como a villa da Quinta das Longas, Atalaia dos Sapateiros, Capela 1, o povoado fortificado de Segóvia e o recinto de fossos da Horta do Paraíso, entre outros.**

Reforça-se, por isso, a importância de serem realizados estudos de caracterização e diagnóstico do património arqueológico do concelho, incluindo a valoração científica e patrimonial dos sítios arqueológicos, assim como, a **proposta de classificação dos bens com interesse cultural mais relevante** à luz dos critérios definidos no art.º 17.º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, e normativo de salvaguarda arqueológica mais restritivo.

3.4.6. Deve ainda ser incluída uma coluna “*Proteção Legal*” com indicação de que;

- Senhora da Ajuda 1 CNS 12212 é abrangido pela ZGP da Ponte de Nossa Senhora da Ajuda;
- Papulos CNS 5708 é abrangido pela ZEP da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações;
- são considerados como Património arqueológico Grau 1 (São Rafael 6), Grau 2 (São Rafael 1, São Rafael 2, São Rafael 5, Senhora da Ajuda 2, Senhora da Ajuda 3, Venda, Avessadas 5) e Grau 3 (Caldeiras 1), de acordo com as medidas de salvaguarda arqueológica fixadas no nº 8 do art.º 28.º do POAAP.

3.4.7. **Neste anexo, devem ser também incluídas a Herdade do Almeida, Atalaia da Fonte Branca, a Atalaia de Almeida, a Atalaia de Vila Boim, a Atalaia da Torrinha, a Atalaia do Mexia, a Atalaia do Perdigão, Torre da Ovelheira, Torre de Pena Clara, Torre de Sequeira, Torre do Reguengo ou del Rey, com representação cartográfica na Planta de Ordenamento como património arqueológico.** Mesmo sítios arqueológicos que já tenham sido destruídos, como a Atalaia da Fonte Branca, lamentavelmente destruída em 2023, **ou muito afetados devem ser incluídos, pois são o indicativo da sensibilidade arqueológica dessas áreas, podendo, eventualmente ainda subsistirem contextos arqueológicos preservados associados** (neste ponto não se partilha do parecer de arqueologia emitido pela CCDR Alentejo).

3.4.8. Por último, alerta-se que esta listagem é aberta, devendo ter **uma sequência numérica individual autónoma**, de modo a incluir novos sítios arqueológicos que venham a ser identificados e/ou que não tenham CNS atribuído.

### 3.5. ~~ANEXO IV~~ - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INVENTARIADOS SEM INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA



3.5.1. Na listagem de *SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INVENTARIADOS SEM INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA*, **deve ser eliminado o título "Anexo IV"**, por não ter qualquer relação com as disposições do Regulamento.

3.5.2. Sendo que não se dispõe de informação geográfica para **23** dos 180 arqueossítios inventariados no sistema Endovélico correspondentes a património arqueológico não classificado, nem em vias de classificação. **Apenas estes devem constar na listagem de SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INVENTARIADOS SEM INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA:** Horta da Vinagreira CNS 221, Santa Eulália CNS 1829, Cascalheira CNS 2059, Herdade do Paço do Concelho CNS 4146, Barragem do Caia - Necrópole CNS 4822, Barragem do Caia - Anta CNS 4881, Nossa Senhora da Graça CNS 5709, Horta do Mexia CNS 5710, Herdade da Vila CNS 5212, Monte da Silveira CNS 5720, Herdade das Terras da Aldeia CNS 5724, Sáfrica CNS 5743, Monte de Belmonte CNS 5744, Monte de Alfeijão CNS 5745, Nossa Senhora do Carmo CNS 5746, Porto das Escarninhas CNS 5748, A-do-Rico CNS 5749, Herdade da Faleira CNS 5750, Herdade de Reguengos do Caia CNS 5751, Monte do Alicerce CNS 5773, Pepinais CNS 14804, Farisoa CNS 17751, Torre das Arcas 6 CNS 40009.

### **3.6. ANEXO III V - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NÃO CLASSIFICADO E OUTROS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL MUNICIPAL**

3.6.1. Por coerência com o articulado do Regulamento, **este anexo deve ter como título "ANEXO III V - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NÃO CLASSIFICADO E OUTROS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL MUNICIPAL"**.

3.6.2. Por forma a distinguir o seu regime de proteção legal específico, **devem ser retirados desta listagem os seguintes bens culturais:**

- Igreja de Santo Amaro, por estar integrada no Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas, MN;
- Convento de São João de Deus / Hospital Militar / Hotel São João de Deus, por ser parte integrante da Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN/património mundial;
- Capela de N. S. da Conceição, por integrar as Muralhas e obras anexas da Praça de Elvas, MN.

### **3.7. PLANTA DE ORDENAMENTO**

#### **Planta de Ordenamento: Desagregação III - Áreas com Funções Específicas<sup>1</sup>/25000 (fevereiro 2025)**

3.7.1. A proposta do plano deveria incluir um desdobramento da Planta de Ordenamento apenas dedicado ao Património Cultural, justificável, desde logo, pelo número significativo de bens culturais imóveis inventariados, incluindo a Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN / Inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO). Existe, por isso, a necessidade de se assegurar a legibilidade de áreas onde se concentram várias servidões administrativas instituídas por património cultural classificado e em vias de classificação, mediante tramas diferenciadas com transparência e contraste suficientes para haver leitura das sobreposições, bem como a utilização de escalas mais pormenorizadas.

3.7.2. Verifica-se, ainda assim, que os bens culturais imóveis inventariados nos anexos ao Regulamento são representados cartograficamente na Planta de Ordenamento: Desagregação



III - Áreas com Funções Específicas 1/25000 (fevereiro 2025), estando numerados individualmente conforme a numeração sequencial constante nos respetivos anexos ao Regulamento (no caso dos bens imóveis classificados e em vias de classificação) e segundo o CNS, no caso do património arqueológico não classificado, nem em vias de classificação. Embora seja de aceitar, nesta fase, esta última solução, alerta-se que esta listagem é aberta, devendo ter uma sequência numérica autónoma, de modo a incluir novos sítios arqueológicos que venham a ser identificados e/ou que não tenham CNS atribuído.

3.7.3. De forma igualmente positiva, são representados os bens culturais para os quais a autarquia propõe classificação como Interesse Municipal (designadamente Estrada Real e Eventual Traçado das Linhas de cerco a Elvas), assim como, os 39 arqueossítios com informação geográfica disponível no sistema Endovélico - PC IP, em falta na proposta apresentada na 1ª Reunião Plenária.

3.7.4. Porém, constata-se que **a Planta de Ordenamento suprarreferida carece ainda de correções (nomeadamente, na representação cartográfica do património arqueológico e das servidões administrativas e restrições referentes a património cultural classificado e em vias de classificação) e de revisão por forma a sanar desconformidades com o RJIGT**, conforme se passa a expor.

3.7.4.1. **A representação cartográfica dos bens imóveis classificados e em vias de classificação deve ser revista em conformidade com o exposto na apreciação relativa à Planta de Condicionantes.** Reforça-se que **os bens imóveis classificados e em vias de classificação, incluindo respetivas zonas de proteção e restrições (como ZNA), devem ser obrigatoriamente representados de acordo com os respetivos diplomas de classificação e de fixação de ZEP e restrições (nos casos aplicáveis)**, conforme consta no Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação- PC IP.

**Faz-se nota de que os sítios arqueológicos que integram ou correspondem a património cultural classificado ou em vias de classificação não devem ser representados por buffers, mas sim de acordo com os respetivos polígonos e zonas de proteção fixados nos respetivos diplomas legais.**

3.7.4.2. **Na legenda, não se deve remeter para consulta do Relatório do Património, mas sim para os respetivos Anexos integrados no Regulamento do PDME.**

3.7.4.3. **Por forma a distinguir o regime de proteção legal específico de que goza o património arqueológico classificado e em vias de classificação, na legenda, onde se lê "Património Arqueológico", deve-se ler "Património arqueológico não classificado".**

3.7.4.4. **A Planta de Ordenamento proposta está em desconformidade com o disposto no nº 3 do art.º 17.º, conjugado com a alínea n) do nº 1 do art.º 96.º do RJIGT, na medida em que não assegura a delimitação de áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo.**

Com efeito, na Planta de Ordenamento proposta, não são cartografados os respetivos buffers.

Conforme parecer do PC IP emitido no âmbito da 2ª Reunião Plenária, reitera-se que a representação dos sítios arqueológicos inventariados feita apenas por um ponto central coordenado é manifestamente insuficiente e ineficaz em termos de salvaguarda do património arqueológico, na medida em que não existe uma área concreta a sujeitar a condicionantes de

salvaguarda fixadas em sede de Regulamento do PDME, ficando estes sítios arqueológicos desprotegidos.

**Sendo assim, as medidas de salvaguarda arqueológica propostas no Regulamento do PDME, tornam-se inconsequentes, obviando-se à proteção e valorização desse património no âmbito da aplicação do PDME.**

Reitera-se igualmente, conforme parecer emitido relativa à 2ª Reunião Plenária, que a delimitação de zonamentos de sensibilidade arqueológica deve ser sustentada por um estudo de caracterização e diagnóstico adequado, validada por trabalhos de campo realizados por arqueólogo legalmente habilitado e autorizado e no conhecimento sistematicamente adquirido sobre este recurso territorial.

**A solução de representação por buffers com raio a partir de um ponto central coordenado deverá ser só usada como último recurso, e corre o risco de ser insuficiente face à dimensão das jazidas arqueológicas.** Por exemplo, atente-se nas áreas estimadas de dispersão de vestígios para os seguintes arqueossítios, de acordo com o estudo *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*<sup>1</sup>: São Pedro (21 600 m²), Torre de Sequeira 2 (16 000 m²), Quinta das Longas (14 400 m²), Correio-Mor (41 600 m²), Paço (23 800 m²), Botafogo (15 400 m²), Carrão (25000m²), Nora Úveda (16 000 m²), Alfarófia (14000m²), Valbom (14000m²), Ovelheira (56000m²).

Daí a importância de serem efetuados levantamentos de campo a fim de rever a georreferenciação e procurar os limites físicos das jazidas arqueológicas, devendo estas ser implantadas como polígonos representativos da sua dimensão conhecida ou estimada a partir de trabalhos arqueológicos.

Contudo, no caso vertente, perante a urgência da implementação efetiva de uma estratégia de salvaguarda arqueológica para o território concelhio mediante a entrada em vigor da Revisão do PDME, somos do entendimento que **a representação cartográfica dos arqueossítios não classificados na PO sob a forma de buffers com raio de 75m a partir de um ponto central coordenado será de aceitar (a título excecional e sob o compromisso assumido pela autarquia de elaboração da Carta Arqueológica do concelho) e é absolutamente imprescindível nesta fase, em que ainda não se dispõe de resultados de trabalhos arqueológicos para efeitos de elaboração da Carta Arqueológica do concelho.**

**3.7.4.5. Os polígonos assim definidos devem ser preenchidos com trama específica, com respetiva legenda «Património Arqueológico não classificado».**

**Esta delimitação dos sítios arqueológicos por buffers é absolutamente fundamental nesta fase e deve ser assumida como solução temporária até à efetiva elaboração da Carta Arqueológica, a verter no PDME e nos PMOT.**

**3.7.4.6. Reforça-se também que devem ser representadas, na Planta de Ordenamento, as áreas de sensibilidade arqueológica em consonância com as já definidas nos no Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas (na Planta de Suscetibilidade Arqueológica e Planta de Implantação: Áreas consolidadas de conhecido e extensivo valor arqueológico e Áreas de elevado potencial e valor arqueológico), Plano de Pormenor de Salvaguarda e**

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Maria José de (2000). *Ocupação rural romana no actual Concelho de Elvas*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

**Valorização das Fortificações de Elvas e Plano de Urbanização de Elvas (ver ponto 3.1.9.).** A respetiva legenda na PO deve remeter para o respetivo normativo do PMOT aplicável.

**Planta de Ordenamento 1/25000 (fevereiro 2025)**

3.7.5. Deve ser corrigida e revista conforme exposto *supra*.

**Planta de Ordenamento: Desagregação IV- Classificação e Qualificação 1/25000 (fevereiro 2025)**

3.7.6. Manifesta-se agrado por ter sido acolhida a recomendação da criação da categoria de Espaço Cultural, designadamente na revisão da qualificação de uso de solo na Área Arqueológica do Torrão, classificada como Sítio de Interesse Público. Nesta categoria e subcategoria de qualificação de uso de solo, são abrangidos os seguintes bens imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas de proteção: Área Arqueológica do Torrão, Anta da Cegonha (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta do Torrão (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Torrão 2 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Torrão 3 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Cabeço do Torrão (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Forte de Nossa Senhora da Graça, Padrão de Elvas, Tanque Romano da Herdade do Correio-Mor, Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas, Vila Viçosa, vila ducal renascentista.

**3.7.7. Contudo, assinala-se que as áreas dos seguintes bens imóveis classificados e em vias de classificação estão qualificadas:**

- como **Espaço Florestal / Sistemas Silvopastoris:** Anta 3 do Genemigo (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Coutada de Barbacena (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Defesa (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Torna do Paço Pereira (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Torna do Paço Pereira, Anta do Monte dos Frades, Anta do Monte dos Frades (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Castelo de Fontalva (restos), Anta do Olival de Monte Velho, Anta do Olival de Monte Velho (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), D. Miguel 2 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Paço 1 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano);

- como **Espaço Agrícola / Outros espaços agrícolas:** Anta 1 do Sobral, Anta 1 do Sobral (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 1 dos Serrones, Anta 2 das Defesinhas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 2 de São Rafael, Anta 2 de São Rafael (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 2 dos Serrones, Anta 2 dos Serrones (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 5 do Pombal (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta das Avessadas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta de D. Miguel, Anta do Porto de Cima de D. Miguel, Anta de Valmor, Anta de Valmor / Vale de Mouro (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta do Monte Ruivo (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta do Monte Ruivo, Anta dos Torneiros (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Porto de Cima de Dom Miguel / Dom Miguel 1 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Torre das Arcas 2 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano);

- como **Espaço Agrícola / Espaço Agrícola de Produção:** Alcarapinha 1 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Alcarapinha 3 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Cabeça Gorda, Anta da Cabeça Gorda (integrado na

classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Quinta do Forte de Botas, Anta 1 de Torre das Arcas, Anta 1 de Torre das Arcas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 1 das Defesinhas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Herdade das Espadas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Falcato 1 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Farisoa 1 (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta da Herdade dos Negros (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Quinta das Longas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Quinta do Forte de Botas (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Sardinha (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano);

• como **Espaço Florestal / Sistemas Silvopastoris e Espaço Agrícola / Espaço Agrícola de Produção**: Anta do Alto de Miraflores (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano);

• como **Espaço Florestal / Floresta de Proteção/Conservação**: Anta 1 do Pombal (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 2 do Pombal (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 3 do Pombal (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano), Anta 4 do Pombal (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano);

• como **Espaço Natural e Paisagístico / Valorização ambiental – POAAP**: Anta 1 de São Rafael, Anta 1 de São Rafael (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano);

• como **Espaço de utilização especial ou outra ocupação / Interesse cultural – POAAP**: Anta da Venda (integrado na classificação do Megalitismo Alentejano) e Ponte de Nossa Senhora da Ajuda;

• Castelo de Barbacena **Espaço de usos especial / Espaço de uso especial – Cultural** e ZGP como **Espaço verde / Espaço Verde de Enquadramento e valorização paisagística ao património**.

3.7.8. Ora, podem surgir conflitos e dúvidas quanto à compatibilidade das ocupações, utilizações ou regime de edificabilidade definidos para estas categorias e subcategorias relativamente a áreas coincidentes com servidão administrativa instituída por classificação de património cultural e regime de proteção legal específico aplicável, carecendo as intervenções de parecer prévio e vinculativo e autorização expressa da administração do património cultural competente nos termos da legislação vigente. No caso do património arqueológico, as intervenções com impacto no subsolo e estruturas arqueológicas deve ser interdito, com exceção de projetos e intervenções com vista à sua salvaguarda e valorização previamente aprovados e autorizados pela administração do património cultural competente.

3.7.9. Por conseguinte, reitera-se a recomendação de que **todo** o património arqueológico classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, localizado em solo rústico, seja qualificado na Planta de Ordenamento como Espaço cultural, correspondendo esta categoria «a áreas de património histórico, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, sendo o regime de uso do solo determinado pelos valores a proteger, conservar e valorizar» (cf. art.º 23.º do Dec. Reglm. n.º 15/2015, de 19 de agosto).».

3.7.10. Salienta-se ainda **a necessidade de se assegurar a conformidade com o disposto no art.º 28.º do Regulamento do POAAP**: «1- Nos elementos de património cultural, assinalados na planta de síntese e listados no anexo I do presente Regulamento são interditos os seguintes actos e actividades:



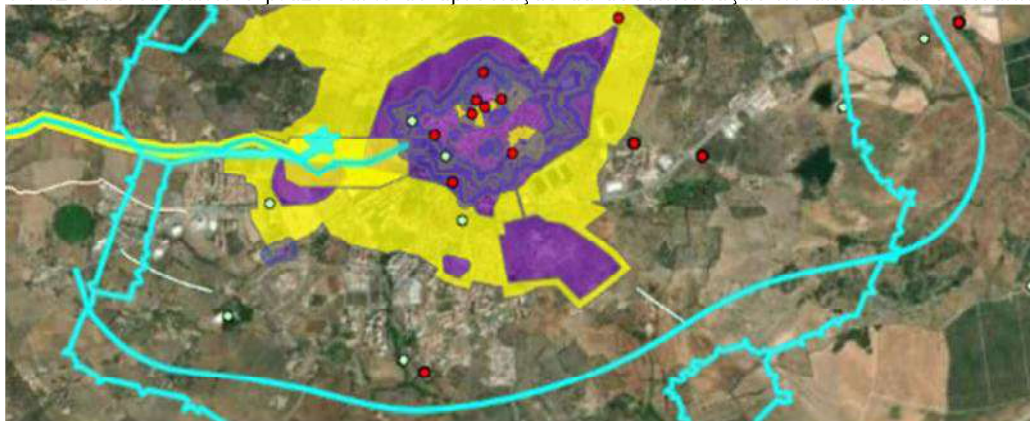
a) Escavações e alterações do terreno natural, salvo os necessários à respectiva investigação científica e desde que devidamente autorizada pelas entidades competentes para o efeito;

b) Obras de construção, qualquer que seja o fim, salvo se se destinarem à valorização e apoio à fruição pública dos elementos de património e desde que salvaguardados esses elementos.».

**Ainda de acordo com disposto no nº 8 do mesmo articulado, no património arqueológico Grau 1 (Anta da Venda, Anta 1 de São Rafael, São Rafael 6), está interdita a construção de infraestruturas ou a realização de quaisquer ações intrusivas.**

3.7.11. Partilha-se e reforça-se também o parecer emitido na 2ª Reunião Plenária pela CCDDR Alentejo: «O traçado proposto a Sul para novas vias irá sobrepor-se em pelo menos dois pontos ao “Eventual traçado das linhas de cerco a Elvas (14 janeiro 1659)”. Deve, neste sentido, ser encontrados alternativas ao traçado ou definirem-se regras que específicas que não interfiram com este bem patrimonial. Este princípio deve ser adotado em outras situações semelhantes de forma a não se repetirem situações que comprometeram a salvaguarda de um bem patrimonial (traçado viário a poente que atravessa troço do aqueduto da Amoreira)».

3.7.12. Não obstante o prazo curto de apreciação da documentação no âmbito da 3ª Reunião

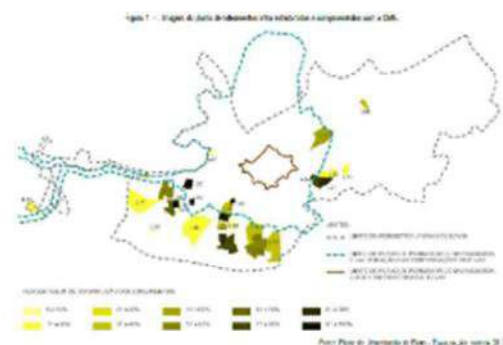


Plenária que não permite uma análise exaustiva e sistemática, foram igualmente **detetadas outras aparentes incongruências de qualificação do solo com a salvaguarda destes bens culturais disposta no Regulamento e PMOT vigentes. Importa, por isso, rever/esclarecer estas aparentes incongruências, sob risco de perda patrimonial e científica irreversível.** Atente-se, por exemplo, nos polígonos FID 68314 Espaço de exploração de recursos energéticos e geológicos, FID 53 Espaço de atividades económicas, que se sobrepõem ao “Eventual traçado das linhas de cerco a Elvas (14 janeiro 1659)”.

3.7.13. Por fim, importa referir a forte pressão urbana na envolvente da cidade de Elvas com construções, mesmo considerando compromissos pré-existentes à classificação: FID 17 Loteamento Chafariz d'El Rei junto ao Aqueduto da Amoreira e ZEP da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações; FID 26 Loteamento Horta das Magras, FID 27 Loteamento Olival do Saramugo (Villas Aqueduto), FID 32 Piedade e Saramugo, FID 37 Quinta do Paraíso, FID 39 Loteamento Av. António Sardinha, FID 41 Ferragial dos Curtidores, FID 48 Quinta Olival do Moreno, FID 50 Loteamento Quinta do Bispo, na ZEP da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações; FID 29 Olival à Piedade na ZGP do Santuário do Senhor Jesus da Piedade. A que acresce edifícios como o sito na Rua Rossio do Meio nº 16 com forte impacto visual na relação com o Forte de Santa Luzia.

Daí que se estranhe e se manifeste preocupação por o relatório Análise Urbanística (fevereiro 2025), não considerar o Património Cultural, nomeadamente como recurso territorial finito, frágil e não renovável. Este é um ativo estratégico para um desenvolvimento sustentável, e se a pressão urbana não for devidamente controlada, corre-se o risco, em última análise, de um efeito cumulativo que desvalorize irreversivelmente o conjunto classificado. A classificação como Património Mundial não é um dado adquirido, mas sim algo a preservar e manter.

3.7.14. No mesmo documento, na Figura 1-*Imagem da planta de loteamentos infraestruturados e comprometidos com a CME*, é perceptível a expansão urbana na área abrangida pela ZEP da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações.



Uma análise pertinente teria sido a recolha de ortofotos do conjunto e ZEP desde a data da sua classificação, para se perceber o efeito cumulativo de construção nas últimas décadas.

### 3.8. PLANTA DE CONDICIONANTES (fevereiro 2025)

**PLANTA DE CONDICIONANTES IV - PATRIMÓNIO CULTURAL 1/25000**

**3.8.1. A Planta de Condicionantes foi revista e atualizada, em conformidade com o inventário do patrimônio cultural classificado e em vias de classificação.** Contudo, **carece de ajustes ao nível da representação cartográfica e de pontuais correções**, conforme se passa a expor (sem prejuízo do parecer de arquitetura).

**3.8.2. Na Planta de Condicionantes IV – Património Cultural 1/25000, desenho nº 03.IV.S, e respetivo shapefile, devem ser eliminados os seguintes bens imóveis integrados no Megalitismo Alentejano, em vias de classificação:** Abobreira, Correias 1, Vale do Poço e Correias 2. Tratou-se de um lapso da nossa parte, ao terem sido incluídos bens imóveis localizados no concelho de Vila Viçosa nos shapefile enviados em maio 2024; facto que se lamenta e se corrige.

3.8.3. Ainda no que concerne aos elementos que integram o Megalitismo Alentejano, verifica-se que são numerados sob a mesma referência 43. **Para que possam ser devidamente identificados, recomenda-se que sejam individualizados por um segundo nível na numeração** (ex.: 43.1 - Alcarapinha 1, 43.2 -Alcarapinha 3, 43.3 -Anta do Alto de Miraflores...), **revendo-se a legenda em conformidade.**

3.8.4. Os restantes bens imóveis classificados e em vias de classificação estão bem representados nos shapefile, correspondendo aos ficheiros remetidos pelo PC IP. Porém, a sua transposição para Planta de Condicionantes 1:25000 tem pouca legibilidade. Pelo que se considera que se devem criar **janelas com representação ou representação noutra folha a uma escala mais pormenorizada** das áreas com concentração e sobreposição de servidões administrativas instituídas por património cultural classificado e/ou em vias de classificação



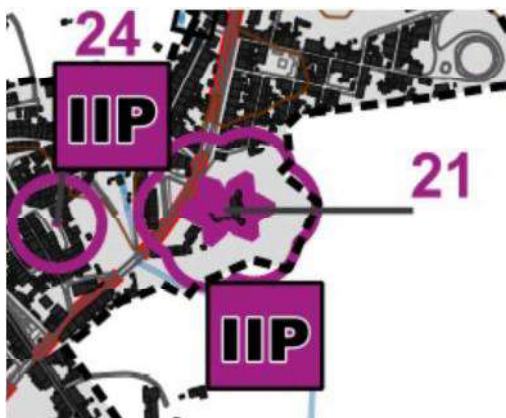
(ilegíveis à escala adotada), por forma ter suficiente leitura dos polígonos correspondentes aos bens imóveis classificados e em vias de classificação, e das respetivas zonas de proteção.

3.8.5. Em especial, destaca-se os bens imóveis classificados que integram a **Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN / Inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, e respetiva ZEP. A sua representação cartográfica deve ser revista, apresentada a uma escala mais pormenorizada e integral (sem ser dividida por várias folhas da Planta de Condicionantes).**

**À escala adotada (1:25000), perde-se completamente a leitura de bens imóveis classificados individualmente e respetivas zonas de proteção,** nomeadamente, Aqueduto da Amoreira (MN), Castelo de Elvas (MN, nem sequer está numerado), Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas (MN), Igreja de São Domingos (MN), Igreja de São Pedro (MN), Igreja do antigo Convento das Freiras de São Domingos (MN), Muralhas e obras anexas da Praça de Elvas (MN), Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas (MIP), Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (IIP), Igreja do Salvador (integrando uma capela, antigo Passo da Via Sacra) (IIP). Pelourinho de Elvas (IIP (nem sequer está numerado).

3.8.6. Para além disso, deve ser **devidamente preenchido o polígono correspondente aos bens imóveis em conformidade com o respetivo diploma de classificação e/ou Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação – PC IP.**

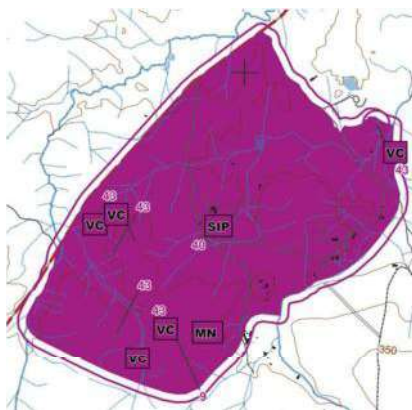
3.8.7. A leitura do polígono deve ser clara, **sem sobreposição de outros ícones,** nomeadamente, do edificado existente (*“Construído”*), sob pena de suscitar a ideia de que este não é abrangido pela servidão administrativa, quando, de facto, é parte integrante do bem imóvel classificado, conforme ilustrado *infra* nos extratos da representação do Castelo de Barbacena, IIP, na Planta de Condicionantes IV – Património Cultural 1:25000 e Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação – PC IP.



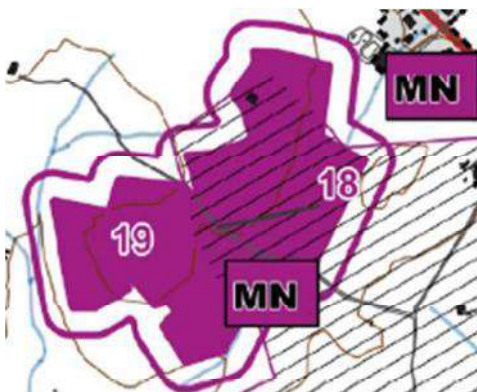
Esta mesma situação ocorre, por exemplo, na representação cartográfica: do Castelo de Fontalva (restos), IIP; do Forte de Nossa Senhora da Graça (MN/parte integrante da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, MN / Inscrito na Lista do Património Mundial); do polígono que abrange o Forte de Santa Luzia e Fortim de São Mamede.

Outro exemplo a rever: o ícone/sigla “VC” interfere com a leitura da Anta 2 das Defesinhas, parte integrante do Megalitismo Alentejano, em vias de classificação; o ícone da cota das curvas de nível impede a leitura integral do polígono correspondente ao Forte de Nossa Senhora da Graça.

3.8.8. Salienta-se igualmente a importância de **as tramas aplicadas serem transparentes de modo a permitir a leitura de sobreposição de servidões**. Esta necessidade é evidente, por exemplo, na representação cartográfica dos vários bens individualmente classificados e/ou em vias de classificação que integram a área Arqueológica do Torrão, SIP, conforme ilustrado *infra* nos extratos da Planta de Condicionantes IV – Património Cultural 1:25000 e Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação – PC IP.



3.8.9. Deve igualmente ser corrigida a desconformidade detetada na representação do Padrão de Elvas e respetiva ZGP e Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas com respetiva Zona Non Aedificandi (ZNA). A trama correspondente à ZNA deve também ser identificada na legenda.



O mesmo aplica-se à representação da ZEP do Aqueduto da Amoreira, incluindo ZNA, com desconformidades a sanar.



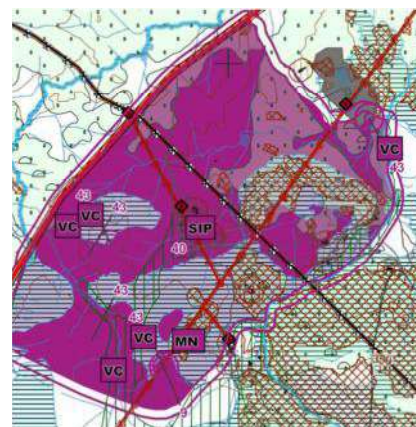
3.8.10. Na legenda, a numeração individual corresponde à numeração dos bens imóveis representados, estando a sua designação de acordo com o respetivo diploma de classificação. Deve, ainda assim, ser completada a designação da ref.<sup>a</sup> 36: *Passos da Via Sacra (cinco), também denominados «capela da Rua de Alcamim», «capela da Rua de Olivença», «capela do Largo da Misericórdia», «capela do Largo São João de Deus», primitivamente na Rua da Cadeia, e «capela da Rua de André Gonçalves».*

**A legenda, deve também incluir uma trama específica para as ZNA (na ZEP do Aqueduto da Amoreira e no Terreiro da Batalha das Linhas de Elvas), assim como para a ZEP Provisória da Vila Viçosa, vila ducal renascentista.**

Por sua vez, clarifica-se que a sigla dos bens imóveis em vias de classificação é EVC e não VC.

3.8.11. **A Planta de Condicionantes deverá igualmente ser revista em função do exposto supra relativamente à Planta de Condicionantes – Património Cultural.**

3.8.12. **Alerta-se, por último, para a necessidade de ser revista a Planta de Condicionantes Desenho nº 03N, onde a área de pedreira se sobrepõe à Anta da Cegonha, EVC e Área Arqueológica do Torrão, classificada como Sítio de Interesse Público, sendo a exploração de recursos energéticos e geológicos incompatível com a servidão administrativa instituída por classificação de património cultural e regime de proteção legal aplicável. Deve ser assegurado o devido afastamento dos bens imóveis classificados e em vias de classificação, bem como esclarecido qual é a área efetivamente correspondente a servidão vigente de recursos geológicos, assim como a data e procedimento em que foi concedida.**



## ELEMENTOS DE ACOMPANHAMENTO

### 4.1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

**Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica (fevereiro 2025)**



4.1.1. No tempo útil para apreciação, reitera-se o exposto no parecer emitido em março 2024, registando-se apenas que foi vertida parte da apreciação técnica do PC IP. No entanto, não foram identificadas as ameaças ao património arqueológico e possíveis efeitos negativos de grandes obras e projetos, tanto públicos como privados, entre outras intervenções com impacto no subsolo.

4.1.2. **Para monitorização da efetiva implementação das medidas de salvaguarda do património arqueológico, entende-se que é fundamental a inclusão dos indicadores: nº de intervenções arqueológicas realizadas e n.º de sítios arqueológicos identificados, tendo por fontes PC IP e CCDR Alentejo.**

#### 4.2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO 05. PATRIMÓNIO (fevereiro 2025)

4.2.1. **O documento foi revisto e atualizado, em conformidade com o inventário do património cultural classificado e em vias de classificação e património arqueológico inventariado, á data, o sistema Endovélico.**

4.2.2. No entanto, **devem ser eliminados os seguintes bens imóveis integrados no Megalitismo Alentejano, em vias de classificação:** Abobreira, Correias 1, Vale do Poço e Correias 2. Tratou-se de um lapso da nossa parte, ao terem sido incluídos bens imóveis localizados no concelho de Vila Viçosa nos shapefile enviados em maio 2024; facto que se lamenta e se corrige.

4.2.3. Remete-se igualmente para a apreciação feita sobre os Anexos ao Regulamento, recomendando-se a revisão do presente documento em conformidade e reitera-se o parecer emitido no âmbito da 2ª Reunião Plenária.

4.2.4. Quanto à realização de trabalhos arqueológicos para elaboração da Carta Arqueológica do concelho, obrigatória pelo disposto no nº 1 do art.º 79.º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, conjugada com o disposto na alínea b) do nº 198 das Normas específicas IV.3-B E – Património Cultural do PROT-Alentejo e na alínea n) do nº 1 do art.º 96.º do RJIGT (conteúdo material do PDM), **é proposta elaboração futura da Carta Arqueológica do concelho e subsequente alteração e atualização do PDME.** É anexada cópia da **deliberação da Assembleia Municipal (deliberação tomada em sua reunião ordinária realizada no dia 22 de maio de 2024)**, que é do seguinte teor: "4.22. - Proposta de criação da Carta Arqueológica do Concelho de Elvas. Presente à reunião a informação n.º 18301, datada de 15 de maio de 2024, referente à proposta de criação da Carta Arqueológica do Concelho de Elvas)."

4.2.5. Ora, para além da carta arqueológica estar prevista desde 2001 na Lei de Bases do património Cultural, no PROT-Alentejo desde 2010 e RJIGT, a CME foi alertada para esta lacuna desde o início do procedimento de 2ª Revisão. Acresce o facto de a Lei de Bases do Património Cultural estipular expressamente no nº 3 do Artigo 76.º que:

*«Constituem particulares deveres da Administração Pública competente no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas:*

*a) **Certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico;***

*b) **Dotar-se de meios humanos e técnicos necessários no domínio da arqueologia ou recorrer a eles sempre que necessário.».***

4.2. 6. **De referir que, à data, não se logrou identificar o Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos para elaboração da Carta Arqueológica**, pese embora a deliberação da Assembleia Municipal de maio 2024.

4.2.7. Também em maio 2024, a técnica signatária ressaltou que a proposta da autarquia de remeter a elaboração da Carta Arqueológica para fase posterior à presente Revisão do PDM carecia de ser colocada à consideração superior.

### **4.3. PROGRAMA DE EXECUÇÃO.PLANO DE FINANCIAMENTO. (fevereiro 2025)**

4.3.1. O documento deve prever o financiamento e programação de ações de salvaguarda e valorização do património cultural do concelho. Importa, por isso, que este documento seja mais aprofundado, prevendo, entre outros, a programação de execução de medidas de Arqueologia Preventiva. Nomeadamente

- trabalhos de arqueologia preventiva (prospecção, escavação, acompanhamento arqueológico) no âmbito da execução intervenções com impacto no subsolo, como nas ações programadas de infraestruturação;

**- e a elaboração da Carta Arqueológica do concelho, incluindo trabalhos de prospeção arqueológica, propondo-se o prazo máximo de 2 anos**, após a entrada em vigor do PDMO revisto, **para a sua conclusão e consequente transposição para o PDMO**, por forma a sanar as desconformidades com as disposições do PROT-Alentejo e RJIGT aplicáveis.

4.3.2. No que respeita aos custos com trabalhos de arqueologia preventiva e de salvamento, faz-se nota de que o art.º 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro determina expressamente que:

*«2 - Os serviços da administração do património cultural condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adopção pelos respectivos promotores, junto das autoridades competentes, das alterações ao projecto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.*

*3 - Os promotores das obras ficam obrigados a suportar, por meio das entidades competentes, os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos.*

*4 - No caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, quaisquer intervenções arqueológicas necessárias deverão ser integralmente financiadas pelo respectivo promotor.».*

## **5. PROPOSTA DE DECISÃO**

Em face do exposto, e **no que diz respeito ao Património Arqueológico** no âmbito da 2.ª Revisão do PDM de Elvas, **propõe-se a emissão dos seguintes pareceres:**

### **5.1. Relatório Ambiental: parecer favorável condicionado nos termos do ponto 4.1. 2..**

**5..2. Proposta de Plano:** dada a urgência de fixação de medidas de salvaguarda arqueológica para o território concelhio e perante o compromisso assumido pela autarquia relativamente à elaboração da Carta Arqueológica do concelho, com base em trabalhos arqueológicos dirigidos

por arqueólogo ou equipa de arqueologia legalmente habilitados e autorizados, propõe-se, **salvo outro entendimento superior**, a emissão de **parecer favorável condicionado**:

- **à integração das correções e orientações desenvolvidas nos pontos 3.1. a 3.8., incluindo a inscrição do compromisso e prazo para a elaboração da Carta Arqueológica no Regulamento**, prevendo-se a atualização e alteração da Planta de Ordenamento e Regulamento em conformidade;

- **e à submissão de PATA para elaboração da Carta Arqueológica e início dos respetivos trabalhos no presente ano civil.**

Considera-se que estas condicionantes são fundamentais para sanar:

• **as desconformidades com o RJIGT**, designadamente no respeitante ao disposto:

- na alínea b) do nº 1 do art.º 4.º, na medida em que os fundamentos da Proposta do Plano não são estabelecidos com base no conhecimento sistematicamente adquirido relativo ao património arqueológico do concelho;

- e no nº 1 do art.º 17.º, conjugado com a alínea n) do art.º 96.º, na medida em que não assegura adequadamente a identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo.

• **as desconformidades com a Norma específica IV.3-B , 199 fixada no Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo**, na medida em que o património arqueológico do concelho, enquanto recurso territorial, não é identificado, atualizado e caracterizado com base em levantamentos de campo.

Em caso de concordância superior, propõe-se que o teor da presente informação seja comunicado **via PCGT até dia 29/04/2025, inclusive**.

À consideração superior,

Rita Ramos – Arqueóloga

21/04/2025

Assinado por: **RITA ISABEL RAMOS PEREIRA RAMOS**  
Num. de Identificação: 08445464  
Data: 2025.04.24 12:57:20+01'00'



ANEXO ao GP 44656

**PROPOSTA DE ALTERAÇÕES À REDAÇÃO DOS ARTIGOS 5.º A 21.º (versão não anotada)**

**«Art.º 5º. Definições**

2. [...] e) As zonas de proteção [Zona Geral de Proteção (ZGP) ou Zona Especial de Proteção (ZEP)] são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios ou obras com impacto no subsolo, sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.»

**«Art.º 6º. Composição do Plano**

1.0 PDM é constituído pelos seguintes elementos: [...]

a) Regulamento e respetivos anexos que dele fazem parte integrante

i. Anexos I e Ia - Património Cultural Classificado ou em Vias de Classificação;

ii. Anexo II - Património arqueológico não classificado;

iii. Anexo III - Património arquitetónico não classificado e outros bens imóveis de interesse patrimonial municipal

iv. Anexo IV - Património Militar»

**«Art.º 14º. Identificação [...]**

5. Património cultural classificado e em vias de classificação abrange monumentos, conjuntos e sítios e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção.»

**«SECÇÃO III. PATRIMÓNIO CULTURAL**

**Art.º 17º. Identificação**

1. O património cultural integra todos os bens culturais que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, se considera ser de interesse público preservar por contribuírem para o conhecimento sobre a evolução social, cultural ou económica do concelho, da região ou do País, devendo ser objeto de especial proteção e valorização.

2. O património cultural integra os bens culturais bem com os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

3. O património cultural do Município de Elvas compreende os seguintes bens culturais:

a) património cultural classificado e em vias de classificação, identificado na Planta de Condicionantes, Planta de Ordenamento III - Áreas com Funções Específicas e Anexos I e Ia;

b) património arqueológico não classificado, identificado na Planta de Ordenamento III - Áreas com Funções Específicas e Anexo II;

c) património arquitetónico e outros bens de interesse patrimonial, identificados na Planta de Ordenamento III - Áreas com Funções Específicas e Anexo III;

d) património militar, identificado na Planta de Ordenamento III - Áreas com Funções Específicas e Anexo IV;

*e) património paisagístico identificado na Planta de Ordenamento III – Áreas com Funções Específicas e Planta de Estrutura Ecológica Municipal.*

*4. Ao património classificado ou em vias de classificação aplica-se a legislação específica em vigor relativamente a qualquer intervenção nele ou nas respetivas zonas gerais ou especiais de proteção.*

*5. O património arqueológico não classificado integra sítios, depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo urbano, em solo rústico, no subsolo, cota positiva ou em meio submerso.*

*6. O património arquitetónico não classificado e conjunto de outros bens imóveis de interesse patrimonial foi identificado do variado património do concelho e propostos para registo neste contexto da sua existência e localização, como base para futura caracterização e avaliação de elegibilidade para processo de classificação de alguns elementos cujo valor se prende mais pelo conjunto que pela singularidade e, que vão desde a procura de reconhecimento de referências bibliográficas na paisagem, como seja o eventual traçado das linhas de defesa no cerco a Elvas em 1659, à valorização de um conjunto de Quintas, Montes e Igrejas.*

*7. O património militar corresponde a todas as instalações militares existentes no concelho de Elvas e respetivas servidões, que se encontram individualmente classificados e/ou integram a Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações MN – monumento nacional / classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, aplicando-se o regime de proteção legal específico do património cultural classificado.*

*8. O Património Paisagístico compreende paisagens envolventes de ocupações humanas de características cénicas, históricas e culturais, nomeadamente a proposta de proteção da subunidade de paisagem – Colinas de Elvas.*

*9. Pretende-se com a delimitação da área identificada como -Colinas de Elvas - contribuir para a conservação da natureza e a proteção da paisagem de forma a permitir a salvaguarda da estrutura biofísica, mantendo os ecossistemas, a leitura e a capacidade evocativa destes lugares, relevando também os seus valores económicos, sociais e culturais.*

*10. Pretende-se um compromisso com a grande escala da paisagem do Alentejo (do rural ao urbano) e a fixação de usos endógenos.*

*11. O inventário do património cultural do concelho de Elvas é uma listagem aberta, podendo ser objeto de atualizações, passando a estar abrangidas pelo presente regulamento.*

#### **Art.º 18º. Património cultural classificado ou em vias de classificação – Regime de proteção**

*1. Os elementos de património cultural classificado ou em vias de classificação só podem ser objeto de obras ou intervenções no quadro e nas condições do regime legal de defesa e proteção em vigor relativas ao património classificado ou em vias de classificação, incluindo as respetivas zonas gerais e especiais de proteção.*

*2. Os pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções a incidir sobre imóveis classificados ou em vias de classificação são obrigatoriamente instruídos com um Relatório Prévio, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, elaborado e subscrito por técnicos da especialidade, incluindo arqueólogo legalmente habilitado e autorizado, e preconizar as medidas de minimização e salvaguarda a implementar.*

*3. Nas áreas de intervenção do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Fortificação de Elvas e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas, todos os projetos ou intervenções estão sujeitos às disposições dos respetivos Regulamentos, com exceção dos projetos e intervenções incidentes em bens individualmente classificados, sujeitos à aprovação prévia e autorização expressa da administração do património cultural competente;*

*4. Nas áreas de implantação de obras militares e/ou património arqueológico integrado ou correspondente a património cultural classificado ou em vias de classificação e nas Zonas Non Aedificandi:*

a) São interditos quaisquer trabalhos que impliquem movimentações de terras, impacto no subsolo e/ou em estruturas arqueológicas (designadamente, despedregas, ripagem, desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), assim como a afetação do respetivo enquadramento cénico;

b) Excetuam-se as intervenções que decorram de projetos que visem a sua investigação, valorização e/ou conservação e restauro, com enquadramento na legislação vigente e regime de proteção legal específico, carecendo de aprovação prévia e autorização expressa da administração do património cultural competente.

c) As condicionantes referidas nas alíneas anteriores são também aplicáveis a outros sítios arqueológicos inventariados na medida em que coincidem com áreas de implantação de bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

#### **Art.º 19.º Património cultural não classificado – Princípios orientadores**

1. Compreende todos os imóveis, sítios e conjuntos de natureza arquitetónica e arqueológica, bem como outros valores de carácter histórico e etnográfico, sem servidão administrativa instituída por classificação de património cultural:-

2. Nas intervenções autorizadas pelo município de Elvas, este deve agir de modo que sejam salvaguardados os elementos fundamentais que constituem a imagem ou as características gerais de tipologia de conjuntos, edifícios, espaços ou sítios de valor patrimonial histórico ou arqueológico.

3. O regime dos sítios e conjuntos de natureza arquitetónica, arqueológico ou paisagística inventariados assegura que estes bens gozam de proteção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respetiva existência.

4- O património arquitetónico não classificado e outros bens de interesse patrimonial para o Município:

a) Dispõem de uma área de proteção que engloba um perímetro circular com um raio de 75 metros a partir do ponto central, identificado na Planta de Ordenamento.

b) Qualquer intenção de intervenção nos valores patrimoniais e respetiva área de proteção deve ser precedida de um relatório justificativo da intervenção, a elaborar por técnico especialista da área, sobre o seu valor, o grau de ameaça, proposta de medidas de salvaguarda e conceitos de intervenção a adotar, a remeter ao Município que, no caso do património arqueológico ou de intervenções com impacto no subsolo, o deve remeter às entidades competentes da tutela do património cultural competentes e ainda nas demais situações, fazê-lo a título consultivo, se entender conveniente.

6. As Vias antigas e o hipotético Traçado das Linhas de Elvas testemunham a memória de vivências e atividades que importa perdurar e cujo valor patrimonial será atribuído após um estudo sobre a importância e a avaliação artística ou histórica, da responsabilidade de um técnico competente nessa área, nomeadamente arqueólogo legalmente habilitado e autorizado.

7. O estudo referido no número anterior será obrigatoriamente elaborado pela CM Elvas ou por quem aquela entenda substabelecer.

8. Enquanto o referido estudo não estiver concluído, mantem-se os direitos consignados nas categorias de espaço do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas, nas áreas fora do limite do perímetro urbano, desde que:

a) As intervenções sejam acompanhadas de avaliação arqueológica,

b) A localização das edificações ou intervenções que impliquem alteração da morfologia do terreno deve ser afastada 20m das Vias Antigas e 30m dos limites da área delimitada como “linha das Linhas de Elvas”, na Planta de Ordenamento do PDM.

c) O afastamento da localização das intervenções poderá ser reduzido em 10m após a conclusão da avaliação arqueológica e/ou de acordo com mesma.

## **Art.º 20.º Património Arqueológico não classificado – Regime de proteção**

1. Os elementos de património arqueológico só podem ser objeto de obras ou intervenções no quadro e nas condições do regime legal de defesa e proteção do património arqueológico em vigor.

2. Nos sítios arqueológicos e áreas arqueológicas delimitados na Planta de Ordenamento como Património arqueológico não classificado, qualquer projeto ou intervenção que envolva a remoção ou revolvimento de solo e subsolo ou impacto em estruturas arqueológicas ou edificado de valor patrimonial, nomeadamente trabalhos de revolvimento e remodelação de terrenos, operações urbanísticas, construção de infraestruturas, atividades extrativas e atividades agrícolas e florestais de modificações do coberto vegetal, reconversão de terras para agricultura intensiva e regadio, despedregas, ripagens, subsolagens, terraplenagens:

a) está sujeito à realização de diagnóstico arqueológico prévio (designadamente, sondagens arqueológicas manuais/escavação arqueológica manual/análise parietal) que garanta a caracterização, registo científico, valorização e adequação das soluções propostas ao valor científico e patrimonial dos bens arqueológicos, ficando o seu licenciamento, comunicação ou autorização condicionado à apresentação de relatório preliminar dos trabalhos realizados e sua aprovação pela administração do património cultural competente;

b) nos casos de projetos abrangendo áreas extensas não urbanizadas, os estudos arqueológicos prévios devem incluir igualmente prospeção arqueológica prévia da área de incidência do projeto, preferencialmente complementada com varrimentos do terreno por prospeção geofísica e/ou por sistema de deteção remota LiDAR, com vista a uma melhor caracterização e /ou à realocação dos vestígios arqueológicos e à determinação das respetivas medidas subsequentes de salvaguarda e proteção dos valores arqueológicos em presença.

6. Nas intervenções em necrópoles e em igrejas, capelas e ermidas, e respetivos adros, construídas até final do século XIX, devem ser assegurados trabalhos de antropologia biológica em contexto arqueológico.

7. As intervenções com impacto em meio subaquático/ encharcado/ húmido/ náutico estão sujeitas à legislação de salvaguarda do património arqueológico subaquático em vigor.

8. Nas áreas de intervenção do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Fortificação de Elvas e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Elvas, todos os projetos ou intervenções estão sujeitos às condicionantes arqueológicas dos respetivos Regulamentos, com exceção dos projetos e intervenções incidentes em bens individualmente classificados de interesse nacional e de interesse público, sujeitos à aprovação prévia e autorização expressa da administração do património cultural competente.

9. Sem prejuízo de eventuais medidas decorrentes da aplicação do regime jurídico da avaliação de impacte ambiental ou do parecer de outras entidades competentes, as seguintes intervenções com impacto significativo no subsolo em áreas do território abrangido pelo PDME não contempladas nos números anteriores, devem ser objeto de prospeção arqueológica sistemática prévia:

a) Exploração de recursos geológicos e energéticos, que não sejam unidades de produção para autoconsumo;

b) Emparcelamento rural, com ou sem infraestruturção para regadio;

c) Alterações do uso do solo, modificações do coberto vegetal, reconversão de terras para agricultura intensiva e/ou infraestruturção de adução, rega e drenagem;

d) Mobilização de terreno (nomeadamente, despedregas, ripagens, subsolagens, nivelamentos, mega camalhões, socialcos);

e) Aproveitamento hidráulico blocos de rega (nomeadamente, para instalação de barragens, regolfos, estações elevatórias, condutas, canais, e túneis, valas de rega e de drenagem);

f) Operações de florestação e reflorestação nas propriedades (ou parcela de propriedade) com uma área igual ou superior a 100 hectares;



*g) Empreendimentos (turísticos, comerciais ou outros) em áreas ainda não urbanizadas.*

*10. Todos os trabalhos arqueológicos referidos nos números anteriores são dirigidos por arqueólogo ou equipa de arqueologia legalmente habilitados e autorizados, estando a cargo do promotor em conformidade com a legislação de salvaguarda do património arqueológico em vigor.*

*11. A administração do património cultural competente pode condicionar a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.*

*12. O achado fortuito de quaisquer vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas ou outras intervenções (nomeadamente, lavoura, instalação de rega ou plantio de arvoredos) obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e comunicação imediata da ocorrência à Câmara Municipal, à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, podendo os trabalhos ser retomados apenas após pronúncia da administração do património cultural competente, de acordo com a legislação em vigor.*

*13. Nos dois primeiros anos de vigência da 2ª Revisão do PDME:*

*a) São realizados trabalhos de prospeção arqueológica para elaboração da Carta Arqueológica do concelho, privilegiando a delimitação de polígonos correspondentes à área de dispersão dos vestígios arqueológicos;*

*b) A identificação de novos sítios arqueológicos e resultados obtidos são vertidos para o Regulamento e Planta de Ordenamento, procedendo-se à sua atualização em conformidade.*

**Art.º 21º. Relação com a paisagem e sistema de vistas de e para os bens e valores patrimoniais**

*1. Todas as vistas de e para os bens de valor patrimonial, sejam classificados ou não classificados, mas que o PDM reconhece valor patrimonial, estando identificados nas Planta de Ordenamento, devem ser preservadas, nomeadamente aquelas que estabeleçam uma ligação visual para o Centro Histórico e para as outras fortificações (incluindo a cintura abaluartada, o Forte da Graça, o Forte de Stª Luzia, os Fortins de S. Pedro, S. Mamede e S. Domingos) de modo a perceber a relação formal de conjunto e a sua importância estratégica na definição da cultura e história da Cidade de Elvas.*

*2. Todos os projetos a elaborar nas proximidades a bens com valor patrimonial referidos no n.º1, devem identificar as interferências ou não com os sistemas de vistas de e para o bem no âmbito do Relatório Preliminar Justificativo da intervenção, determinando a forma como irá manter e privilegiar as tomadas de vistas, sem prejuízo do enquadramento na legislação nacional e servidões em vigor relativamente ao Património cultural classificado e em vias de classificação.*

*3. O relatório referido no número anterior deve ser elaborado por técnico especialista da área e aprovado pelas entidades competentes, nas condições referidas na alínea b) do número 4 do artigo 19.º e deve conter perfis/cortes de afetação panorâmica, fotomontagens e/ou outros suportes que permitem avaliar do impacto visual da pretensão.»*